DocuSign Envelope ID: 70B3E1EA-2EFD-4AAF-9D13-04A8FDB6F142

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S/A

Companhia Aberta
CNPJ 33.050.071/0001-58

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Ampla Energia e Serviços S.A ("Enel Distribuição Rio" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, com o relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração dados consolidados em relação ao mesmo período de 2021, exceto quando especificado em contrário. Os dados operacionais marcados com (*) não foram auditados pela auditoria independente KPMG Auditores Independentes.

1. CONTEXTO SETORIAL E REGULATÓRIO*

A Enel Distribuição Rio é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica sujeita à regulamentação da ANEEL e do MME. A Companhia também está sujeita aos termos do seu contrato de concessão, que foi celebrado com a ANEEL em 1996, concedendo-lhe o direito de distribuir energia na sua área de concessão até dezembro de 2026. A tarifa de energia elétrica (uso de rede e fornecimento), praticada pela Companhia na distribuição de energia a clientes finais, é determinada de acordo com o seu contrato de concessão e com a regulamentação estabelecida pela ANEEL. Ambos estabelecem um teto para a tarifa e preveem ajustes anuais (reajuste tarifário), periódicos (a cada quatro anos) e extraordinários (quando há observância de um significativo desequilíbrio econômico-financeiro). Nos ajustes das tarifas de energia elétrica, a ANEEL divide os custos de distribuição entre (i) custos não gerenciáveis pela distribuidora (chamados Parcela A) e (ii) custos gerenciáveis pela distribuidora (chamados Parcela B). Na Parcela A estão inclusos, entre outros, o custo de energia comprada para revenda, os encargos setoriais, e os custos referentes aos encargos de conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição. Os custos da Parcela B compreendem, entre outros, o retorno sobre os investimentos relacionados à concessão, considerados na Base de Remuneração Regulatória ("BRR") da Companhia, os custos e depreciação regulatória, e os custos de operação e manutenção do sistema de distribuição. Nos reajustes tarifários anuais, os custos da Parcela A são repassados aos clientes e os custos da Parcela B são corrigidos de acordo com o índice IGP-M ajustado pelo Fator X, que constitui em uma somatória do componente de produtividade, de trajetória de custos operacionais e de qualidade. A data de aniversário dos reajustes anuais e revisões tarifárias da Enel Distribuição Rio é 15 de março. **Bandeiras Tarifárias vigentes:** Composto por quatro modalidades (verde, amarela e vermelha - patamar 1 e patamar 2), o sistema de bandeiras tarifárias estabelece adicionais às tarifas de modo a refletir a variação dos custos da geração de energia, conforme demonstrado a seguir: • Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo; • Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A partir de 01/07/21 – A tarifa sofre acréscimo de R$ 1,874 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2.888/21). • Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A partir de 01/07/21 – As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R$ 3,971 (patamar 1) e R$ 9,492 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2.888/21). O primeiro trimestre de 2021 foi marcado pela recuperação lenta dos níveis de reservatórios hidráulicos, assim a ANEEL publicou o acionamento da bandeira amarela para os meses de janeiro de 21 a março de 21. Com a piora do cenário hidrológico, a bandeira vermelha patamar 1 foi acionada em maio de 2021 e em junho foi acionada a bandeira vermelha patamar 2. O terceiro trimestre foi marcado pelo agravamento hidrológico do sistema elétrico brasileiro, nos meses de julho e agosto a bandeira vermelha patamar 2 ainda foi acionada. Além disso, em 31 de agosto de 2021, o Governo Federal determinou à ANEEL, por meio da Resolução CREG nº 3/2021, a implantação da Bandeira Escassez Hídrica a ser aplicada aos clientes cativos exceto os clientes Baixa Renda que continuarão a terem os valores de bandeira dentre os patamares já conhecidos (REH 2.888/21). A Bandeira Escassez Hídrica possui vigência de setembro de 2021 à abril de 2022, e durante este período, a tarifa será acrescida de R$ 14,2 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. As bandeiras tarifárias que vigoraram em 2020 e em 2021, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

2020	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária	Amarela	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Vermelha
PLD gatilho - R$/MWh	291,00	185,56	57,23	39,68	39,68	DSP 1.511/20 Suspensão do Sistema de Bandeira						DPS 3.364/20 Reativação

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

2021	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária	Amarela	Amarela	Amarela	Amarela	Vermelha	Vermelha	Vermelha	Vermelha	Cinza	Cinza	Cinza	Cinza
PLD gatilho - R$/MWh	213,42	136,72	127,36	92,88	203,88	251,84	583,88	583,88	Resolução CREG nº 3/2021 Bandeira Escassez Hídrica			

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD): Em 15 de dezembro de 2020, a Resolução Homologatória n.º 2.828 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2021. O PLD máximo foi fixado em R$ 583,88/MWh e o valor mínimo em R$ 49,77/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2021. Em 14 de dezembro de 2021, a Resolução Homologatória n.º 2.994 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2022. O PLD máximo foi fixado em R$ 646,58/MWh e o valor mínimo em R$ 55,70/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2022. **Reajuste Tarifário 2021:** Em 9 de março de 2021, a ANEEL homologou o reajuste tarifário da Enel Distribuição Rio, a partir de 15 de março de 2021. O resultado levou ao efeito médio percebido pelos consumidores de 6,02%, sendo 10,38% para os consumidores conectados em alta tensão e 4,63% para os conectados em baixa tensão. O reajuste foi homologado por meio da resolução homologatória nº 2.836 e vigorará de 15 de março de 2021 a 14 de março de 2022. **Conta-Covid:** Em 23 de novembro de 2021, a ANEEL aprovou a Resolução Normativa nº 952 com as regras para avaliação de pedidos de reequilíbrio econômico em decorrência dos impactos decorrentes da pandemia. Conforme tal norma, são itens passíveis de reequilíbrio a queda de faturamento devido à redução de mercado e a perda de arrecadação resultante do aumento de inadimplência. Ademais foram definidas a metodologia de cálculo da sobrecontratação involuntária resultante da redução de carga durante a pandemia e os critérios para ressarcimento aos consumidores dos custos associados à operação da Conta-Covid em 2020. Ainda segundo tal regra, eventuais pedidos de reequilíbrio devem ser realizados em até 60 dias da publicação dos resultados da projeção de receitas irrecuperáveis que será ainda realizada pela ANEEL possivelmente no 1º trimestre de 2022.

2. PRICIPAIS INDICADORES

DESTAQUES DO PERÍODO

	2021	2020	Var. %
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	11.164	11.229	-0,6%
Receita Bruta (R$ mil)	13.414.515	10.104.619	32,8%
Receita Líquida (R$ mil)	8.473.369	6.391.739	32,6%
EBITDA (1) (R$ mil)*	989.455	916.646	7,9%
Margem EBITDA (%)*	11,68%	14,34%	-2,66 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção*	13,43%	16,49%	-3,06 p.p
EBIT (2) (R$ mil)*	523.740	481.164	8,8%
Margem EBIT (%)*	6,18%	7,53%	-1,35 p.p
Lucro (Prejuízo) Líquido (R$ mil)	83.402	48.924	70,5%
Margem Líquida	0,98%	0,77%	0,21 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	1,13%	0,88%	0,25 p.p
CAPEX (R$ mil)*	1.142.868	771.921	48,1%
DEC (12 meses)*	9,88	11,24	-12,1%
FEC (12 meses)*	5,17	6,51	-20,6%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	94,50%	93,63%	0,87 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	24,01%	22,03%	1,98 p.p
Nº de Consumidores Totais*	3.025.755	2.949.298	2,6%
Nº de Colaboradores (Próprios)*	962	997	-3,5%
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros*	910	1.166	-22,0%
PMSO (3)/Consumidor*	497,17	350,04	42,0%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros*	247	306	-19,3%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	12.262	9.635	27,3%

(1) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações, (2) EBIT: Resultado do Serviço e (3) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

3. DESEMPENHO OPERACIONAL / COMERCIAL

Unidades Consumidoras

NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNIDADES)*

	2021	2020	Var. %
Mercado Cativo	**2.708.988**	**2.744.683**	**-1,3%**
Residencial - Convencional	2.320.872	2.390.848	-2,9%
Residencial - Baixa Renda	184.524	136.785	34,9%
Industrial	3.340	3.284	1,7%
Comercial	121.119	132.492	-8,6%
Rural	61.278	63.642	-3,7%
Setor Público	17.855	17.632	1,3%
Clientes Livres	**763**	**674**	**13,2%**
Industrial	137	131	4,6%
Comercial	572	503	13,7%
Setor Público	53	39	35,9%
Residencial	1	1	-
Revenda	**5**	**24**	**-79,2%**
Subtotal - Consumidores Efetivos Faturados	**2.709.756**	**2.745.381**	**-1,3%**
Consumo Próprio	291	305	-4,6%
Consumidores Ativos Não Faturados	315.708	203.612	55,1%
Total - Número de Consumidores	**3.025.464**	**2.948.993**	**2,6%**

A Companhia encerrou 2021 com uma redução de 1,3% no número de consumidores efetivos faturados em relação ao registrado em 2020, explicado principalmente pela redução no número de consumidores no mercado cativo. Os clientes residenciais – convencionais registraram redução de 2,9% explicado pela migração de clientes para classe residencial baixa renda, que registrou um aumento de 34,9%, mitigando parcialmente a redução observada no mercado cativo. Este aumento é reflexo da deterioração das condições econômicas dos clientes na área de concessão da Companhia. A redução no número de consumidores comerciais também contribuiu para o impacto negativo no período pelo fechamento de estabelecimentos devido a pandemia. Já os clientes livres apresentaram crescimento de 13,2%, refletindo a migração de clientes do mercado cativo. Se considerados os consumidores não faturados e consumo próprio, o total de consumidores apresentou aumento de 2,6% entre períodos, explicado principalmente pelo aumento de consumidores ativos não faturados devido ao restabelecimento do corte de energia. Em 2021 os investimentos voltados para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R$ 433,5 milhões, 75,6% superior ao montante investido em 2020. **Venda de Energia na Área de Concessão:** A venda de energia na área de concessão da Companhia, conforme demonstrado na tabela a seguir, encerrou 2021 em 11.164 GWh, praticamente estável em relação a 2020.

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)*

	2021	2020	Var. %
Mercado Cativo	8.084	8.094	-0,1%
Clientes Livres	2.617	2.642	-0,9%
Revenda	462	493	-6,3%
Total - Venda e Transporte de Energia	**11.164**	**11.229**	**-0,6%**

VENDA DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)*

	2021	2020	Var. %
Residencial - Convencional	4.827	4.719	2,3%
Residencial - Baixa Renda	238	210	13,3%
Industrial	149	180	-17,2%
Comercial	1.471	1.565	-6,0%
Rural	166	172	-3,5%
Setor Público	1.233	1.248	-1,2%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	**8.084**	**8.094**	**-0,1%**

Em 2021, o consumo manteve-se estável em relação ao ano passado. Os principais destaques foram o aumento do consumo da classe residencial baixa renda refletindo o maior número de consumidores e a redução da classe comercial devido ao fechamento de estabelecimentos por conta da pandemia e da lenta recuperação econômica.

TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWH)*

	2021	2020	Var. %
Industrial	1.887	1.956	-3,5%
Comercial	578	521	10,9%
Setor Público	149	161	-7,5%
Residencial	3	4	-25,0%
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres*	**2.617**	**2.642**	**-0,9%**

Em 2021 houve uma redução de 0,9% no transporte de energia para os clientes livres devido a adequação no procedimento de faturamento durante o primeiro trimestre, onde o faturamento passou a ser realizado nos primeiros dias do mês seguinte à leitura. Anteriormente, o processo de leitura e faturamento eram realizados no mesmo mês.

Compra de Energia

COMPRA DE ENERGIA (GWH)*

	2021	2020	Var. %
Itaipu	2.135	2.177	-1,9%
Angra I e II	409	406	0,7%
PROINFA	204	216	-5,6%
Leilão e Quotas	9.748	9.980	-2,3%
Total - Compra de Energia s/ CCEE	**12.495**	**12.783**	**-2,3%**
Liquidação na CCEE	(825)	(923)	-10,6%
Total - Compra de Energia	**11.670**	**11.860**	**-1,6%**

Balanço de Energia

BALANÇO DE ENERGIA*

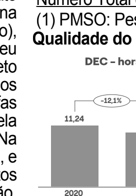
	2021	2020	Var. %
Energia requerida (GWh)	14.444	14.414	0,2%
Energia distribuída (GWh)	11.181	11.249	-0,6%
Residencial - Convencional	4.827	4.719	2,3%
Residencial - Baixa Renda	238	210	13,3%
Industrial	149	180	-17,2%
Comercial	1.471	1.565	-6,0%
Rural	166	172	-3,5%
Setor Público	1.233	1.248	-1,2%
Clientes Livres	2.617	2.642	-0,9%
Revenda	462	493	-6,3%
Consumo Próprio	17	20	-15,0%
Perdas na Distribuição - Sistema Ampla (GWh)	3.263	3.165	3,1%
Perdas na Distribuição - Sistema Ampla (%)	24,01%	22,03%	1,98 p.p

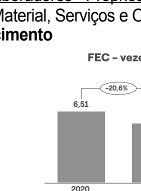
INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE*

	2021	2020	Var. %
DEC 12 meses (horas)	9,88	11,24	-12,1%
FEC 12 meses (vezes)	5,17	6,51	-20,6%
Perdas de Energia 12 meses (%)	24,01%	22,03%	1,98 p.p
Índice de Arrecadação 12 meses (%)	94,50%	93,63%	0,87 p.p
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros*	910	1.166	-22,0%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros*	247	306	-19,4%
PMSO (1)/Consumidor	497	350,04	42,0%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	12.262	9.635	27,3%

(1) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

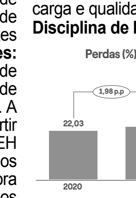
Qualidade do Fornecimento

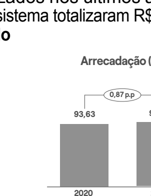




Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia. Os indicadores DEC e FEC apresentaram queda em 2021 em relação a 2020 na ordem de 12,1% e 20,6% respectivamente. Esta melhoria na qualidade do sistema tem como principal reflexo o resultado dos investimentos em automação e telecomandos realizados nos últimos anos. Em 2021, os investimentos voltados para adequação de carga e qualidade do sistema totalizaram R$ 232,2 milhões, 30,2% superior ao valor registrado em 2020.

Disciplina de Mercado





As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) alcançaram 24,01% em 2021, um aumento 1,98 p.p. em relação às perdas registradas em 2020, de 22,03%. As maiores perdas estão concentradas principalmente nas chamadas áreas de risco, regiões onde a Companhia tem dificuldades operativas, e que apresentam maior nível de furto e desperdício de energia.

As perdas foram impactadas pela REN Aneel 863/2019, que obrigou as distribuidoras a faturar os clientes do Grupo A conforme calendário cível a partir de janeiro de 2021. Isso tornou necessário um ajuste de processo e postergação no faturamento destes clientes, o que contribuiu com o maior valor registrado, uma vez que o índice de perdas é calculado com base na quantidade de energia faturada do cliente. Quando analisamos as perdas com a correção destes fatores externos, as perdas de energia TAM alcançaram 20,44% em 2021, uma redução de 1,66 p.p. em relação às perdas registradas em 2020, de 22,10%. O plano de combate as perdas de energia da Enel Rio mantém suas ações nos pilares de prevenção e recuperação da receita, principalmente na recuperação do seu ciclo comercial, com projetos com foco na recuperação de clientes cortados, mapeamento e conexão consumidores clandestinos, redução de passivos em manutenção de equipamentos de medição e melhorias nos processos de leitura, reduzindo a quantidade de clientes faturados por média e mínimo. A Enel Distribuição Rio investiu R$ 174,3 milhões em combate a perdas no ano de 2021, e R$ 140,6 milhões em 2020. Em relação ao indicador de arrecadação, houve um aumento de 0,87 pontos percentuais, resultado da retomada da interrupção por inadimplência em julho de 2021. Outro fator que contribuiu para a melhora foram as diversas ações realizadas por parte da Companhia para reduzir os níveis de inadimplência, tais como ações de comunicação junto aos clientes, bem como a disponibilização de canais digitais de pagamento, parcelamento de faturas e canal de negociação online para liquidação de valores em aberto.

4. DESMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultado

PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R$ MIL) E MARGENS (%)

	2021	2020	Var. %
Receita Operacional Bruta	13.414.515	10.104.619	32,8%
Deduções à Receita Operacional	(4.941.146)	(3.712.880)	33,1%
Receita Operacional Líquida	8.473.369	6.391.739	32,6%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais	(7.949.629)	(5.910.575)	34,5%
EBITDA(1)*	**989.455**	**916.646**	**7,9%**
Margem EBITDA*	11,68%	14,34%	-2,66 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção*	13,43%	16,49%	-3,06 p.p
EBIT(2)*	523.740	481.164	8,8%
Margem EBIT*	6,18%	7,53%	-1,35 p.p
Resultado Financeiro	(425.932)	(405.344)	5,1%
Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros	(14.406)	(26.896)	-46,4%
Lucro Líquido	**83.402**	**48.924**	**70,5%**
Margem Líquida	0,98%	0,77%	0,21 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	1,13%	0,88%	0,25 p.p
Lucro (Prejuízo) por Ação (R$/ação)	0,50	0,29	70,5%

(1) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações, (2) EBIT: Resultado do Serviço.

Receita Operacional Bruta

RECEITA OPERACIONAL BRUTA (R$ MIL)

	2021	2020	Var. %
Fornecimento de Energia	8.788.141	7.616.983	15,4%
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	(30.602)	(29.454)	3,9%
Subvenção baixa renda	48.902	58.356	-16,2%
Subvenção de recursos da CDE	234.905	221.896	5,9%
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo	9.041.346	7.867.781	14,9%
Ativos e passivos financeiros setoriais	1.413.225	333.575	>100,0%
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	861.196	803.436	7,2%
Receita de Construção	1.104.418	831.999	32,7%
Venda de Energia Excedente - MVE	406.460	-	-
Marcação a mercado de ativo indenizável (a)	459.053	167.423	>100,0%
Outras Receitas	128.817	100.405	28,3%
Total - Receita Operacional Bruta	**13.414.515**	**10.104.619**	**32,8%**

Em 2021 a receita operacional bruta da Companhia apresentou uma variação positiva de 32,8%, ou R$ 3,3 bilhões, em relação ao 2020, totalizando R$ 13,4 bilhões. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia, no 2021, alcançou o montante de R$ 12,3 bilhões, um aumento de R$ 3,0 bilhões em relação ao 2020, cujo montante foi de R$ 9,3 bilhões. Um fator não recorrente que contribuiu com essa melhora foi a reclassificação da linha de marcação a mercado de ativo indenizável que até o 3T21 era lançada como Receita Financeira. Reclassificação originalmente autorizada em 22 de fevereiro de 2021 conforme demonstrado em nota explicativa seguindo as orientações emanadas pelo CPC 23. A contabilização do ativo financeiro está diretamente ligada à atividade principal da empresa, e por essa razão, após análise detalhada, todas as receitas e atualizações monetárias relacionadas a tais ativos passam a ser contabilizadas como Receita Operacional. Este aumento é resultado, principalmente, dos seguintes efeitos: • Aumento de R$ 1,2 bilhão na rubrica de Fornecimento de Energia Elétrica em relação aos 2020, como resultado do reajuste médio tarifário de 6,02% aplicado a partir de março de 2021, além da implementação da bandeira de escassez hídrica a partir do final de agosto. • Aumento de R$ 1,1 bilhão na rubrica de ativo e passivo financeiro setorial, decorrente da maior constituição de ativo regulatório entre períodos; e • Aumento de R$ 406,5 milhões na rubrica de Venda de Energia Excedente - MVE em relação ao 2020, como resultado, principalmente, da Companhia ter participado do mecanismo em maior volume no ano de 2021.

Deduções da Receita

DEDUÇÕES DA RECEITA (R$ MIL)

	2021	2020	Var. %
ICMS	(2.538.728)	(2.136.922)	18,8%
PIS	(165.836)	(150.447)	10,2%
COFINS	(763.850)	(720.108)	6,1%
ISS	(4.879)	(4.194)	16,3%
Total - Tributos	**(3.473.293)**	**(3.011.671)**	**15,3%**
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(804.888)	(581.219)	38,5%
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(68.461)	(53.277)	28,5%
Encargos do consumidor - CCRBT	(585.649)	(58.240)	>100,0%
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(8.855)	(8.473)	4,5%
Total - Encargos Setoriais	**(1.467.853)**	**(701.209)**	**>100,0%**
Total - Deduções da Receita	**(4.941.146)**	**(3.712.880)**	**33,1%**

As deduções da receita em 2021 totalizaram R$ 4,9 bilhões, contra R$ 3,7 bilhões em 2020, representando um aumento de 33,1% ou R$ 1,2 bilhões, resultado, sobretudo, do aumento da base de cálculo de ICMS em R$ 401,8 milhões na parte tributos, aumento de R$ 223,7 milhões pagos referentes a encargos da conta de desenvolvimento energético – CDE em função do ajuste no valor das quotas de arrecadação homologado pelo regulador e aumento de R$ 527,4 milhões referente a rubrica Encargos do consumidor – CCRBT (Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias), cujo aumento deve-se a implementação da bandeira de escassez hídrica a partir do final de agosto de 2021. **Custos e Despesas Operacionais:** No segmento de distribuição de energia, de acordo com a ANEEL, a estrutura de custos e despesas operacionais é dividida entre (i) Parcela A (chamados de aqui custos não gerenciáveis pela distribuidora) e (ii) Parcela B (que representam os custos gerenciáveis pela distribuidora). Na Parcela A, ou custos não-gerenciáveis, estão inclusos os custos de energia comprada para revenda, os encargos setoriais, e os custos referentes aos encargos de conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição. Os custos da Parcela B compreendem, entre outros, os custos de operação e manutenção do sistema de distribuição e sua depreciação. A seguir, estão demonstrados os Custos e Despesas Operacionais da Companhia, segregados entre gerenciáveis e não-gerenciáveis.

CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R$ MIL)

	2021	2020	Var. %
Custos e despesas não gerenciáveis			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(3.664.274)	(2.884.139)	27,0%
Encargos do Uso do Sistema de Transmissão	(685.126)	(674.203)	1,6%
Encargos dos Serviços dos Sistemas	(597.980)	(32.472)	>100,0%
Total - Não gerenciáveis	**(4.947.380)**	**(3.590.814)**	**37,8%**
Custos e despesas gerenciáveis			
Pessoal	(155.883)	(135.977)	14,6%
Material e Serviços de Terceiros	(583.496)	(512.295)	13,9%
Depreciação e Amortização	(465.715)	(435.482)	6,9%
Custo de Desativação de Bens	-	(68.745)	-100,0%
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(369.666)	(182.277)	>100,0%
Custo de Construção	(1.104.417)	(831.999)	32,7%
Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	(90.249)	(23.262)	>100,0%
Recuperação de Perdas	-	13.882	-100,0%
Perda de recebíveis de clientes	(148.385)	(112.988)	31,3%
Receita de multa por impontualidade de clientes	56.261	48.852	15,2%
Outras receitas/despesas operacionais	(140.699)	(79.470)	77,0%
Total - Gerenciáveis	**(3.002.249)**	**(2.319.761)**	**29,4%**
Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional	**(7.949.629)**	**(5.910.575)**	**34,5%**

Os custos e despesas operacionais em 2021 tiveram um incremento de 34,5% (R$ 2,0 bilhões), em relação a 2020. Excluindo o efeito do custo de construção, os custos do serviço e despesas operacionais da Companhia alcançaram o montante de R$ 6,8 bilhões, R$ 1,8 bilhões superior ao montante registrado em 2020. Estes efeitos são resultado, principalmente, das seguintes variações: Custos e despesas não gerenciáveis (incremento de R$ 1,4 bilhões): totalizaram R$ 4,9 bilhões, 37,8% maior em comparação ao valor registrado em 2020. Tal variação é justificada pelo aumento nos Encargos dos Serviços do Sistema (R$ 565,5 milhões), em função, sobretudo, de maior encargo por restrição operativa e também pelo aumento da Energia Elétrica Comprada para Revenda (R$ 780,1 milhões) em razão de maiores custos com energia comprada de Itaipu, resultado, sobretudo, da variação cambial no período, além do aumento de custo das Cotas (Lei nº 12.783/2013), e de maior encargo com risco hidrológico. Custos e despesas gerenciáveis (incremento de R$ 682,5 milhões): excluindo o efeito de custo de construção, somaram R$ 1,9 bilhão, R$ 410,1 milhões maior em comparação ao valor registrado em 2020. Esta variação é resultado, principalmente: • Aumento na Provisão para Créditos de Liquidação duvidosa no montante de R$ 187,4 milhões em razão do efeito negativo provocado, substancialmente, pela Lei Estadual 8.769/20 que proibiu o corte de energia aos clientes inadimplentes, que esteve vigente até julho/21 para clientes convencionais e setembro de 2021 para clientes baixa renda; • Aumento na linha de Materiais e Serviços de Terceiros no valor de R$ 71,2 milhões devido ao aumento dos custos da companhia referente a manutenção operacional em campo, visita técnica para atendimento aos clientes ao longo de 2021; • Aumento de R$ 67,0 em Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas motivado pela normalização da rotina de processos judiciais com o abrandamento da pandemia. **EBITDA e Margem EBITDA:** De acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, a divulgação do cálculo do EBITDA e do EBIT deve ser acompanhada da conciliação dos valores que os compõem, constantes das demonstrações contábeis da companhia. Segue abaixo a conciliação dos cálculos acima citados:

CONCILIAÇÃO DO EBITDA E DO EBIT (R$ MIL)

	2021	2020	Var. %
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	83.402	48.924	70,5%
(+) Tributo sobre o Lucro (NE 29)	14.406	26.896	-46,4%
(+) Resultado Financeiro (NE 28)	425.932	405.344	5,1%
(=) EBIT	523.740	481.164	8,8%
(+) Depreciações e Amortizações	465.715	435.482	6,9%
(=) EBITDA	989.455	916.646	7,9%

Com base nas variações acima expostas, o EBITDA da Companhia atingiu o montante de R$ 989,5 milhões no ano de 2021, o que representa um aumento de 7,9% em relação ao ano de 2020, cujo montante foi de R$ 916.646 milhões. A margem EBITDA ex-Receita de Construção da Companhia em 2021 foi de 13,43%, o que representa uma redução de 3,06 p.p. em relação a 2020, de 16,49%. Em 2021, o EBITDA foi impactado pelo efeito positivo da reclassificação da linha de marcação a mercado de ativo indenizável e pelo aumento da receita operacional decorrente também do ajuste tarifário e da implementação da bandeira de escassez hídrica.

Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO (R$ MIL)

	2021	2020	Var. %
Receitas Financeiras			
Renda de Aplicação Financeira	12.730	8.390	51,7%
Juros e atualização financeira por impontualidade de clientes	45.082	37.732	19,5%
Variações monetárias	1.218	19.096	-93,6%
Ativo indenizável - Marcação a Mercado	-	-	-
Variação cambial de dívidas	375.245	183	>100,0%
Dívida - Marcação a mercado	-	2.212	-100,0%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	473.407	309.019	53,2%
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	31.883	7.416	>100,0%
Outras receitas financeiras	17.689	21.240	-16,7%
(-) Crédito de PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(5.053)	(4.316)	17,1%
Total - Receitas Financeiras	**952.201**	**400.972**	**>100,0%**
Despesas financeiras			
Variação cambial	(6.366)	-	-
Variação cambial de dívidas	(490.705)	(300.121)	63,5%
Dívida - Marcação a mercado	(2.158)	-	-
Encargo de dívidas e mútuos	(194.301)	(117.830)	64,9%
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(81.470)	(245.369)	-66,8%
Encargo de fundo de pensão	(38.922)	(30.148)	29,1%
Juros debêntures	(46.174)	(48.073)	-4,0%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	(418.784)	(7.977)	>100,0%
Encargos com vendas de recebíveis	-	(167)	-100,0%
Variação monetária de passivos financeiros setoriais	(46.201)	-	-
Outras despesas financeiras	(53.052)	(56.631)	-6,3%
Total - Despesas Financeiras	**(1.378.133)**	**(806.316)**	**70,9%**
Total - Receitas e Despesas Financeiras	**(425.932)**	**(405.344)**	**5,1%**

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Em 2021 o Resultado Financeiro líquido da Companhia totalizou uma despesa líquida de R$ 425,9 milhões, representando um aumento de R$ 20,6 milhões em relação a 2020. A variação observada explica-se, sobretudo, pelo: (i) aumento líquido de R$ 141 milhões nas rubricas de dívida (Instrumento financeiro derivativo, Variação Monetária e Cambial de Dívidas e Encargos de dívidas e mútuos) devido ao aumento de encargos em decorrência do aumento do CDI em 1,63% (4,44% em 2021 x 2,77% em 2020), somado à um aumento no volume de empréstimos contratados em 2021 para financiar investimentos e capital de giro; (ii) Este efeito foi parcialmente compensado por uma menor despesa de atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas no montante de R$ 164 milhões.

Tributos e Outros:

TRIBUTOS (IR/CSLL) E OUTROS (R$ MIL)

	2021	2020	Var. %
IR e CSLL - correntes	487	-	-
IR e CSLL - diferidos	(14.893)	(26.896)	-44,6%
Total	**(14.406)**	**(26.896)**	**-46,4%**

O Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) registraram uma redução de R$ 12,5 milhões em relação ao ano de 2020, justificado pelo aumento na constituição do ativo fiscal diferido. **Lucro Líquido e Margem Líquida:** Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Enel Distribuição Rio registrou em 2021 um lucro de R$ 83,4 milhões, R$ 34,5 milhões superior ao registrado no ano de 2020, cujo montante foi de R$ 48,9 milhões. A margem líquida ex-Receita de Construção em 2021 foi de 1,13%.

ENDIVIDAMENTO E LIQUIDEZ

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

	2021	2020	Var. %
Dívida bruta (R$ mil)	5.991.097	4.278.639	40,0%
Dívida com Terceiros	971.630	2.211.517	-56,1%
Dívida Intercompany	5.019.467	2.067.122	>100,0%
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R$ mil)	357.689	696.241	-48,6%
Dívida líquida (R$ mil)	5.633.408	3.582.398	57,3%
Dívida Bruta / EBITDA(1)*	3,75	3,50	7,0%
Dívida Líquida / EBITDA(1)*	3,53	2,93	20,2%
Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)	0,62	0,54	13,6%
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,60	0,50	20,7%

(1)* EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações (acumulado nos últimos 12 meses) + Provisões para crédito de liquidação duvidosa + Recuperação/perda de recebíveis de clientes + Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas.

A dívida bruta da Companhia aumentou R$ 1.712 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente por: (i) novas captações no montante de R$ 3.754 milhões para capital de giro, dos quais R$ 171 milhões referem-se a mútuos com sua controladora Enel Brasil, R$ 2.762 milhões referem-se a mútuos com a Enel Financial International, R$ 141 milhões referem-se a mútuos com a empresa irmã EGP Cachoeira Dourada e R$ 680 milhões a dívida bancária; (ii) provisão de encargos e variações monetárias de R$ 302 milhões; compensados parcialmente, por (iii) amortizações em torno de R$ 2.199 milhões, e pagamento de encargos em aproximadamente R$ 180 milhões ocorridos entre os períodos. Adicionalmente, a Companhia reconheceu no período ajuste de marcação à mercado relacionado aos SWAPs de dívidas vigentes no valor de R$ 32 milhões. Dentre o valor captado e amortizado no período, vale destacar que em 27 de dezembro de 2021, com a disponibilidade de recursos para realização de operação entre Partes Relacionadas com a Enel Finance (empresa associada ao grupo), a Companhia realizou o pré-pagamento total da 10ª emissão de debêntures no montante de R$ 1.022. A Enel Distribuição Rio encerrou o ano de 2021 com o custo médio de dívida no período de 7,99% a.a., ou CDI + 3,40 a.a. Classificação de Riscos (Rating): Em 09 de setembro de 2021, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável. Colchão de Liquidez: Para manutenção da liquidez e atendimento das necessidades de caixa, a Companhia utiliza-se de linhas de crédito para capital de giro, imediatamente disponíveis por meio de contratos firmados com bancos de primeira linha no valor de R$ 80 milhões. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio do Despacho Nº 2.979/2018, até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R$ 1.700 milhões. Devido às incertezas causadas pela pandemia de COVID19, que provocou alterações no planejamento financeiro para o ano de 2020, com uma maior necessidade de financiamento para realização de investimentos e cobertura de capital de giro da Companhia, a Aneel aprovou a ampliação do limite de mútuo em R$ 1.000 bilhão, através do despacho Nº 1.923 de 01 de julho de 2020, totalizando R$ 2.700 milhões. Em 2021, esse limite foi novamente ampliado em mais R$ 600 milhões (despacho Nº 902 de 30 de março de 2021) e R$ 2.500 milhões, por meio do despacho de 26 de novembro de 2021, totalizando R$ 5.800 milhões. A Companhia também possui limite de mútuo com as mutuantes CDSA, Enel CIEN e CGTF. aprovado pela ANEEL, por meio do despacho Nº 647/2021, no valor de até R$ 500 milhões. Da dívida intercompany, o montante de R$ 1.285 milhões, refere-se a crédito com a controladora Enel Brasil cuja exigibilidade é flexível, podendo ser renegociado por prazo suficiente até que a Companhia demonstre capacidade financeira para liquidar essas dívidas sem comprometer seus índices de endividamento e capacidade de pagamento.

INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS (R$ MIL)*

	2021	2020	Var. %
Novas Conexões	433.498	246.823	75,6%
Rede	406.540	319.028	27,4%
Combate às Perdas	174.338	140.637	24,0%
Qualidade do Sistema Elétrico	157.193	156.830	0,2%
Adequação à carga	75.009	21.561	>100,0%
Outros	302.830	206.070	47,0%
Total Investido	**1.142.868**	**771.921**	**48,1%**
Aportes / Subsídios / Depósitos Judiciais	-	(2.419)	-100,0%
Investimento Líquido	**1.142.868**	**769.502**	**48,5%**

Em 2021, a Companhia investiu R$ 1.142,9 milhões, montante 48,5% superior ao investido em 2020, com foco em expansão, por meio de novas conexões, em atividades e adequação de infraestrutura com foco no combate às perdas e melhoria da qualidade do sistema elétrico. Na rubrica "Outros" destacam-se também os investimentos em Tecnologia da Informação e Comunicação ("TIC"), manutenção corretiva e segurança e meio ambiente.

7. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL*

A Enel Distribuição Rio mantém a sustentabilidade no centro da estratégia da companhia, aliada ao seu plano de negócio. O plano de sustentabilidade, importante ferramenta estratégica é revisto anualmente e reafirma o compromisso e o potencial da empresa em contribuir com o desenvolvimento sustentável do país e com a geração de valor para acionistas, colaboradores, clientes, comunidades, fornecedores e governo. O plano tem objetivos, metas e indicadores monitorados nas mais diversas áreas da empresa, por meio de uma governança ética, coerente e transparente. A atuação do Grupo Enel está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que integram a Agenda 2030 das Nações Unidas com o propósito de acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima, e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e prosperidade. Estamos especialmente comprometidos com seis dos 17 ODS: Educação de Qualidade (ODS 4); Energia Limpa e Acessível (ODS 7); Trabalho Decente e Crescimento Econômico (ODS 8); Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9); Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11) e Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13). O modo de desenvolver e gerir relacionamentos com as comunidades, por meio da realização de projetos socioambientais em toda a área de atuação da companhia, também visa atender às demandas reais do entorno, alinhadas aos negócios e propósitos do Grupo e com foco na criação de valor compartilhado. Dentro da visão global da Enel de ajudar a solucionar os maiores desafios do mundo, em 2021, a empresa integrou o movimento da sociedade civil, Unidos Pela Vacina que teve como meta viabilizar a vacinação da população adulta brasileira contra a Covid-19. O presidente do Conselho de Administração da Enel liderou as ações empresariais do movimento no estado do Rio de Janeiro e suas respectivas prefeituras. Além da mobilização do empresariado do Rio de Janeiro, a Enel também contribuiu com doações de equipamentos em três de suas distribuidoras: Rio de Janeiro, São Paulo e Ceará. Ao todo, foram disponibilizados 235 equipamentos de refrigeração, entre refrigeradores científicos e geladeiras, além de 320 caixas térmicas para os estados do Rio de Janeiro, Ceará e São Paulo. Ao todo foram amadrinhados 54 municípios e destinado cerca de R$ 3 milhões para a aquisição e entrega dos equipamentos. O programa de sustentabilidade da Enel Brasil, Enel Compartilha, vem atuando para promover o consumo consciente, a inclusão, o empreendedorismo, a capacitação profissional e o acesso à energia a todas as pessoas, destacando-se o combate ao desperdício e ao uso eficiente e consciente de energia. Impulsionar o desenvolvimento socioeconômico local, engajar lideranças locais, educar crianças e jovens para o uso seguro da energia, além de apoiar iniciativas que contribuam para o meio ambiente e o bem-estar das comunidades também são focos de sua atuação. Os 60 projetos desenvolvidos na Enel Distribuição Rio em 2021 beneficiaram mais de 508,9 mil pessoas, com um investimento de R$ 34,5 milhões. Também foram gerados cerca de R$ 1,4 milhões em renda extra para as comunidades por meio dos projetos de empregabilidade e empreendedorismo. Com o programa Enel Compartilha Eficiência foram trocadas gratuitamente cerca de 1.119 geladeiras e 81,9 mil lâmpadas dos clientes das distribuidoras. Entre os projetos realizados, destacam-se: **Subestação Sustentável Entroncamento Lagos:** Em 2021, a Enel deu um passo importante nas obras de novas subestações. O projeto da SE Lagos contemplou iniciativas mais sustentáveis desde a sua etapa de planejamento, como reutilização de 40% do solo na própria obra e proteção dos corpos hídricos, evitando o assoreamento dos córregos locais por resíduos sólidos. Outro aspecto projetado de maneira inovadora foi a contenção das encostas por meio da hidrossemeadura, que atua na correção e nutrição do solo, permitindo maior estabilidade durante as obras. A subestação também prevê iniciativas de eficiência energética durante a sua operação, incluindo 100% de luzes de LED, iluminação e ventilação natural inteligentes, além de sensores de presença e sistema de refrigeração mais eficientes. A reutilização de recursos também está sendo explorada pela obra, repensando o descarte e reuso de água e materiais. **Nave Enel:** Em 2021, o projeto Enel Compartilha Energia na Escola levou a Nave Educacional Enel para mais de 92 escolas, em 19 municípios da área de concessão da Enel Distribuição Rio. Ao todo foram 27 eventos realizados ao longo do ano, beneficiando mais de 5,8 mil alunos da rede pública de ensino com ações interativas, jogos lúdicos, segurança com a energia elétrica, meio ambiente e cidadania. Todas as ações realizadas pela Nave Enel seguiram os protocolos de prevenção à Covid-19, como uso de luvas e óculos descartáveis pelos alunos, álcool em gel e distanciamento seguro. **Escola de Mulheres Eletricistas:** A Enel Distribuição Rio lançou, em 2021, o projeto Escolha de Mulheres Eletricistas. No total, 20 mulheres serão formadas em eletricistas de rede de baixa tensão. A iniciativa é realizada em parceria com o SENAI e integra o projeto Enel Compartilha Oportunidade. O curso, ministrado pela Firjan SENAI, terá a duração de 40 dias, sendo 30 na modalidade online e 10 dias na modalidade presencial, totalizando 240 horas. Com essa iniciativa, a Enel contribui para promover a inclusão e a maior participação feminina no mercado de energia. **Energia Legal:** O operativo Energia Legal tem como objetivo promover ações de combate ao furto de energia, por meio de fiscalização em residências e estabelecimentos comerciais para identificar ligações irregulares. Durante a operação, os moradores dos municípios de Campos, São Francisco de Itabapoana, Macaé, Teresópolis, Casimiro de Abreu, Petrópolis, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Angra dos Reis, Cabo Frio, Tanguá, Saquarema e Maricá também tiveram acesso a diversas ações sobre consumo consciente e seguro de energia, além de poderem solicitar diversos serviços comercias por meio de uma unidade móvel. Como segunda via de conta e troca de titularidade, bem como parcelamentos de dívidas. Nas 21 edições da operação Energia Legal realizadas pela empresa, em 2021, a companhia identificou furto de energia em 4.582 clientes, de 13 municípios da sua área de concessão. **Parceiro Responsável:** Desde 2007, o programa tem como objetivo principal desenvolver e engajar a cadeia de suprimentos da Enel nas temáticas de sustentabilidade e na Agenda 2030 da ONU. Em 2021, foram capacitadas 1.243 pessoas de 374 empresas fornecedoras, além de 176 colaboradores Enel, incluindo compradores e gestores de contrato. Entre os temas, destacam-se a Estratégia de Sustentabilidade da Enel, Conceitos ESG, Direitos Humanos, Gestão Ambiental, Economia Circular, Sistema de Gestão Integrado e Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS) à estratégia das empresas. Anualmente são premiadas as empresas com melhor gestão de sustentabilidade, de acordo com o desempenho nos requisitos da Enel, e as empresas com as melhores práticas em sustentabilidade. **Due Diligence de Direitos Humanos (DDDH):** Com o objetivo de promover o respeito aos Direitos Humanos Universais e reduzir os riscos, a Enel realiza a cada 3 anos seu processo de DDDH em suas atividades. O último ciclo teve início em 2020, envolvendo os principais stakeholders por meio de pesquisas e entrevistas. A avaliação do nível de gestão da Enel sobre o tema identificou 95% de integração das políticas da empresa aos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU, contra 73% de aderência identificada em 2017. Esse processo gerou um Plano de Ação com 15 iniciativas de melhorias para serem executadas entre os anos de 2021 e 2022. Em 2021, o Plano de Ação teve um avanço de 69% das atividades planejadas para o biênio. **Rede do Bem:** A Rede do Bem, programa de voluntariado corporativo da Enel no Brasil, lançada em 2012, tem feito a diferença nas vidas dos nossos colaboradores e de milhares de pessoas que beneficiamos nas comunidades. Com o foco de estimular a cidadania e uma cultura de engajamento

continua...

DocuSigned by:
O Fluminense
Assinado por: EDITORA JORNALISTICA ALBERTO LTDA
CPF: 03620359709
Data/Hora da Assinatura: 10/03/2022 23:23:17 BRT
ICP Brasil
75736D9C84D0449E8FD47F14403F2B33

DocuSign Envelope ID: 70B3E1EA-2EFD-4AAF-9D13-04A8FDB6F142

...continuação

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S/A

social, o programa tem um formato colaborativo e dinâmico, semelhante a uma rede social, tornando o voluntário protagonista das atividades na plataforma, propondo ações e impressões após as atividades. Em 2021, o programa beneficiou 16 mil pessoas com a atuação de 2 mil voluntários nas 35 atividades, divididas entre "Campanhas Sazonais" (surgem ao longo do ano, como arrecadação de donativos, apoio em enchentes, material escolar, etc.), "Diversidade" (Mulheres de Energia - Encontros com estudantes do ensino médio e superior, o qual voluntárias da Enel falam sobre carreira e vida profissional) e "Natal com Propósito", onde a Enel mais uma vez foi doadora e embaixadora da campanha Natal sem Fome da ONG Ação da Cidadania. **Programa de Cultura da Sustentabilidade "Ser – Sustentabilidade em Rede":** Criado com o objetivo de difundir a cultura de sustentabilidade em toda a cadeia de valor – incentivando colaboradores, fornecedores, clientes e sociedade a adotar atitudes sustentáveis e criar valor compartilhado. Inspirado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS), e esse ano com um foco especial em Conceitos e Aplicação ESG na Enel, o programa se desdobra em 4 frentes: Ser Ambiental, Ser Econômico, Ser Social e Ser Humano, e em 2021, alcançou mais de 10 mil participações entre os 56 eventos da iniciativa em todo o Brasil – número 130% maior quando comparado a 2020. Foram convidados mais de 40 especialistas externos e internos sobre as diversas temáticas tratadas nos debates, dinâmicas e palestras realizados no ano. **Certificações:** A Enel Distribuição Rio de Janeiro conta com um Sistema de Gestão Integrado (SGI) que busca a excelência na qualidade e o constante aprimoramento de seus serviços. A empresa possui as seguintes certificações ISO: a 9001 em qualidade, a 14001 em meio ambiente, a 45001 sobre saúde e segurança ocupacional, a 50001 em gestão de energia e a 37001 em gestão antissuborno.

8. RECONHECIMENTOS E PREMIAÇÕES

100 Open Startups: Somos uma das empresas mais abertas à inovação no Brasil e a organização 100 Open Startups, plataforma internacional de maior impacto na geração de negócios ente grandes empresas e startups, reconheceu a Enel Brasil como uma das empresas que mais fazem Open Innovation no país. **Empresa Amiga da Criança:** A Enel Brasil recebeu mais uma vez o selo concedido pela Fundação Abrinq, em reconhecimento as diversas iniciativa do Grupo voltadas para o apoio e desenvolvimento de crianças e jovens, assim como de engajamento no combate ao trabalho infantil em toda a cadeia produtiva. **Empresa Pró-Ética:** A Enel Brasil é reconhecida como uma Empresa Pró-Ética no país por meio da Controladoria-Geral da União (CGU) do governo federal. A iniciativa avalia empresas em relação a práticas de prevenção de atos de corrupção e outros crimes no âmbito das suas atividades de negócio, nos últimos 2 anos. A Enel já foi reconhecida pelo programa nos anos de 2016 e 2017, quando a premiação era anual, em 2018/2019 quando o processo passou a ser bienal e novamente premiada no biênio 2020/2021. **Empresa Mais Digital de 2021:** Prêmio concedido pelo +Digital Institute, reconhece as companhias mais bem posicionadas para enfrentar os desafios e colher as oportunidades do mundo digital, em eventos no quais são promovidas palestras, além de trilhas de conteúdo, salas de negócios e materiais sobre as melhores práticas de transformação digital **Certificação Top Employer:** Pela terceira vez consecutiva, a Enel Brasil foi certificada como uma empresa Top Employer. A certificação, realizada pelo Top Employers Institute, é internacional e avalia práticas de gestão de RH e condições dos colaboradores dentro das organizações. **Anuário Época Negócios 360:** Em 2021, a Enel Brasil foi destaque no Anuário Época Negócios 360º, uma das mais importantes premiações do País, que ranqueia as 300 melhores companhias brasileiras. Fruto de uma parceria entre a revista Época e a Fundação Dom Cabral, a publicação contempla diferentes setores, entre eles, o de Energia. Na dimensão de Sustentabilidade, a Enel ficou na 15º posição entre as 300 empresas listadas no Guia de todos os setores. **Reconhecimento do Pacto Global sobre Práticas Empresariais de Direitos Humanos:** O processo de Due Diligence de Direitos Humanos da Enel foi selecionado pelo Pacto Global do Brasil e pelo Escritório Regional do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Hu¬manos entre as 12 melhores práticas empresariais sobre o tema, em 2021. O processo de seleção envolveu uma chamada pública para as empresas apresentarem suas práticas, e as melhores foram selecionadas para compor uma publicação histórica e exclusiva de cases sobre Empresas e Direitos Humanos, em comemoração aos 10 anos de lançamento dos "Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos".

9. RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, informamos que os auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), não prestaram durante o exercício de 2021 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa. Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia. Todos os serviços prestados pelos auditores independentes são submetidos à aprovação do Conselho de Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31.12.2021	31.12.2020
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	240.971	566.686
Títulos e valores mobiliários	6	116.718	129.555
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	7	2.039.645	1.843.952
Ativo financeiro setorial	10	307.903	-
Créditos a receber - subvenção e outros	8	95.367	22.015
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	9	221.647	38.044
Outros tributos compensáveis	9	588.234	142.473
Serviços em curso		47.816	41.256
Instrumentos financeiros derivativos	31	18.141	330.288
Outros créditos		167.387	132.143
Total do ativo circulante		**3.843.829**	**3.246.412**
Ativo não circulante			
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	7	56.989	44.444
Ativo financeiro setorial	10	98.958	-
Depósitos vinculados	24	261.823	257.473
Outros tributos compensáveis	9	2.881.905	106.522
Tributos diferidos	30	268.169	305.138
Instrumentos financeiros derivativos	31	40.109	3.231
Ativo indenizável (concessão)	11	5.287.315	4.321.429
Ativos contratuais	14	956.056	619.469
Imobilizado	12	106.659	101.701
Intangível	13	2.426.651	2.633.051
Total do ativo não circulante		**12.384.634**	**8.392.458**
Total do ativo		**16.228.463**	**11.638.870**

	Notas	31.12.2021	31.12.2020
Passivo circulante			
Fornecedores	15	1.358.499	1.085.352
Empréstimos e financiamentos	18	3.103.069	925.268
Debêntures	19	-	5.987
Obrigações por arrendamentos	20	18.358	15.018
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	17	436.501	-
Salários, provisões e encargos sociais		65.536	76.609
Outras obrigações fiscais	16	191.988	200.161
Passivo financeiro setorial	10	-	301.498
Encargos setoriais	21	82.687	39.887
Dividendos a pagar		77.771	57.987
Provisões para processos judiciais e outros riscos	24	486	179.662
Instrumentos financeiros derivativos	31	59.340	103
Outras obrigações		197.542	108.903
Total do passivo circulante		**5.591.777**	**2.996.435**
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	18	2.872.962	2.681.857
Debêntures	19	-	998.943
Obrigações por arrendamentos	20	23.161	26.721
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	17	2.814.422	-
Outras obrigações fiscais	16	140.571	-
Passivo financeiro setorial	10	-	87.986
Encargos setoriais	21	43.305	50.654
Instrumentos financeiros derivativos	31	13.976	-
Obrigações com benefícios pós-emprego	23	348.582	590.246
Provisões para processos judiciais e outros riscos	24	661.898	605.629
Outras obrigações		4.846	9.164
Total do passivo não circulante		**6.923.723**	**5.051.200**
Patrimônio líquido	25		
Capital social		2.498.230	2.498.230
Reservas de capital		23.254	23.254
Reservas de lucros		1.218.709	1.068.340
Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial		(27.230)	1.411
Total do patrimônio líquido		**3.712.963**	**3.591.235**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**16.228.463**	**11.638.870**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Notas	2021	Reapresentado 2020
Receita líquida	27	8.473.369	6.391.739
Custo do serviço		(7.195.898)	(5.427.939)
Lucro bruto		**1.277.471**	**963.800**
Despesas operacionais	28		
Despesas com vendas		(17.807)	(15.941)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(518.051)	(281.383)
Despesas gerais e administrativas		(274.581)	(237.440)
Outras receitas operacionais		56.708	52.128
Total (despesas) receitas operacionais		**(753.731)**	**(482.636)**
Resultado do serviço público de energia elétrica		**523.740**	**481.164**
Resultado financeiro	29		
Receitas financeiras		952.201	400.972
Despesas financeiras		(1.378.133)	(806.316)
Total do resultado financeiro		**(425.932)**	**(405.344)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**97.808**	**75.820**
Imposto de renda e contribuição social correntes		487	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(14.893)	(26.896)
	30	**(14.406)**	**(26.896)**
Lucro líquido do exercício		**83.402**	**48.924**
Lucro por ação - básico e diluído (em reais por ação)	26	0,500509	0,293601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**83.402**	48.924
Outros resultados abrangentes:		
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado		
Ganho (perda) atuarial em obrigações com benefícios pós-emprego	131.478	(163.517)
Tributos diferidos sobre ganho (perda) atuarial em obrigações com benefícios pós-emprego	(44.703)	55.596
	86.775	(107.921)
Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado		
Ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	(43.396)	1.082
Tributos diferidos sobre ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	14.755	(368)
	(28.641)	714
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	**141.536**	(58.283)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
Atividades operacionais:		
Lucro líquido do exercício	83.402	48.924
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:		
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	369.666	182.277
Perda de recebíveis de clientes	148.385	112.988
Depreciação e amortização	497.800	466.134
Juros e variações monetárias	444.231	718.650
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	(54.622)	(301.040)
Ativos e passivos financeiros setoriais	(31.883)	(7.416)
Atualização do ativo financeiro da concessão	(459.053)	(167.423)
Valor residual de intangível e imobilizado	11.336	43.880
Tributos e contribuições social diferidos	14.893	26.896
Provisões para processos judiciais e outros riscos	103.863	49.260
Obrigações com benefício pós-emprego	39.912	32.852
Redução (aumento) dos ativos:		
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(726.289)	(691.476)
Subvenção CDE - desconto tarifário	(72.586)	(25.718)
Ativo financeiro setorial	(374.978)	171.936
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	(227.957)	21.213
Outros tributos compensáveis	(3.184.175)	(77.372)
Depósitos vinculados	(4.350)	(31.205)
Serviços em curso	(6.560)	8.132
Outros créditos	(39.577)	(23.688)
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	273.147	185.851
Salários, provisões e encargos sociais	(11.073)	37.745
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(487)	(7.197)
Outras obrigações fiscais	110.285	12.814
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	3.250.923	-
Passivo financeiro setorial	(389.484)	389.484
Encargos setoriais	33.248	(15.179)
Outras obrigações	84.321	1.474
	(117.662)	**1.162.796**
Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	(150.099)	(69.345)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(150.014)	(8.106)
Pagamentos de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures, deduzidos do juros capitalizados	(164.623)	(153.947)
Recebimentos (pagamentos) de juros de instrumento financeiro derivativo	(15.103)	(7.991)
Pagamentos de processos judiciais e outros riscos	(136.113)	(135.730)
Pagamentos de juros de arrendamento	(2.671)	(3.755)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	**(736.286)**	**783.922**
Atividades de investimentos:		
Adições para ativos contratuais e imobilizado	(1.132.486)	(846.639)
Títulos e valores mobiliários	12.837	(23.297)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	**(1.119.649)**	**(869.936)**
Atividades de financiamentos:		
Captação de empréstimos e financiamentos	3.744.100	2.000.951
Pagamentos de debêntures (principal)	(1.000.000)	(600.000)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(1.574.154)	(1.089.113)
Pagamentos de arrendamento (principal)	(14.513)	(5.142)
Pagamento de dividendos	(24)	(66.295)
Recebimento de instrumento financeiro derivativo (principal)	374.811	109.237
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	**1.530.220**	**349.638**
Variação no caixa líquido da Companhia	(325.715)	263.624
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	566.686	303.062
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	**240.971**	**566.686**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital: Reserva de ágio	Reservas de capital: Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Reforço de capital de giro	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.498.230	2.308	20.946	135.904	1.002.891	-	697	3.660.976
Perda atuarial em obrigações com benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	(163.517)	(163.517)
Tributos diferidos s/ perda de obrigações com benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	55.596	55.596
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	-	(107.921)	107.921	-
Ganho em instrumento financeiro derivativo	-	-	-	-	-	-	1.082	1.082
Tributos diferidos s/ ganho em instrumento financeiro derivativo	-	-	-	-	-	-	(368)	(368)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	48.924	-	48.924
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	216	-	216
Proposta da administração para destinação do lucro líquido:								-
Reserva legal	-	-	-	2.446	-	(2.446)	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(11.674)	-	(11.674)
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	-	(72.901)	72.901	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.498.230	2.308	20.946	138.350	929.990	-	1.411	3.591.235
Ganho atuarial em obrigações com benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	131.478	131.478
Tributos diferidos s/ perda de obrigações com benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	(44.703)	(44.703)
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	-	86.775	(86.775)	-
Perda em instrumento financeiro derivativo	-	-	-	-	-	-	(43.396)	(43.396)
Tributos diferidos s/ ganho em instrumento financeiro derivativo	-	-	-	-	-	-	14.755	14.755
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	83.402	-	83.402
Proposta da administração para destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	-	-	-	4.170	-	(4.170)	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(19.808)	-	(19.808)
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	-	146.199	(146.199)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.498.230	2.308	20.946	142.520	1.076.189	-	(27.230)	3.712.963

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	2021	Reapresentado 2020
1. Receitas	**13.101.557**	**9.988.352**
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	**13.471.223**	**10.156.747**
Fornecimento de energia elétrica	12.310.097	9.272.620
Outras receitas	56.708	52.128
Receita relativa à construção de ativos próprios	1.104.418	831.999
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(369.666)	(168.395)
2. Insumos adquiridos de terceiros	**(7.479.429)**	**(5.499.266)**
Materiais	(459.319)	(375.567)
Outros custos operacionais	(380.550)	(284.802)
Custo da energia comprada e transmissão	(5.458.218)	(3.911.394)
Serviços de terceiros	(1.181.342)	(927.503)
3. Valor adicionado bruto	**5.622.128**	**4.489.086**
4. Retenções	**(497.798)**	**(466.134)**
Depreciação e amortização	(497.798)	**(466.134)**
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**5.124.330**	**4.022.952**
6. Valor adicionado recebido em transferência	**952.201**	**400.972**
Receitas financeiras	952.201	**400.972**
7. Valor adicionado total a distribuir	**6.076.531**	**4.423.924**
8. Distribuição do valor adicionado	**6.076.531**	**4.423.924**
Empregados (Colaboradores)	**204.652**	**178.632**
Remunerações	120.047	95.819
FGTS	5.754	5.134
Outros encargos sociais	8.556	7.714
Previdência privada	8.117	16.184
Auxílio-alimentação	12.942	23.641
Convênio assistencial e outros benefícios	24.849	11.543
Participação nos resultados	24.387	18.597
Tributos (Governo)	**4.414.315**	**3.389.432**
Federais	**399.654**	543.718
Imposto de renda e contribuição social	14.406	26.896
COFINS	295.206	409.890
PIS	64.091	83.096
INSS	25.951	23.836
Estaduais	**2.538.727**	**2.136.966**
ICMS	2.538.727	2.136.922
Outros	-	44
Municipais	**8.080**	**7.539**
ISS	4.879	4.194
IPTU	2.040	1.510
Outros	1.161	1.835
Encargos setoriais	**1.467.854**	**701.209**
CDE - Conta de desenvolvimento energético	804.888	581.219
Eficiencia energética, P&D, FNDCT e EPE	68.462	53.277
Encargos do consumidor - CCRBT	585.649	58.240
Taxa de fiscalização - ANEEL	8.855	8.473
Remuneração de capitais de terceiros	**1.374.162**	**806.936**
Juros	1.378.133	806.316
Aluguéis	(3.971)	620
Remuneração de capitais próprios	**83.402**	**48.924**
Dividendo mínimo obrigatório	19.808	11.674
Lucros retidos	63.594	37.250

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Ampla Energia e Serviços S.A. ("Companhia", "Ampla" ou "Enel Distribuição Rio"), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com registro de Companhia aberta categoria "A", com sede no município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, controlada pela Enel Brasil S.A. (Enel Brasil), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália), é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. A sede da Companhia está localizada na Avenida Oscar Niemeyer nº 2000, Bloco 01, Sala 601, Santo Cristo, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – Brasil. Tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 no Estado do Rio de Janeiro e 1 no Estado de Minas Gerais, o qual é regulado pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 005/1996, com vencimento em dezembro de 2026. Em 14 de março de 2017, a Companhia assinou o 6º aditivo ao contrato de concessão que incluiu novas cláusulas econômicas e de gestão, obrigações de melhoria da qualidade e de sustentabilidade econômico-financeira bem como alterou o nível regulatório de perdas não técnicas. Situação econômico-financeira: Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta capital circulante negativo de R$ 1.747.948 (positivo de R$ 249.977 em 31 de dezembro de 2020). A Administração avaliou a capacidade de a Companhia continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Ademais, não existem empréstimos significativos de curto-prazo com vencimento próximo e que precisem ser renegociados, tampouco perdas de suporte financeiro por credores. A Companhia prepara ao final de cada exercício, planos de negócios que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Seu plano de negócio é consistente sobretudo, quando avaliados os indicadores financeiros para os próximos exercícios. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, podendo sofrer alterações. **1.1 Pandemia (Covid-19) - Impactos econômico-financeiros: Pessoas e sociedade:** Para os profissionais que realizam trabalhos operacionais, a Companhia providenciou e disponibilizou, para cada profissional, equipamentos de proteção individual, bem como comunicações e recomendações contínuas relacionadas a como evitar o contágio por Covid-19. Não obstante, os benefícios de saúde disponibilizados desde o início da pandemia, como por exemplo, apólices de seguro com cobertura adicional para os profissionais que eventualmente forem hospitalizados por decorrência de infecção por Covid-19, serão mantidos. Desde a adoção mais ampliada do trabalho remoto, intensificada após o início da pandemia, a nova forma de trabalho se demonstrou eficiente e com a mesma qualidade ora atingida pelo trabalho em loco. Este resultado só é possível pelos constantes investimentos em digitalizações e sistemas realizados pela Companhia. Essa nova realidade se tornou uma oportunidade para expansão da prática do trabalho remoto. **Monitoramento e plano estratégico:** A Companhia tem realizado acompanhamento constante relacionado à estratégia e manutenção da qualidade dos serviços, bem como à lucratividade de seus negócios. Esse monitoramento resultou em informações que puderam auxiliar a administração na tomada de decisões estratégicas, como também, demonstraram que, apesar de toda crise causada pela pandemia da Covid-19, nenhum dos negócios mantidos apresentou indicativos de descontinuidade ou perda do seu valor recuperável. Para prevenir ou amenizar qualquer efeito negativo que possa, porventura, ser identificado em suas linhas de negócios, a Administração da Companhia continuará a monitorar suas atividades, demandas, resultados operacionais e de suporte, para que possa, de forma tempestiva, tomar ações que previnam ou amenizem tais efeitos. **Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa:** A Companhia tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes da pandemia e seus reflexos sobre a PECLD. Este acompanhamento, inclui, dentre outras ações, a adoção de premissas que melhor reflitam a estimativa de perdas esperadas como resultado das limitações estabelecidas pela resolução normativa nº 928 emitida pela ANEEL em 26 março de 2021 (que foi prorrogada pela resolução normativa nº 936 emitida pela ANEEL em 15 de junho de 2021), que determinava a impossibilidade de corte por inadimplência para classes de consumos específicas (por exemplo: consumidores classificados como baixa renda e serviços essenciais) até 31 de dezembro de 2021, No caso de Enel Rio também deve-se considerar os efeitos da Lei Estadual nº 8.769/20, que impossibilitou o corte massivo até junho de 2021. Sendo assim, a Companhia reestabeleceu seu processo de desconexão a partir de julho de 2021 e, para o segmento de baixa renda, retornou somente a partir de janeiro de 2022. Com base na resolução acima, a provisão para perdas esperadas em contas a receber, abrange a melhor estimativa da Companhia, tal estimativa é determinada com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas informações financeiras e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores, vide nota explicativa nº 7. Todos os efeitos possíveis e confiavelmente mensuráveis têm sido aplicados de forma consistente na determinação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa. **Medidas para o setor elétrico:** Como resposta à pandemia, a ANEEL adotou algumas medidas temporárias adicionais a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica por meio de nova resolução normativa publicada em março de 2021 (REN 928/2021, que foi prorrogada pela REN 936/2021). Dentre essas medidas, pode-se citar (i) a vedação temporária da suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores baixa renda; que utilizem equipamentos necessários à vida; instalações associadas aos sistemas de saúde; e infraestrutura relacionada a vacinação, armazenamento de vacinas, atendimento médico-hospitalar, (ii) suspensão do prazo nonagesimal para corte por inadimplência para todos usuários e do descadastramento dos consumidores baixa renda, exceto para aqueles que não atendem os critérios; (iii) suspensão do pagamento de compensações DIC/FIC/DMIC e conformidade de tensão desde que estes pagamentos tivessem sido honrados até dezembro de 2021 com atualização; e (iv) ações específicas para o caso de adoção de medidas restritivas de combate à Covid-19 por autoridades competentes locais. Tais medidas vigoraram até 30 de setembro de 2021. Por meio da Resolução nº 2/2021, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras do Sistema Interligado Nacional aos clientes dos grupos A e B, com algumas exceções. O programa concede um bônus em fatura, no valor de R$ 0,50 (cinquenta centavos) para cada 1kWh em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10%, limitado a 20%, apurada de forma cumulativa nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2021 em comparação às faturas de setembro a dezembro de 2020. A bonificação será concedida nas faturas a partir de janeiro de 2022 e os créditos concedidos em fatura, serão recuperados por meio do encargo destinado à cobertura dos custos do serviço do sistema, sem prejuízo financeiro para a Companhia. Para atendimento à resolução e ao ofício circular nº 4/2021 da ANEEL, a Companhia apurou o montante de R$ 86.929, a ser concedido nas faturas nas unidades consumidoras, vide nota explicativa nº 8. O desconto está sendo concedido desde 02 de janeiro de 2022, de acordo com os lotes de faturamento. **Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão:** A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020 e o Decreto nº 10.350/2020, reconheceu que os fatos atuais causados pela pandemia se incluem no âmbito das áreas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar a 3ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 em 16 de dezembro de 2020 para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e mensuração de seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020. Em 23 de novembro de 2021, em reunião pública, foi aprovado pela ANEEL, o resultado da consulta pública 035/2020. Por meio da resolução nº 952/2021, foi estabelecido os critérios para ressarcimento aos consumidores, dos custos acessórios incorridos nas operações de crédito relativas à Conta-Covid. As distribuidoras deverão arcar com os custos acessórios do CDI e do spread financeiro para a parte do empréstimo lastreado na CVA em amortização e na Parcela B. O montante apurado pela Companhia, referente a tais custos acessórios foi de R$ 20.742, o qual foi registrado como passivo financeiro setorial e será repassado aos consumidores no próximo ciclo tarifário, a partir do ciclo 2022 - vide nota explicativa nº 10 - (Valores a receber (devolver) de Parcela A e outros itens financeiros). Na mesma Resolução, a ANEEL aprovou as regras para avaliação de pedidos de reequilíbrio econômico em decorrência dos impactos decorrentes da pandemia. Conforme tal norma, são itens passíveis de reequilíbrio a queda de faturamento devido à redução de mercado e a perda de arrecadação resultante do aumento de inadimplência. Ademais foram definidas a metodologia de cálculo da sobrecontratação involuntária resultante da redução de carga durante a pandemia e os critérios para ressarcimento aos consumidores dos custos associados à operação da Conta-Covid em 2020. Os pedidos de reequilíbrio devem ser realizados em até 60 dias da publicação dos resultados da projeção de receitas irrecuperáveis que será ainda realizada pela ANEEL, possivelmente, no 1º trimestre de 2022. Em 13 de dezembro de 2021, o Governo Federal publicou a medida provisória nº 1.078, que permite o financiamento às distribuidoras para mitigar o impacto derivado da escassez de água, bem como os diferimentos tarifários ocorridos até o desembolso do próprio empréstimo. O Decreto nº 10.939/2021, foi publicado no dia 13 de janeiro de 2022 com a regulamentação da referida medida provisória. O financiamento será gerido pela CCEE por meio da "Conta Escassez Hídrica", sendo que a ANEEL homologará os valores a serem pagos pela referida conta, a cada distribuidora. O referido empréstimo será pago pelos consumidores (clientes regulados e novos clientes livres que migrarem a partir da data de emissão da referida Provisão Temporária) por meio da conta de energia. A ANEEL ainda publicará a resolução com as condições para o empréstimo. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1.** **Base de preparação**: **2.1.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão. A Companhia, sempre que aplicável, se utilizam das orientações e requerimentos estabelecidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas regidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de fevereiro de 2022. **2.1.2. Moeda funcional e transações em moeda estrangeira:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.1.3. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração. **2.1.4. Segmento de negócios:** Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas. Embora a Companhia atue em dois estados diferentes (Estado do Rio de Janeiro e Minas gerais), possui uma única atividade de negócio das quais pode obter receitas e incorrer despesas (Distribuição de Energia Elétrica), a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte. **2.1.5. Reclassificação de saldos comparativos:** A Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu ao seguinte ajuste e reclassificação nas suas demonstrações do resultado e do valor adicionado de 31 de dezembro de 2020, originalmente autorizadas em 22 de fevereiro de 2021 conforme demonstrado a seguir, seguindo as orientações emanadas pelo CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. As mudanças efetuadas não alteram o total dos ativos, passivos e do patrimônio líquido. **(a)** A Companhia revisou suas práticas contábeis e concluiu que a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão, originalmente apresentada sob a rubrica de "Receita Financeira", no resultado financeiro, poderia ser melhor classificada no grupo de receitas operacionais, alinhando sua política com a de distribuidora do mesmo grupo econômico, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim, por refletir mais apropriadamente o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica. Trata-se nesse caso, de uma mudança de política contábil e não de correção ou retificação de erro. Tal conclusão está suportada pelos seguintes elementos: • O retorno dos negócios de distribuição, sobre o investimento em infraestrutura, é determinado pelo valor justo dessa infraestrutura mais a taxa de "WACC". • Investir em infraestrutura é a atividade precípua de seu negócio, e o seu modelo de gestão está suportado em controlar a construção, manutenção e operação dessa infraestrutura; • As receitas tarifárias representam tanto o retorno do ativo intangível quanto uma parte do retorno do ativo financeiro, pelo fato de esses dois ativos contábeis integrarem a base regulatória de remuneração. E as receitas tarifárias estão totalmente registradas como parte da "Receita Operacional Líquida"; • A mudança dessa política contábil não implica em dizer que a política contábil anterior estaria inadequada, uma vez que a norma permite as duas interpretações. A Companhia entende que a nova política é um aprimoramento e permite melhor refletir a essência econômica dos contratos de distribuição de energia elétrica, bem como o pleno alinhamento de política contábil para o segmento de distribuição do Grupo Enel. • A maioria das companhias de distribuição de energia elétrica no Brasil adota essa mesma forma de apresentação, agora implementada pela Companhia, proporcionando uma melhor comparabilidade das demonstrações financeiras entre as empresas do setor. A nova classificação adotada está corroborada pelo parágrafo 23 do OCPC 05 – Contrato de Concessão. O impacto deste assunto no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é uma reclassificação de R$ 167.423 da receita financeira para o resultado operacional (nota explicativa nº 27), sem efeito líquido na DRE. **(b)** Reclassificação dos Encargos do consumidor (CCRBT), para "Deduções da receita", anteriormente apresentados como "Fornecimento de energia elétrica", no montante de R$ 58.240. As alterações na DRE e DVA dos itens (a) e (b) anteriormente descritos, estão demonstrados a seguir:

2020	Originalmente apresentado	Ref.	Reclassificação	Reapresentado
Receita líquida	6.224.316	(a)	167.423	6.391.739
Custo do serviço	(5.427.939)		-	(5.427.939)
Lucro bruto	**796.377**		167.423	**963.800**
Total (despesas) receitas operacionais	**(482.636)**		-	**(482.636)**
Resultado do serviço público de energia elétrica	**313.741**		167.423	**481.164**
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	568.395	(a)	(167.423)	400.972
Despesas financeiras	(806.316)		-	(806.316)
Total do resultado financeiro	(237.921)		(167.423)	(405.344)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**75.820**		-	**75.820**
Imposto de renda e contribuição social correntes	-		-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(26.896)		-	(26.896)
	(26.896)		-	**(26.896)**
Lucro líquido do exercício	48.924			48.924

2020	Originalmente apresentado	Ref.	Reclassificação	Reapresentado
1. Receitas	9.762.689		225.663	9.988.352
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	9.931.084		225.663	10.156.747
Fornecimento de energia elétrica	9.046.957	(a) (b)	225.663	9.272.620
Outras receitas	52.128		-	52.128
Receita relativa à construção de ativos próprios	831.999		-	831.999
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(168.395)		-	(168.395)
2. Insumos adquiridos de terceiros	**(5.499.266)**		-	**(5.499.266)**
3. Valor adicionado bruto	**4.263.423**		**225.663**	**4.489.086**
4. Retenções	**(466.134)**		-	**(466.134)**
Depreciação e amortização	(466.134)		-	(466.134)
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**3.797.289**		**225.663**	**4.022.952**
6. Valor adicionado recebido em transferência	**568.395**	(a)	**(167.423)**	**400.972**
7. Valor adicionado total a distribuir	**4.365.684**		**58.240**	**4.423.924**
8. Distribuição do valor adicionado	**4.365.684**		**58.240**	**4.423.924**
Empregados (Colaboradores)	**178.632**		-	**178.632**
Tributos (Governo)	**3.331.192**		**58.240**	**3.389.432**
Encargos setoriais	642.969		58.240	701.209
CDE - Conta de desenvolvimento energético	581.219		-	581.219
Eficiencia energética, P&D, FNDCT e EPE	53.277		-	53.277
Encargos do consumidor - CCRBT	-	(b)	58.240	58.240
Taxa de fiscalização - ANEEL	8.473		-	8.473
Remuneração de capitais de terceiros	**806.936**		-	**806.936**
Remuneração de capitais próprios	**48.924**		-	**48.924**

2.2. **Principais políticas contábeis**: **2.2.1. Reconhecimento de receita:** As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente ("CPC 47"). A norma estabelece um modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca dos bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato. **2.2.1.1. Receita de distribuição (fornecimento e disponibilidade da rede elétrica):** As receitas de distribuição de energia são reconhecidas conforme contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida ao longo do tempo e o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que os serviços são efetivamente transferidos aos clientes. A Companhia efetua o processo de medição (leitura) do consumo de seus clientes de acordo com o cronograma de leitura estabelecido, como resultado desse processo, o consumo de MWh é faturado mensalmente para cada consumidor. Como parte do curso normal do processo de leitura, parte da energia distribuída ao longo do mês não é faturada ao final de cada mês, e, consequentemente, a Companhia realiza uma estimativa através de premissas estabelecidas com base no histórico de consumo e volume total de energia disponibilizada. Essa estimativa é registrada como receita de distribuição não faturada (uso de estimativa). Adicionalmente, a receita originada de um contrato com cliente é reconhecida quando a possibilidade de recebimento for provável, considerando a capacidade e a intenção de pagamento do cliente. Sendo assim, havendo a expectativa de não recebimento, a respectiva receita é apresentada líquida, através de uma conta redutora de fornecimento de energia. As receitas são reconhecidas de forma líquida de contraprestação variável, como por exemplo eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. Dessa forma, como os indicadores individuais de desempenho refletem a qualidade da infraestrutura da rede de energia elétrica de distribuição, as compensações financeiras ocorridas, em função do não cumprimento das metas estabelecidas pela ANEEL, devem ser deduzidas da própria receita gerada pela Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD). Conforme mencionando anteriormente, a receita pela disponibilidade da rede elétrica é registrada de forma líquida das compensações pagas aos consumidores (contraprestação variável), relativas aos indicadores de continuidade individuais DIC, FIC, DMIC e DICRI. Tais indicadores refletem a qualidade da infraestrutura da rede de energia elétrica de distribuição prestada aos clientes (livre e cativo). Indicam a duração e frequência da interrupção de energia, assim como a duração máxima (tolerância) que o consumidor pode ter o fornecimento de energia interrompido. Quando esses indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia, caracterizando uma contraprestação variável. A Companhia efetua o ressarcimento ao cliente, através de crédito na fatura, em até dois meses após a ocorrência. **2.2.1.2. Receita de construção:** A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão ("ICPC 01") estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo de contrato é registrada no resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais. **2.2.1.3. Receita de serviço:** As receitas com serviços são complementares às atividades de energia como, por exemplo, como serviços cobráveis, ou atividades acessórias, como arrecadação de convênios. As receitas de serviços são reconhecidas à medida que as obrigações de performances determinadas em contrato são transferidas ao cliente e a possibilidade do recebimento da contraprestação financeira for provável. **2.2.2. Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. a) Classificação – Ativos e passivos financeiros: A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um

continua...

DocuSigned by:
O Fluminense
Assinado por: EDITORA JORNALISTICA ALBERTO LTDA
CPF: 03620359709
Data/Hora da Assinatura: 10/03/2022 23:23:22 BRT
ICP Brasil
75736D9C84D0449E8FD47F14403F2B33

DocuSign Envelope ID: 70B3E1EA-2EFD-4AAF-9D13-04A8FDB6F142

...continuação

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S/A

componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, que por sua vez podem ser acrescidos ou deduzidos por passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, e/ou os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Mensuração subsequente: Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias: Valor justo por meio do resultado: Encontram-se nesta categoria o ativo indenizável relacionado à infraestrutura de distribuição. São mensurados pelo valor novo de reposição ("VNR"), equivalentes ao valor justo na data das demonstrações financeiras. A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando existe um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder público concedente, ou sob a direção da concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados. Nesta categoria encontram-se também os certificados de depósito bancário (CDB), operações compromissadas, fundos de investimentos aberto e instrumentos financeiros derivativos (swap). Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida): Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. Os instrumentos de dívida da Companhia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes compreendem os instrumentos financeiros derivativos mantidos para regular as exposições de riscos de variação de todas os empréstimos indexadas às moedas estrangeiras. Custo amortizado (instrumentos de dívida): Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas dos passivos financeiros são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. Encontram-se nesta categoria os valores a receber com consumidores e outras contas a receber, ativo e passivos financeiros do setor, valores a receber de partes relacionadas, fornecedores, empréstimos e financiamentos e obrigações por arrendamento. b) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; • A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. c) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado. d) Instrumentos financeiros, apresentação líquida: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. e) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge: Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (hedge accounting). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. A Companhia adota a contabilidade de hedge (hedge accounting) e designa certos derivativos como: • Hedge de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (hedge de fluxo de caixa); ou, • Hedge do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (hedge de valor justo). f) Hedge de fluxo de caixa: A parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de hedge designado e qualificado como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido na conta "outros resultados abrangentes", enquanto a parcela não efetiva é imediatamente reconhecida na demonstração do resultado como resultado financeiro. Para cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito, vide nota explicativa nº (NE Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro). Quando os contratos a termo são usados como hedge das transações previstas, o Grupo geralmente designa a mudança no valor justo do contrato a termo relacionado ao componente à vista como o instrumento de hedge. Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva da mudança no componente à vista dos contratos a termo são reconhecidos no patrimônio líquido como reserva de hedge de fluxo de caixa. A mudança no componente a termo do contrato relacionado ao item protegido é reconhecida, no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes como custos da reserva de hedge. Em alguns casos, a Companhia pode designar toda a mudança no valor justo do contrato a termo (incluindo pontos a termo) como o instrumento de hedge. Nesses casos, os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva da mudança no valor justo de todo o contrato a termo são reconhecidos no patrimônio líquido como reserva de hedge de fluxo de caixa. Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado. Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos. Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito acima. g) Hedge de valor justo: As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia aplica a contabilidade de hedge de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos e exposição cambial. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de swaps de taxa de juros para proteção contra empréstimos com taxas fixas é reconhecido na demonstração do resultado como "despesas financeiras". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado como "outros ganhos (perdas), líquidos". As variações no valor justo dos empréstimos com taxas fixas protegidas por hedge, atribuíveis ao risco de taxa de juros, são reconhecidas na demonstração do resultado como "despesas financeiras". Assim como no tratamento do hedge de fluxo de caixa, para o cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito, vide nota explicativa nº (NE Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro). Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento. (h) Hedge de valor justo: As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia aplica a contabilidade de hedge de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos e exposição cambial. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de swaps de taxa de juros para proteção contra empréstimos com taxas fixas é reconhecido na demonstração do resultado como "despesas financeiras". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado como "outros ganhos (perdas), líquidos". As variações no valor justo dos empréstimos com taxas fixas protegidas por hedge, atribuíveis ao risco de taxa de juros, são reconhecidas na demonstração do resultado como "despesas financeiras". Assim como no tratamento do hedge de fluxo de caixa, para o cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito, vide nota explicativa nº 31. Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento. h) Ativo indenizável (concessão): O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros "valor justo por meio de resultado", pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no valor novo de reposição ("VNR"), acrescido de correção monetária pelo IPCA, de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR). **2.2.3. Ativos e passivos financeiros setoriais:** Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros. No termo de aditivo, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão. Como consequência, foi emitido pelo CPC a Orientação Técnica – OCPC08 que teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada. De acordo com a OCPC 08, o aditamento aos contratos de concessão, representou um elemento novo que eliminou, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quando à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos. Os registros dos valores a receber e a pagar são efetuados em contas de ativo e passivo, respectivamente, em contrapartida ao resultado do exercício na rubrica de receita operacional líquida - ativo e passivo financeiro setorial. **2.2.4. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nos orçamentos financeiros, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. Em 31 de dezembro de 2021, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido. **2.2.5. Intangível:** São decorrentes de licenças de software, direito de uso da infraestrutura e aquisição de novos projetos. Esses ativos são reconhecidos pelo custo. O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões da infraestrutura, conforme aplicação do ICPC 01 e IFRIC 12 - Contratos de Concessão, corresponde ao direito que os concessionários possuem de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão. A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil regulatória nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão no caso das distribuidoras. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. **2.2.6. Ativos contratuais:** O ativo de contrato (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) – Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo de contrato pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção para intangível da concessão. O ativo de contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados. **2.2.7. Imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, A Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, vide nota explicativa nº 12. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. **2.2.8. Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional. Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente. Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia aplica o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato. A Companhia aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento. A Companhia também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento. **2.2.9. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. a) Imposto corrente: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. b) Imposto diferido: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos em relação aos créditos e perdas tributários e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil. **2.2.10. Benefício a empregados – Planos de benefício definido:** A obrigação líquida é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. O déficit/superávit é calculado, deduzindo-se o valor justo dos ativos do plano. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis, incluindo contratos de dívidas assumidas pela Companhia com os planos. As remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos sobre o passivo de benefício definido e o custo do serviço são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período com base na taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido e no passivo definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem na demonstração do resultado, do exercício, como parcela do custo do serviço, ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes também são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação, ou liquidação parcial, do respectivo plano. O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem no resultado, como parcela do custo do serviço, bem como os ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação do respectivo plano. **2.2.11. Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios:** As provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios são reconhecidas quando a Companhia (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. **2.2.12. Subvenções governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. As subvenções que visam compensar a Companhia nos subsídios incidentes nas tarifas de energia de classes específicas de consumidores, incluindo subsídios de baixa renda, são reconhecidas no resultado como "outras receitas" denominadas como Subvenção CDE em uma base sistemática durante os períodos em que o faturamento ocorre, quando se torna recebível, vide nota explicativa nº 8. **2.2.13. Resultado por ação - básico/diluído:** O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação. O cálculo do lucro diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação após os ajustes para todas as potenciais ações ordinárias diluídas. **2.3. Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2021:** A Companhia e suas subsidiárias avaliaram os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021 estão evidenciadas a seguir: a) Alterações ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos | IFRS 16 – Leases: O CPC 06 (R2) equivalente à norma internacional de contabilidade, IFRS 16, foi alterado com o objetivo de determinar os procedimentos e critérios contábeis para o devido registro de benefícios concedidos aos arrendatários pelos arrendadores através de alterações de contratos de arrendamentos em decorrência da pandemia de Covid-19. (i) A alteração em questão permite a utilização de um expediente prático para a contabilização de alterações contratuais temporárias em decorrência da Covid-19, que devem, obrigatoriamente, atender a todas as características descritas a seguir: (ii) A alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração; (iii) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021; e (iv) Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento. A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia e suas subsidiárias. b) Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração, evidenciação e instrumentos financeiros | IFRS 07 – *Financial instruments: Disclosures* e 09 – Financial Instruments. Os pronunciamentos contábeis supracitados foram alterados em virtude da recente reforma realizada sobre as taxas interbancárias oferecidas (IBORs), tais taxas são referências de juros, como por exemplo, LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Dessa forma, o IASB emitiu a reforma da taxa de juros de referência que resultou na alteração das IFRS 07 e IFRS 09. Tais alterações modificam, principalmente, as exigências específicas de contabilização de hedge para permitir a manutenção da contabilização destes instrumentos de proteção durante o período de incerteza gerado pela reforma da taxa de juros de referência. **2.4. Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes:** Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia e suas subsidiárias, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 27 – Imobilizado	Prover guidance para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
Melhorias anuais às IFRS Ciclo 2018 - 2020	Alterações às IFRS 01, IFRS 09, IFRS 16 e IAS 41	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis e CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover mais orientações sobre materialidade, julgamentos e alterações nas divulgações de políticas contábeis.	1º de janeiro de 2023
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover guidance sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover guidance para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC

2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas, que estão sujeitas a estimativas incluem: perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, ativo indenizável, perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios, benefícios pós-emprego, receita de distribuição não faturada e instrumentos financeiros. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis. **Julgamentos, estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: **Nota explicativa 31** - Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **Nota explicativa 11** - Ativo indenizável (concessão): O ativo financeiro da concessão é mensurado em função da referida base de remuneração e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como novo preço de reposição e atualização pelo IPCA. Cabe lembrar que o critério definido pela ANEEL atribui valor à infraestrutura do concessionário, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela dessa infraestrutura que não estará amortizado ao final do prazo da concessão. Portanto, esse ativo financeiro é intrinsecamente vinculado à infraestrutura, por sua vez, tem seus critérios de avaliação definidos pela ANEEL. Esses critérios podem ser modificados pela ANEEL. A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco de crédito do ativo financeiro da concessão, visto que o contrato firmado assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a ser pago pelo Poder Concedente. **Nota explicativa 7** - Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa ("PECLD"): As perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A Companhia utiliza a abordagem de mensuração através de uma matriz de perdas estimadas calculada com base na experiência real de perda de crédito nos últimos 5 (cinco) anos utilizando como base probabilidade de perda determinada individualmente e coletivamente. São considerados os históricos de forma segregada em faturamento regular, parcelamentos e faturas de fraude, por classe de consumo (residencial, rural, comercial, industrial, iluminação pública, serviço público e poder público). Os modelos utilizados atendem à abordagem geral e simplificada estabelecida pelo CPC 48, como a seguir: (i) Individualmente, a Companhia determina a perda esperada para crédito de liquidação duvidosa para cada cliente, este modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual, bem como análise dos processos judiciais e clientes relevantes com avaliação da probabilidade de perda e respectiva perda esperada. (ii) Coletivamente, a Companhia utiliza uma matriz de provisões para determinação da perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, essa matriz é utilizada principalmente onde há uma quantidade relevante de clientes. Adicionalmente, a perda esperada é calculada separadamente para cada classe de consumo conforme informado anteriormente. Em ambos os modelos, a Companhia determina percentuais de perdas esperadas de crédito ("Expected Credit Losses – ECL") desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro. Estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência ("Probability of Default – PD") e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência ("Loss given default – LGD"), os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. **Nota explicativa 30** - Ativo fiscal diferido: Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Companhia é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. Os ativos fiscais diferidos não prescrevem. **Nota explicativa 24** - Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios: A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, trabalhistas e regulatórias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Nota explicativa 23** - Benefícios pós-emprego: O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas e que são revisadas a cada data-base. **Nota explicativa 27** - Receita de distribuição não faturada: O cálculo da receita não faturada é baseado no número de dias não faturados no mês, na estimativa de energia distribuída nesses dias e no preço médio estimado por classe de clientes no mês. **Nota explicativa 31** - Instrumentos financeiros: Mensuração do valor justo: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas contábeis, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. **3. Alterações na legislação brasileira e assuntos regulatórios:** a) Revisão e reajuste tarifário: A ANEEL, em reunião pública de sua Diretoria realizada em 09 de março de 2021, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2021 aplicado nas tarifas a partir de 15 de março de 2021 aprovando um reajuste de +12,57% composto por reajuste econômico de +16,86% e componente financeiro de -4,29%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário de -6,54%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +6,02% sendo +10,38% e +4,63% para os consumidores conectados na Alta Tensão (AT) e Baixa Tensão (BT), respectivamente. b) Bandeiras tarifárias: Diante de condições hidro energéticas adversas, em 30 de novembro de 2020, por meio do Despacho nº 3.364/20, a ANEEL decidiu revogar o Despacho nº 1.511/20, que suspendia a aplicação das Bandeiras tarifárias, e reativou o sistema das bandeiras tarifárias. O ano de 2021 foi marcado pelo agravamento hidrológico do sistema elétrico brasileiro tendo consequentes aumentos dos patamares das bandeiras tarifárias até o patamar vermelho nível 2 e reajustes de seus preços. Em 31 de agosto de 2021, o Governo Federal determinou à ANEEL, por meio da Resolução CREG nº 3/2021, a implantação da Bandeira Escassez Hídrica a ser aplicada aos clientes cativos exceto os clientes Baixa Renda que continuariam a terem os valores de bandeira dentre os patamares já conhecidos (REH 2.888/21). A Bandeira escassez hídrica possui vigência de setembro de 2021 a abril de 2022, pela qual a tarifa será acrescida de R$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. **4. Reajuste tarifário anual:** A ANEEL, em reunião pública de sua diretoria realizada em 09 de março de 2021, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2021 da Companhia, aplicado nas tarifas a partir de 15 de março de 2021. A ANEEL aprovou um reajuste de +12,57% composto por (i) reajuste econômico de +16,86%, sendo +15,15% de Parcela A, +1,71% de Parcela B, receitas irrecuperáveis de +0,10% e (ii) componente financeiro de -4,29%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário de -6,54%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +6,02%. O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário 2021	
Encargos Setoriais	4,93%
Energia Comprada	4,47%
Encargos de Transmissão	5,65%
Receita Irrecuperável	0,10%
Parcela A	**15,15%**
Parcela B	**1,71%**
Reajuste Econômico	16,86%
CVA Total	8,29%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	-12,58%
Reajuste Financeiro	**-4,29%**
Índice de Reajuste Total	**12,57%**
Componentes Financeiros do Processo Anterior	-6,54%
Efeito para o Consumidor	**6,02%**

Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após o Reajuste Tarifário, tiveram os seguintes impactos: **(i) Parcela A:** Reajustada em +22,9%, representando +15,15% no reajuste econômico com os seguintes componentes: • Encargos setoriais - aumento de +34,4%, representando +4,93% no reajuste econômico em função, principalmente, da elevação devido à Conta de Desenvolvimento Energético sobre à COVID-19 ("CDE COVID") e dos encargos com o PROINFA e TFSEE; • Energia comprada - aumento de +10,9%, decorrente principalmente da elevação da variação do dólar relativo à Itaipu e da elevação dos montantes de energia nova e de fontes alternativas dos Contratos de Compra de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR. O aumento do custo da compra de energia representa +4,47% no reajuste econômico; • Encargos de transmissão - aumento de +57,1% decorrente principalmente de novas tarifas e novas Receitas Anuais Permitidas da Rede Básica em relação ao ciclo anterior, representando +5,65% no reajuste econômico; • Receitas Irrecuperáveis - aumento de +8,82% decorrente dos novos valores em relação ao ciclo anterior. Este item representou +0,10% no reajuste econômico. **(ii) Parcela B:** Reajustada em +5,1%, representando uma participação de +1,71% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes: • IPCA de 4,98%, no período de 12 meses findos em fevereiro de 2021; e • Fator X de 0,09%, composto por: – Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de -0,12%; – Componente X-Q (qualidade do serviço) de 0,21%; e – Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de 0,00%, previamente definido na 4ªRTP para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia. **(iii) Componentes financeiros:** Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante negativo de R$ 242.123, dentre os quais destacam-se: R$ 467.594 positivos, referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"); neutralidade de encargos setoriais positivo de R$ 118.840; sobrecontratação positiva de R$ 21.045; reversão efeito Conta-COVID negativo de R$ 806.237; e, previsão de risco hidrológico positivo de R$ 158.170. O reajuste tarifário médio de +6,02% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, sendo +10,38% e +4,63% para alta e baixa tensão, respectivamente. **Bandeira tarifária:** O primeiro trimestre de 2021 foi marcado pela recuperação lenta dos níveis de reservatórios hidráulicos, assim a ANEEL publicou o acionamento da bandeira amarela para os meses de janeiro de 2021 a março de 2021. O segundo trimestre foi sentido de piora do cenário hidrológico, sendo em abril de 2021 a amarela, bandeira vermelha patamar 1 acionada em maio de 2021 e em junho de 2021 acionada a bandeira vermelha patamar 2. O terceiro trimestre foi marcado pelo agravamento hidrológico do sistema elétrico brasileiro, nos meses de julho e agosto a bandeira vermelha patamar 2 ainda foi acionada. Em 31 de agosto de 2021, o Governo Federal determinou à ANEEL, por meio da Resolução CREG nº 3/2021, a implantação da Bandeira Escassez Hídrica a ser aplicada aos clientes cativos exceto os clientes Baixa Renda que continuarão a terem os valores de bandeira dentre os patamares já conhecidos (REH 2.888/21). A bandeira escassez hídrica possui vigência de setembro de 2021 a abril de 2022, pela qual a tarifa será acrescida de R$ 14,2 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

5. Caixa e equivalentes de caixa:

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e contas correntes bancárias	**5.771**	**58.991**
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	32.080	305.345
Operações compromissadas	195.695	196.421
	227.775	**501.766**
Fundos não exclusivos		
Fundos de investimentos abertos (i)	7.425	5.925
Operações compromissadas	-	4
Total de fundos de investimento não exclusivos	**7.425**	**5.929**
Total	**240.971**	**566.686**

(i) Fundos de investimento aberto vinculado às aplicações automáticas dos saldos excedentes de caixa, o qual apresentam liquidez imediata.

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e curva da taxa CDI mensal. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não existe registro de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa visto que os ativos financeiros são aplicados em instituições de primeira linha, sendo os mesmos monitorados de forma contínua pela Companhia.

6. Títulos e valores mobiliários:	31.12.2021	31.12.2020
Fundos de investimentos não exclusivos	**96.551**	**92.646**
Fundos de investimentos exclusivos	**20.167**	**36.909**
Títulos públicos	11.424	31.397
LF - Letra Financeira	8.743	5.512
Total	**116.718**	**129.555**

Fundo exclusivo das Empresas do Grupo Enel, na qual a Companhia é uma das oito cotistas e apresenta 22,88% de representatividade sobre o total do mesmo em 31 de dezembro de 2021 (7,11% em 31 de dezembro de 2020). A Companhia aplica uma parcela do seu caixa em fundos de investimento não exclusivos, administrados por Asset de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

7. Contas a receber de clientes e outros recebíveis: A composição do saldo de consumidores e outras contas a receber é como segue:

		Vencidos					Total		
	A vencer	até 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	31.12.2021	PECLD	Total Líquido
Classes de consumidores:									
Residencial	226.246	265.052	52.432	140.661	312.342	842.105	**1.838.838**	(1.053.454)	**785.384**
Industrial	27.275	9.419	4.229	3.488	4.159	35.915	**84.485**	(19.683)	**64.802**
Comercial	85.254	49.689	9.208	25.930	45.455	147.011	**362.547**	(226.375)	**136.172**
Rural	7.223	9.218	1.082	2.597	4.331	9.998	**34.449**	(12.813)	**21.636**
Poder público	42.138	16.573	1.674	7.750	12.498	84.744	**165.377**	(16.923)	**148.454**
Iluminação pública	50.513	22.743	5.537	16.461	20.631	89.949	**205.834**	(5.631)	**200.203**
Serviço público	28.328	1.403	298	1.122	956	3.661	**35.768**	(5.333)	**30.435**
Fornecimento faturado	**466.977**	**374.097**	**74.460**	**198.009**	**400.372**	**1.213.383**	**2.727.298**	**(1.340.212)**	**1.387.086**
Receita não faturada	465.962	-	-	-	-	-	**465.962**	(12.437)	**453.525**
Parcelamento de débitos	211.857	-	-	-	-	-	**211.857**	(6.157)	**205.700**
Venda de Energia Excedente - MVE	3.671	-	-	-	-	-	**3.671**	-	**3.671**
Compartilhamento - uso mútuo	10.948	12.748	2.366	11.469	9.396	16.519	**63.446**	(20.223)	**43.223**
Agente de cobrança da iluminação pública	2.487	1.012	-	851	1.458	2.281	**8.089**	(4.660)	**3.429**
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	-			-		4.136	**4.136**	(4.136)	**-**
Subtotal	**1.161.902**	**387.857**	**76.826**	**210.329**	**411.226**	**1.236.319**	**3.484.459**	**(1.387.825)**	**2.096.634**
								Circulante	**2.039.645**
								Não circulante	**56.989**

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

		Vencidos					Total		
	A vencer	até 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	31.12.2020	PECLD	Total Líquido
Classes de consumidores:									
Residencial	267.446	223.036	67.823	125.741	188.187	637.856	**1.510.089**	(740.604)	**769.485**
Industrial	76.409	9.845	766	2.224	3.665	47.189	**140.098**	(51.622)	**88.476**
Comercial	134.993	47.591	8.812	18.031	33.852	120.924	**364.203**	(130.924)	**233.279**
Rural	6.913	5.529	1.485	2.930	2.989	6.103	**25.949**	(7.342)	**18.607**
Poder público	44.227	18.574	6.055	14.175	21.835	62.812	**167.678**	(17.803)	**149.875**
Iluminação pública	35.623	22.467	6.164	13.433	19.018	59.659	**156.364**	(19.992)	**136.372**
Serviço público	27.762	859	171	404	637	2.543	**32.376**	(4.170)	**28.206**
Fornecimento faturado	**593.373**	**327.901**	**91.276**	**176.938**	**270.183**	**937.086**	**2.396.757**	**(972.457)**	**1.424.300**
Receita não faturada	304.475	-	-	-	-	-	**304.475**	(6.935)	**297.540**
Parcelamento de débitos	158.257	-	-	-	-	-	**158.257**	(12.272)	**145.985**
Compartilhamento - uso mútuo	4.509	6.802	2.634	2.334	5.982	20.778	**43.039**	(23.250)	**19.789**
Agente de cobrança da iluminação pública	-	649	157	400	380	476	**2.062**	(1.280)	**782**
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	-	-	-	-	-	4.136	**4.136**	(4.136)	**-**
Subtotal	**1.060.614**	**335.352**	**94.067**	**179.672**	**276.545**	**962.476**	**2.908.726**	**(1.020.330)**	**1.888.396**
								Circulante	**1.843.952**
								Não circulante	**44.444**

continua...

DocuSign Envelope ID: 70B3E1EA-2EFD-4AAF-9D13-04A8FDB6F142

...continuação

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S/A

Rubricas de origem	31.12.2020	Provisões	Perda	31.12.2021
Consumidores e outras contas a receber	(1.020.330)	(515.880)	148.385	(1.387.825)
Outros ativos	(23.529)	(2.171)	-	(25.700)
	(1.043.859)	(518.051)	148.385	(1.413.525)
Circulante	(1.038.494)			(1.409.389)
Não Circulante	(5.365)			(4.136)
Total	(1.043.859)			(1.413.525)
Rubricas de origem	**31.12.2019**	**Provisões**	**Perda**	**31.12.2020**
Consumidores e outras contas a receber	(849.992)	(282.095)	111.757	(1.020.330)
Outros ativos	(11.600)	(13.170)	1.241	(23.529)
	(861.592)	**(295.265)**	**112.998**	**(1.043.859)**
Circulante	(817.914)			(1.038.494)
Não Circulante	(43.678)			(5.365)
Total	**(861.592)**			**(1.043.859)**

A Companhia com o objetivo de melhor refletir a provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD") avalia constantemente o ambiente econômico das regiões onde atua e revisa as estratégias de cobrança de débitos vencidos, conforme este momento. O ano de 2021 se mostrou desafiador no sentido de recuperar dívidas acumuladas durante o primeiro ano da pandemia de COVID, o que acabou impactando a expectativa de perda. A Companhia tem envidado todos os esforços necessários para recuperar esta dívida, fazendo campanhas de negociação, intensificando e ampliando os canais de negociação e focando as ações de cobrança em dívidas com maior potencial de recuperação. **8. Créditos a receber - subvenção e outros:** Representa o valor a ser repassado para a Companhia, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

	31.12.2021	31.12.2020
Baixa renda - subsidio CDE	2.654	2.547
Previsão ajuste CDE ciclo corrente	2.202	18.835
CDE a receber - diferença ciclo anterior	3.582	633
Bônus - Redução Voluntária de consumo (a)	86.929	-
	95.367	**22.015**

(a) Conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica. Como o bônus concedido será ressarcido por meio do encargo destinado à cobertura dos Custos do Serviço do Sistema, a Companhia constituiu um conta a receber e uma obrigação do mesmo valor de R$ 86.929.

9. Imposto de renda, contribuição social e outros tributos compensáveis:	31.12.2021	31.12.2020
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis		
Imposto de renda	112.379	1.560
Contribuição social	40.788	1.648
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	68.480	34.836
Total	**221.647**	**38.044**

	31.12.2021		31.12.2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Outros tributos compensáveis				
ICMS (a)	138.221	106.936	92.524	106.522
PIS e COFINS	11.623	-	-	-
PIS e COFINS (ICMS) (b)	436.501	2.774.969	20.983	-
Outros tributos	1.889	-	28.966	-
Total	**588.234**	**2.881.905**	**142.473**	**106.522**

a) Em 31 de dezembro de 2021, o total de crédito de ICMS, está composto por R$ 125.504 referente à Lei Complementar nº 102/00, que prevê o crédito do ICMS sobre aquisição de bens para o ativo fixo e compensação em 48 meses, R$ 44.392 de Incentivo cultural, R$ 23.789 do FEEF (Fundo estadual de equilíbrio fiscal) dos anos de 2016 a 2018, R$ 11.822 refere-se a créditos de compra de energia, R$ 14.918 aos pedidos de restituição de ICMS dos clientes CEDAE e CERES e R$ 24.730 refere-se a pedido restituição do ICMS sobre consumo próprio. **b)** A Companhia amparada pela a decisão do STF de 13 de maio de 2021 (vide nota explicativa nº17) na melhor estimativa, constituiu em junho de 2021 um ativo de PIS e de COFINS sobre ICMS a recuperar de R$ 436.501 no curto prazo e R$ 2.774.969 no longo prazo.

10. Ativos e passivos financeiros setoriais: Correspondem às diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, sendo essas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. Os ativos e/ou passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita líquida, no resultado do exercício, representando o diferimento e amortização. A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

Ativo (passivo) financeiro setorial Líquido	31.12.2020	Adição	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	Reclassificações	31.12.2021	Valores em amortização	Valores em constituição	Ativo Circulante	Ativo e passivo Não circulante
CVA	(91.719)	**1.346.009**	**(52.063)**	**(526.344)**	**19.182**	**55.559**	**750.623**	**764.282**	**(13.658)**	**595.672**	**154.951**
Aquisição de energia - (CVAenerg) (i)	(116.523)	897.977	(54.692)	(415.849)	16.805	13.763	**341.482**	366.332	(24.850)	267.212	74.270
Proinfa	2.182	2.699	(2.799)	-	58	(1.036)	**1.105**	-	1.105	1.105	0
Transporte rede básica	9.713	26.081	(4.246)	-	1.752	(9.353)	**23.948**	26.738	(2.790)	18.528	5.420
Transporte de energia - Itaipu	232	1.558	(1.777)	-	326	524	**863**	1.261	(398)	607	256
Encargos do serviço do sistema - ESS/EER (ii)	1.391	391.863	11.215	(110.495)	1.006	68.706	**363.685**	356.730	6.955	291.361	72.324
Conta de desenvolvimento energético - CDE	11.286	25.830	235	-	(765)	(17.046)	**19.540**	13.221	6.319	16.859	2.681
Demais passivos financeiros setoriais	(297.765)	(246.903)	366.184	(3.357)	(33.500)	(128.422)	(343.763)	(276.178)	(67.585)	(287.769)	(55.994)
Neutralidade da parcela A	61.398	61.216	(45.532)	-	1.471	(12.987)	**65.566**	55.902	9.664	54.233	11.333
Sobrecontratação de energia	(31.992)	(74.593)	76.587	(3.357)	(5.526)	(89.847)	**(128.727)**	(115.938)	(12.789)	(105.222)	(23.505)
Diferimento/ devoluções tarifárias	(29.358)	(27.197)	29.404	-	(1.973)	0,00	**(29.125)**	(24.199)	(4.926)	(24.219)	(4.906)
Antecipação da parcela B	(127.794)	-	78.017	-	-	34.174,11	**(15.603)**	(15.603)	-	(15.603)	-
Risco hidrológico	(218.184)	(166.066)	205.251	-	(5.019)	13.477,19	**(170.541)**	(134.918)	(35.623)	(143.189)	(27.352)
Outros	48.165	(40.263)	22.458	-	(22.452)	(73.240)	**(65.332)**	(41.422)	(23.910)	(53.769)	(11.563)
Total ativo (passivo) financeiro setorial líquido	(389.484)	1.099.106	314.121	(529.700)	(14.318)	(72.864)	406.861	488.104	(81.243)	307.903	98.958

Ativo (passivo) financeiro setorial Líquido	31.12.2019	Adição	Amortização	Conta - COVID	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	Reclassificações	31.12.2020	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante
CVA	**237.986**	**579.167**	**(286.014)**	**(536.391)**	**(91.837)**	**5.370**	**-**	**(91.719)**	**49.645**	**(141.364)**	**(63.058)**	**(28.661)**
Aquisição de energia - (CVAenerg)	390.141	524.151	(409.657)	(542.595)	(91.837)	13.274	-	**(116.523)**	79.281	(195.804)	(76.825)	(39.698)
Proinfa	(1.109)	(2.215)	2.602	2.956	-	(52)	-	**2.182**	(798)	2.980	1.578	604
Transporte rede básica	29.316	110.686	(25.534)	(105.325)	-	570	-	**9.713**	5.492	4.221	8.857	856
Transporte de energia - Itaipu	8.765	12.453	(7.361)	(13.787)	-	162	-	**232**	1.574	(1.342)	504	(272)
Encargos do serviço do sistema - ESS/EER	(116.031)	(60.151)	107.965	73.369	-	(3.761)	-	**1.391**	(21.689)	23.080	(3.288)	4.679
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(73.096)	(5.757)	45.971	48.991	-	(4.823)	-	**11.286**	(14.215)	25.501	6.116	5.170
Demais passivos regulatórios	**(73.466)**	**(112.687)**	**153.109**	**(263.099)**	**-**	**2.046**	**(3.668)**	**(297.765)**	**(5.140)**	**(292.625)**	**(238.440)**	**(59.325)**
PIS/COFINS alíquota efetiva	9.266	-	-	-	-	-	(9.266)	**-**	-	-	-	-
Neutralidade da parcela A	7.601	93.819	9.058	(49.589)	-	509	-	**61.398**	(2.790)	64.188	48.384	13.014
Sobrecontratação de energia	(29.733)	(1.378)	101.469	(85.830)	-	(1.607)	(14.913)	**(31.992)**	(12.641)	(19.351)	(28.069)	(3.923)
Devoluções tarifárias	(41.530)	(29.537)	27.234	-	-	(514)	14.989	**(29.358)**	(4.771)	(24.587)	(24.373)	(4.985)
Antecipação da parcela B	-	-	-	(127.680)	-	(114)	-	**(127.794)**	-	(127.794)	(101.885)	(25.909)
Risco hidrológico	(151.012)	(215.227)	151.259	-	-	(3.204)	-	**(218.184)**	(27.130)	(191.054)	(179.450)	(38.734)
Outros	131.942	39.636	(135.911)	-	-	6.976	5.522	**48.165**	42.192	5.973	46.953	1.212
Total ativo (passivo) regulatório líquido	**164.520**	**466.480**	**(132.905)**	**(799.490)**	**(91.837)**	**7.416**	**(3.668)**	**(389.484)**	**44.505**	**(433.989)**	**(301.498)**	**(87.986)**

(i) Energia: O diferimento ativo dos custos de aquisição de energia deve-se principalmente pelo aumento do risco hidrológico, devido a menor geração das usinas hidroelétricas no período, maior acionamento térmico, aumento do PLD médio no período e da taxa média de câmbio de energia Itaipu, que no período findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 5,38. (ii) ESS (Encargo de Serviço do Sistema): O diferimento ativo de encargos dos serviços de sistema é devido ao maior despacho da geração fora da ordem de mérito no período, ocasionado pelo pior cenário hidrológico e baixo nível de armazenamento, compensado pela restituição do saldo excedente de EER (Encargo de Energia de Reserva) através do CONER (Conta de Energia de Reserva) devido ao aumento do PLD médio (Preço de Liquidação das Diferenças).

11. Ativo indenizável (concessão): Em 31 de dezembro de 2021 a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da Concessão está assim apresentada:

	31.12.2021	31.12.2020
Saldo Inicial	4.321.429	3.613.155
Transferências do ativo contratual	453.787	540.851
Reclassificação para ativos contratuais	29.501	-
Reclassificação do ativo intangível	4.942	-
Reclassificação do ativo imobilizado	14.267	-
Reclassificação a outros ativos	4.336	-
Marcação a mercado	459.053	167.423
Saldo Final	5.287.315	4.321.429

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente. **12. Imobilizado:** O imobilizado da distribuidora refere-se a bens que não estão vinculados à atividade de distribuição de energia elétrica, bem como aos direitos de uso de ativo arrendado. A seguir é apresentada a movimentação:

	31.12.2020	Adição	Depreciação / Amortização	Transferência	31.12.2021
Imobilizado em serviço					
Terrenos	-	-	-	515	515
Edif. Ob. Cívis e benfeitorias	675	-	-	22.861	23.536
Máquinas e equipamentos	138.776	-	-	(66.479)	72.297
Veículos	-	-	-	2.238	2.238
Móveis e utensílios	42.040	-	-	(13.411)	28.633
Subtotal	**181.491**	**-**	**-**	**(54.276)**	**127.219**
Depreciação acumulada					
Edif. Ob. Cívis e benfeitorias	(129)	-	(504)	(11.952)	(12.585)
Máquinas e equipamentos	(101.920)	-	(2.895)	51.600	(53.215)
Veículos	-	-	(34)	(2.129)	(2.163)
Móveis e utensílios	(23.297)	-	(2.005)	4.345	(20.957)
Subtotal	**(125.346)**	**-**	**(5.438)**	**41.864**	**(88.920)**
Imobilizado em curso					
Edif. Ob. Cívis e benfeitorias	-	14.441	-	(5.460)	8.981
Máquinas e equipamentos	5.544	2.817	-	5.621	13.982
Veículos	-	-	-	1.057	1.057
Móveis e utensílios	6.932	4.231	-	(3.074)	8.085
Subtotal	**12.476**	**21.489**	**-**	**(1.856)**	**32.105**
Total do imobilizado	**68.621**	**21.489**	**(5.438)**	**(14.268)**	**70.404**
Ativo de direito de uso					
Terrenos	636	-	(162)	(1)	473
Imóveis	32.444	1.369	(9.937)	2	23.878
Veículos	-	12.924	(1.021)	-	11.903
Subtotal	**33.080**	**14.293**	**(11.120)**	**1**	**36.254**
Total	**101.701**	**35.782**	**(16.558)**	**(14.267)**	**106.659**
	31.12.2019	**Adição**	**Depreciação / Amortização**	**Transferência**	**31.12.2020**
Imobilizado em serviço					
Edif. Ob. Cívis e benfeitorias	675	-	-	-	675
Máquinas e equipamentos	130.228	-	-	9.679	138.776
Móveis e utensílios	36.212	-	-	5.828	42.040
Subtotal	**167.115**	**-**	**-**	**15.507**	**181.491**
Depreciação acumulada					
Edif. Ob. Cívis e benfeitorias	(87)	-	(42)	-	(129)
Máquinas e equipamentos	(96.013)	-	(7.038)	-	(101.920)
Móveis e utensílios	(20.719)	-	(2.578)	-	(23.297)
Subtotal	**(116.819)**	**-**	**(9.658)**	**-**	**(125.346)**
Imobilizado em curso					
Máquinas e equipamentos	6.411	8.812	-	(9.679)	5.544
Móveis e utensílios	6.932	5.828	-	(5.828)	6.932
Subtotal	**13.343**	**14.640**	**-**	**(15.507)**	**12.476**
Total do imobilizado	**63.639**	**14.640**	**(9.658)**	**-**	**68.621**
Ativo de direito de uso					
Terrenos	938	-	(262)	-	637
Imóveis	41.069	300	(9.426)	-	32.443
Veículos e outros meios de transporte	1.247	-	(1.247)	-	-
Subtotal	**43.254**	**300**	**(10.935)**	**-**	**33.080**
Total	**106.893**	**14.940**	**(20.593)**	**-**	**101.701**

As principais taxas de depreciação que refletem a vida útil regulatória dos ativos imobilizados anteriormente descritos, de acordo com a Resolução Aneel nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

ADMINISTRAÇÃO	%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%
Edif. Ob. Civis e benfeitorias	3,33%
Veículos	14,29%

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente na data-base de 31 de dezembro de 2021:

Ativo de direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Terrenos	4,32
Imóveis	2,24
Veículos e outros meios de transporte	2,17

13. Intangível:	31.12.2021				31.12.2020
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em Serviço					
Direito de uso da concessão	6.472.931	(4.060.903)	(118.658)	**2.293.370**	2.436.038
Software	355.807	(224.176)	-	**131.631**	195.107
Bens de renda	21.876	(20.226)	-	**1.650**	1.906
Total	**6.850.614**	**(4.305.305)**	**(118.658)**	**2.426.651**	**2.633.051**

	Em Serviço			
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**6.246.237**	**(3.437.577)**	**(158.944)**	**2.649.716**
Baixas	(142.521)	98.641	-	(43.880)
Amortização	-	(463.996)	18.632	(445.364)
Transferência dos ativos contratuais	472.756	-	-	472.756
Amortização bens de renda	-	(177)	-	(177)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**6.576.472**	**(3.803.109)**	**(140.312)**	**2.633.051**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**6.576.472**	**(3.803.109)**	**(140.312)**	**2.633.051**
Baixas	(29.382)	18.046	-	**(11.336)**
Amortização	-	(501.108)	19.866	**(481.242)**
Transferência dos ativos contratuais	291.120	-	-	**291.120**
Transferência para o ativo indenizável	12.404	(19.134)	1.788	**(4.942)**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**6.850.614**	**(4.305.305)**	**(118.658)**	**2.426.651**

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil regulatória, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

DISTRIBUIÇÃO	%
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69kv	4,35%
Software	20,00%

14. Ativos contratuais: A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura registrada no ativo contratual, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 3,11 % a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de 4,27% a.a.).

	31.12.2021			31.12.2020
	Custo	Obrigações Especiais	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Curso				
Direito de uso da concessão	903.485	(101.993)	**801.492**	569.746
Software	154.564	-	154.564	49.723
Total	**1.058.049**	**(101.993)**	**956.056**	**619.469**

	Em Curso		
	Custo	Obrigações Especiais	Valor Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	901.918	(100.841)	801.077
Adições	831.725	(1.152)	**830.573**
Capitalização de juros de empréstimos	1.426	-	**1.426**
Transferências para ativo intangível	(472.756)	-	**(472.756)**
Transferências para ativo indenizável	(540.851)	-	**(540.851)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**721.462**	**(101.993)**	**619.469**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**721.462**	**(101.993)**	**619.469**
Adições	1.103.921	-	**1.103.921**
Capitalização de juros de empréstimos	496	-	**496**
Reclassificações	6.578	-	**6.578**
Reclassificações para o ativo indenizável	(29.501)	-	**(29.501)**
Transferências para ativo intangível	(291.120)	-	**(291.120)**
Transferências para ativo indenizável	(453.787)	-	**(453.787)**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.058.049**	**(101.993)**	**956.056**

15. Fornecedores:

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
Compra de Energia	(a)	433.166	504.735
Compra de Energia com partes relacionadas		1.847	1.292
Encargo de Uso da Rede	(b)	277.120	198.086
Encargo de Uso da Rede com partes relacionadas		432	418
Total energia		**712.565**	**704.531**
Materiais e serviços		526.922	291.569
Materiais e serviços com partes relacionadas		119.012	89.252
Total fornecedores		**1.358.499**	**1.085.352**

(a) A redução do saldo a pagar da compra de energia está principalmente relacionado à melhora do cenário hidrológico nos últimos dois meses de 2021, impactando em menor custo com risco hidrológico e custos variáveis das usinas termoelétricas. (b) O aumento do saldo a pagar de encargos de uso da rede elétrica, está principalmente relacionado a redução do PLD nos últimos dois meses de 2021, que ocasionou o provisionamento de EER (Encargo de energia de reserva).

16. Outras obrigações fiscais:

	31.12.2021			31.12.2020
	Circulante	Não circulante	Total	
Obrigações fiscais federais				
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	57.095	140.571	197.666	43.824
Programa de integração social - PIS	5.491	-	5.491	9.379
INSS s/ terceiros	5.188	-	5.188	7.253
Outros tributos e contribuições	571	-	571	7.508
Subtotal - Federais	**68.345**	**140.571**	**208.916**	67.964
Obrigações fiscais estaduais				
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (a)	117.413	-	117.413	128.233
Subtotal - Estaduais	**117.413**	**-**	**117.413**	**128.233**
Obrigações fiscais municipais				
Imposto sobre serviços - ISS	8.039	-	8.039	1.755
Outros tributos e contribuições	(1.809)	-	(1.809)	2.209
Subtotal - municipais	**6.230**	**-**	**6.230**	**3.964**
Total outros tributos a pagar	**191.988**	**140.571**	**332.559**	**200.161**

a) O ICMS da Companhia é apurado e recolhido por decêndio, conforme Decreto nº 45520/2015. Para as informações do faturamento de energia do período de 01 a 10, é efetuado pagamento do ICMS no dia 15 do próprio mês, o mesmo ocorre para o período de faturamento de 11 a 20, quando o pagamento ocorre no dia 25. No dia 01 do mês subsequente, a área responsável pelo faturamento envia todos os relatórios finais do faturamento mensal para que a área tributária realize a apuração do ICMS. Na apuração são considerados todos os créditos devidos e são deduzidos os pagamentos realizados nos dias 15 e 25. O valor final do ICMS apurado é pago no dia 05 do mês subsequente ao faturamento. a.1) Programa Especial de Parcelamento de Créditos Tributários (PEP-ICMS): A Companhia identificou no faturamento de alguns clientes, uma base de cálculo de ICMS incorreta, do período de janeiro de 2018 a setembro de 2020. Com isto, foi cobrado destes clientes e pago ao Estado do Rio de Janeiro valor de ICMS inferior ao devido. Assim foi indicado o pagamento do imposto, o qual foi realizado por meio de adesão ao Programa Especial de Parcelamento de Créditos Tributários (PEP-ICMS) que prevê a redução de penalidades. A adesão foi realizada para parcelamento em 6 parcelas, com redução de 80% da multa. O valor do débito parcelado foi no montante total de R$ 13.222, o qual está 100% liquidado em 31 de dezembro de 2021. **17. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores:** Em março de 2017 o Superior Tribunal Federal - STF decidiu o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que foram julgados em maio de 2021 o STF confirmou que prevaleceu o entendimento de que deve ser retirado da base das referidas contribuições o ICMS destacado. Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos para modular os efeitos do julgado a partir de 15 de março de 2017, exceto para contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes desta data. A decisão transitou em julgado em 09 de setembro de 2021. A Companhia discute o tema em ação judicial desde 2008 e em setembro de 2021 tomou ciência do trânsito em julgado de decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, reconhecendo o direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS. A Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, constituiu em junho de 2021 ativo de PIS e de COFINS a recuperar que atualizado corresponde ao montante de R$ 3.211.470 e passivo a repassar aos consumidores de igual valor, por entender que os valores a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia. A Companhia está adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme normas regulatórias a ser definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Em conformidade com a decisão de segunda instância judicial e com o julgamento do tema de repercussão geral, a Companhia a partir do recolhimento de maio de 2021 passou a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas bases de cálculo das referidas contribuições. Em 17 de março de 2020, a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2021 e 29 de março de 2021, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 005/2021 visando obter subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema. Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, totalizando em 31 de dezembro de 2021 o montante compensado de R$ 39.353 e aguarda a definição da ANEEL acerca do mecanismo de repasse aos consumidores. A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar			
Ativo circulante	9	436.501	-
Ativo não circulante	9	2.774.969	-
Total do ativo		**3.211.470**	**-**
PIS/COFINS - consumidores a restituir			
Passivo circulante	17	436.501	-
Passivo não circulante	17	2.814.422	-
Total do passivo		**3.250.923**	**-**
		31.12.2021	**31.12.2020**
Resultado			
Receita operacional bruta			
PIS/COFINS - consumidores a restituir	27	(2.055.395)	-
PIS/COFINS - tributo a compensar	27	2.055.395	-
Impacto líquido		-	-
Receita financeira			
(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar		1.195.528	-
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir		(1.195.528)	-
Impacto líquido		-	-

A seguir é apresentada a movimentação do ativo e passivo de PIS e COFINS - ICMS:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-
Constituição	2.055.395	2.055.395
Atualização	1.195.528	1.195.528
Compensação	(39.453)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**3.211.470**	**3.250.923**

18. Empréstimos e financiamentos: Empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de cada captação.

	31.12.2021						31.12.2020						
	Circulante			Não Circulante			Circulante			Não Circulante			
	Encargos	Principal	Total	Principal	Total	Total Circulante + Não Circulante	Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total	Total Circulante + Não Circulante
Moeda estrangeira:													
Citibank N.A (II)	-	-	-	-	-	-	36	501.246	**501.282**	-	-	-	**501.282**
Itaú BBA International PLC	-	-	-	-	-	-	8.180	392.975	**401.155**	-	-	-	**401.155**
Scotiabank 4131 III	1.195	-	1.195	205.923	**205.923**	**207.118**	-	-	**-**	-	-	-	**-**
Scotiabank 4131 IV	607	-	607	123.554	**123.554**	**124.161**	-	-	**-**	-	-	-	**-**
Scotiabank 4131 V	-	-	-	-	**-**	**-**	-	-	**-**	-	-	-	**-**
BNP PARIBAS 4131 II	79	218.843	218.922	-	**-**	**218.922**	74	-	**74**	-	203.792	203.792	**203.866**
Total	**1.881**	**218.843**	**220.724**	**329.477**	**329.477**	**550.201**	**8.290**	**894.221**	**902.511**	**-**	**203.792**	**203.792**	**1.106.303**
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas													
Enel Finance International N.V. III, IV,V, VI, VII, VIII	6.958	1.011.809	1.018.767	**1.560.045**	1.560.045	**2.578.812**	-	-	-	-	-	-	-
Total de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	**6.958**	**1.011.809**	**1.018.767**	**1.560.045**	**1.560.045**	**2.578.812**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Total moeda estrangeira	**8.839**	**1.230.652**	**1.239.491**	**1.889.522**	**1.889.522**	**3.129.013**	**8.290**	**894.221**	**902.511**	**-**	**203.792**	**203.792**	**1.106.303**
Moeda nacional:													
Financiamentos													
BNDES (Capex 2012-2013) FINAME	15	8.257	**8.272**	3.440	**3.440**	**11.712**	26	8.257	**8.283**	-	11.697	11.697	**19.980**
BNP PARIBAS 4131	13.720	400.000	413.720	-	-	**413.720**	13.720	-	**13.720**	-	400.000	400.000	**413.720**
Financiamentos - Moeda nacional	**13.735**	**408.257**	**421.992**	**3.440**	**3.440**	**425.432**	**13.746**	**8.257**	**22.003**	**-**	**411.697**	**411.697**	**433.700**
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas													
Enel Brasil Mútuo Subordinado (vide nota 22)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	202.598	202.598	**202.598**
Enel Brasil Mútuo não Subordinado (vide nota 22)	73.426	1.211.861	**1.285.287**	-	-	**1.285.287**	-	-	-	17.853	1.095.917	1.113.770	**1.113.770**
Enel Finance International N.V. I e II	14.837	-	**14.837**	980.000	**980.000**	**994.837**	754	-	**754**	-	750.000	750.000	**750.754**
CDSA (vide nota 22)	738	140.724	**141.462**	-	-	**141.462**	-	-	-	-	-	-	-
Total de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	**89.001**	**1.352.585**	**1.441.586**	**980.000**	**980.000**	**2.421.586**	**754**	**-**	**754**	**17.853**	**2.048.515**	**2.066.368**	**2.067.122**
Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional	**102.736**	**1.760.842**	**1.863.578**	**983.440**	**983.440**	**2.847.018**	**14.500**	**8.257**	**22.757**	**17.853**	**2.460.212**	**2.478.065**	**2.500.822**
Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional e moeda estrangeira	**111.575**	**2.991.494**	**3.103.069**	**2.872.962**	**2.872.962**	**5.976.031**	**22.790**	**902.478**	**925.268**	**17.853**	**2.664.004**	**2.681.857**	**3.607.125**

continua...

DocuSign Envelope ID: 70B3E1EA-2EFD-4AAF-9D13-04A8FDB6F142

...continuação

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S/A

A movimentação dos saldos referentes a empréstimos e financiamentos está assim apresentada:

	Moeda Nacional Circulante	Moeda Nacional Não circulante	Moeda Estrangeira Circulante	Moeda Estrangeira Não circulante	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**1.036.946**	**419.954**	**223.857**	**695.310**	**2.376.067**
Captações	53.890	1.597.061	350.000	-	2.000.951
Encargos provisionados	42.755	44.981	30.094	-	117.830
Encargos pagos	(64.890)	-	(31.445)	-	(96.335)
Variação monetária e cambial	-	-	211.661	88.277	299.938
Transferências	(416.069)	416.069	579.795	(579.795)	-
Amortizações	(629.875)	-	(459.238)	-	(1.089.113)
Juros incorporados ao principal	-	-	-	-	-
Ajuste a valor de mercado	-	-	(2.213)	-	(2.213)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**22.757**	**2.478.065**	**902.511**	**203.792**	**3.607.125**

	Moeda Nacional Circulante	Moeda Nacional Não circulante	Moeda Estrangeira Circulante	Moeda Estrangeira Não circulante	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**22.757**	**2.478.065**	**902.511**	**203.792**	**3.607.125**
Captações	-	531.601	1.385.953	1.826.546	3.744.100
Encargos provisionados	109.351	57.903	23.065	3.982	194.301
Encargos pagos	(86.764)	-	(26.194)	-	(112.958)
Variação monetária e cambial	-	-	51.580	63.880	115.460
Transferências	2.084.129	(2.084.129)	208.677	(208.678)	(1)
Amortizações	(265.895)	-	(1.308.259)	-	(1.574.154)
Ajuste a valor de mercado	-	-	2.158	-	2.158
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.863.578**	**983.440**	**1.239.491**	**1.889.522**	**5.976.031**

A curva de amortização de principal dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

31.12.2021					
2023	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**Total não Circulante**
870.919	**1.672.567**	**329.476**	-	-	**2.872.962**

As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

(i) Empréstimos e financiamentos obtidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Desembolsado	Finalidade	Garantia
Scotiabank III	200.000	01/02/2021	03/02/2025	1,39%	Bullet	Semestral	100%	Capital de Giro	Enel Brasil
Scotiabank IV	120.000	26/02/2021	26/02/2025	1,39%	Bullet	Semestral	100%	Capital de Giro	Enel Brasil
Scotiabank V	360.000	25/03/2021	15/12/2021	1,04%	Bullet	Bullet	100%	Capital de Giro	Enel Brasil
EFI - Credit Agreement II	230.000	15/04/2021	17/04/2023	1,06%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V.III	294.500	01/07/2021	01/07/2023	1,29%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V. IV	299.800	08/07/2021	10/07/2023	1,29%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V. V	306.765	03/09/2021	03/09/2024	1,53%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 56	100.466	30/09/2021	16/11/2021	CDI + 1%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 57	60.412	23/12/2021	15/02/2022	CDI + 1,4%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla x CDSA I	140.724	14/12/2021	07/01/2022	CDI + 1,4%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V. Vi	257.600	07/10/2021	14/10/2024	1,59%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V. Vii	347.881	14/12/2021	16/12/2024	1,65%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V. Viii	1.025.952	28/12/2021	28/12/2022	1,06%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A

ii. Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Desembolsado	Finalidade	Garantia
BNP PARIBAS 4131	400.000	04/02/2019	07/02/2022	8,40%	Bullet	Semestral	100%	Capital de Giro	Enel Brasil
Enel Brasil Mútuo Subordinado (vide nota 21)	191.214	29/12/2015	11/12/2022	CDI + 0,57%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
BNDES (Capex 2012-2013) FINAME, A, B e F	73.625	15/08/2013	15/05/2023	3,00%	Mensal	Mensal	79%	Financiamento do CAPEX 2012/2013	Recebíveis
Enel Brasil Mútuo 54 (vide nota 21)	100.000	18/06/2020	11/12/2022	CDI + 2,10%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 55	750.000	07/07/2020	11/12/2022	CDI + 2,27%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V.	750.000	21/12/2020	22/01/2024	CDI + 1,41%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
BNP PARIBAS 4131 II	199.999	23/12/2020	23/12/2022	1,63%	Bullet	Semestral	100%	Capital de Giro	Enel Brasil
Enel Finance International N.V. Vi	257.600	07/10/2021	14/10/2024	1,59%	Bullet	Anual		Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A

Nas operações de financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações financeiras descritas no quadro abaixo, durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Contratos	Obrigações especiais financeiras	Limite	Periodicidade de apuração dos índices
BNDES 2012 e 2013	Endividamento Bancário Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Anual
BNDES 2012 e 2013	Endividamento Bancário Líquido Líquido / (PL + Endividamento Bancário Líquido) (máximo	0,60	Anual

Contratos BNDES 2012 e 2013: • Endividamento bancário líquido corresponde aos empréstimos e financiamentos bancários líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. • LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização (últimos 12 meses). **19. Debêntures**: Em 27 de dezembro de 2021, com a disponibilidade de recursos para realização de operação entre partes relacionadas com a Enel Finance (empresa associada ao grupo), a Companhia realizou o pré-pagamento total da 10ª emissão de debêntures no montante de R$ 1.021.762 acrescido de prêmio no valor de R$ 5.624, reconhecido em despesa financeira.

	31.12.2021 Circulante Encargos	31.12.2021 Circulante Total	31.12.2021 Não circulante Principal	31.12.2021 Total Circulante + Não Circulante	31.12.2020 Circulante Encargos	31.12.2020 Circulante Total	31.12.2020 Não circulante Principal	31.12.2020 Total Circulante + Não Circulante
1ª série - 10ª emissão	-	-	-	-	5.987	**5.987**	1.000.000	**1.005.987**
(-) Custo de transação	-	-	-	-	-	-	(1.057)	**(1.057)**
Total de debêntures	-	-	-	-	**5.987**	**5.987**	**998.943**	**1.004.930**

A movimentação dos saldos referentes a debêntures está assim apresentada:

	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2019	**615.915**	**998.618**	**1.614.533**
Amortização	(600.000)	-	(600.000)
Encargos provisionados	48.073	-	48.073
Encargos pagos	(59.038)	-	(59.038)
Apropriação custo de transação	1.037	325	1.362
Em 31 de dezembro de 2020	**5.987**	**998.943**	**1.004.930**
Transferências	**1.000.000**	**(1.000.000)**	-
Amortização	**(1.000.000)**	-	**(1.000.000)**
Encargos provisionados	**46.174**	**-**	**46.174**
Encargos pagos	**(52.161)**	-	**(52.161)**
Apropriação custo de transação	**-**	**1.057**	**1.057**
Em 31 de dezembro de 2021	**-**	**-**	**-**

20. Obrigações por arrendamentos: Em 18 de dezembro de 2019, a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") emitiu o ofício circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, contendo informações acerca dos seguintes assuntos: (i) Aspectos Conceituais do CPC 06 (R2); (ii) Taxa Incremental de Empréstimos – IBR; (iii) PIS e COFINS a recuperar – Tratamento Contábil; (iv) PIS e COFINS embutidos no Passivo de Arrendamento – Tratamento Contábil; e (v) Evidenciação – Nota Explicativa. A Companhia avaliou os assuntos abordados no ofício em questão, e concluiu que as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a taxa incremental de empréstimos – IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão. Em atendimento ao ofício, o quadro a seguir proporciona os inputs mínimos necessários para que os efeitos inflacionários sejam adicionados à informação divulgada. Os saldos em 31 de dezembro de 2021 das obrigações por arrendamentos são demonstrados como segue:

	31.12.2021	31.12.2020	Vencimento	Média ponderada de meses remanescentes	Tipo de Amortização	Encargos Financeiros
Obrigações por arrendamento:						
Terrenos	792	940	01/01/2030	52	Mensal	de 8,55% a.a até 12,94% a.a
Imóveis	32.795	40.766	20/12/2027	27	Mensal	de 4,76% a.a até 12,12% a.a
Veículos e outros meios de transporte	7.932	33	28/08/2146	26	Mensal	de 20,46% a.a até 20,70% a.a
Total	**41.519**	**41.739**				
Circulante	**18.358**	**15.018**				
Não circulante	**23.161**	**26.721**				
	41.519	**41.739**				

A curva de amortização das obrigações por arrendamentos do passivo circulante e não circulante se apresenta da seguinte forma:

	31.12.2021 Principal	Juros	Total
Até um ano - 2023	21.137	**(2.779)**	**18.358**
Posterior a um ano, porém menor que cinco anos	**27.614**	**(4.453)**	**23.161**
Até 2 anos - 2024	8.522	(1.869)	6.653
Até 3 anos - 2025	6.689	(1.383)	5.306
Até 4 anos - 2026	6.103	(932)	5.171
Até 5 anos - 2027	6.300	(269)	6.031
2028 em diante	-	-	-
Total circulante e não circulante	**48.751**	**(7.232)**	**41.519**

A seguir é apresentada a movimentação das obrigações por arrendamentos:

	Moeda Nacional Circulante	Moeda Nacional Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**12.759**	**33.888**	**46.647**
Adições	-	300	**300**
Remensuração	-	461	**461**
Pagamentos - Principal	(5.142)	-	**(5.142)**
Pagamentos - Juros	(3.755)	-	**(3.755)**
Transferências	7.928	(7.928)	**-**
Encargos provisionados	3.228	-	**3.228**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**15.018**	**26.721**	**41.739**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**15.018**	**26.721**	**41.739**
Adições	**-**	**14.294**	**14.294**
Pagamentos - Principal	**(14.513)**	**-**	**(14.513)**
Pagamentos - Juros	**(2.671)**	**-**	**(2.671)**
Transferências	**17.853**	**(17.853)**	**-**
Encargos provisionados	**2.671**	**-**	**2.671**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**18.358**	**23.161**	**41.519**

21. Encargos setoriais: As distribuidoras de energia elétrica, devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que visam (i) financiar e combater o desperdício de energia elétrica e (ii) o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente ao 1% da ROL é reconhecido como deduções da receita – nota explicativa nº 26. Mensalmente, os saldos de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

	31.12.2021	31.12.2020
Conta de desenvolvimento energético - CDE - CONTA COVID (a)	25.969	-
Programa de Eficiência Energética- (´´PEE``)	57.004	47.574
Pesquisa e desenvolvimento-(´´P&D``)	42.101	42.112
Outros	918	855
Total	**125.992**	**90.541**
Circulante	82.687	39.887
Não Circulante	43.305	50.654

(a) Por meio da Despacho nº 939 de abril de 2021, a Aneel homologou nesse primeiro ciclo tarifário, os prazos de recolhimento e os valores das quotas mensais da CDE CONTA COVID, para amortização da operação de crédito contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE na gestão da CONTA COVID, nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 2020. **22. Partes relacionadas**: A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia: seus controladores, administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgações de partes relacionadas.

Natureza da transação	Parte relacionada	Vigência	31.12.2021 Ativo circulante	31.12.2021 Passivo circulante	31.12.2021 Passivo não circulante	31.12.2020 Ativo circulante	31.12.2020 Passivo circulante	31.12.2020 Passivo não circulante	Receita (Despesa) 31.12.2021	Receita (Despesa) 2020
Benefícios pós-emprego	Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS	Até o final da concessão			332.187	-	-	568.521	(38.300)	(31.046)
Comissão (Propaganda/publicidade/venda em fatura de energia)	ENEL X Brasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	411	-	**-**	48	-	**-**	447	594
Prestação de serviços de desenvolvimento	ENEL X Brasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	-	7.331	-	-	3.614	-	(6.138)	(6.296)
Prestação de serviços técnicos e gestão, conforme despacho nº 560 de 20 de fevereiro de 2020.	ENEL Brasil S.A	Março de 2020 a Março de 2025	-	37.339	-	-	24.334	-	-	-
Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016. (*)	ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO	Fevereiro de 2024	-	2.229	-	3.851	-	-	-	-
Suprimento de energia - CCEAR	ENEL Green Power Brasil		-		-	627	-	-	-	-
	ENEL Brasil S.A		-	63.553	-	-	55.110	-	-	-
	ENEL Green Power Projetos I S.A.	Até o final da concessão	-	656	-	-	629	-	(7.553)	(7.512)
	ENEL Green Power Paranapanema		-	85	-	-	80	-	(956)	(910)
	ENEL Green Power Mourão		-	24	-	-	23	-	(276)	(261)
	ENEL Green Power Cabeça de Boi S.A.		-	136	-	-	102	-	(932)	(894)
	ENEL Green Power Fazenda S.A.		-	102	-	-	79	-	(624)	(598)
	ENEL Green Power Salto do Apiacás S.A		-	225	-	-	168	-	(1.537)	(1.475)
	ENEL Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.		-	275	-	-	98	-	(1.228)	(1.159)
	ENEL Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.		-	344	-	-	113	-	(1.140)	(1.076)
Suprimento de energia - MVE	Enel Trading Brasil S.A.	Até o final da concessão	-	408	-	-	-	-	(9.179)	-
Reembolso de despesas de viagens (projetos)	ENDESA S.A.	20/10/2009	-	162	-	-	162	-	-	-
Encargo de uso do sistema de transmissão	ENEL CIEN S.A.	Até o final da concessão	-	432	-	-	418	-	(5.025)	(4.706)
Dividendos	ENEL Brasil S.A	Dezembro de 2019 a dezembro de 2020	-	57.880	-	-	57.878	-	-	-
Mútuo	ENEL Brasil S.A	Vide nota 18	26.531	1.285.466	-	24.937	-	1.316.368	(70.245)	(51.550)
	Enel Finance International N.V.		-	1.033.604	2.540.045	-	754	750.000	(126.863)	(754)
	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.		-	738	140.724				(738)	
Comissão de Fiança	ENEL Brasil S.A	07/02/2022	-	952	-	-	2.193	-	(5.032)	(6.757)
	ENEL SPA	Até o final da concessão	298	1.728	-	298	390	-	(1.338)	(349)
	Enel Romania SA		444		-				142	
Reembolso expatriados	E-DISTRIBUTIE MUNTENIA SA		-		-	302	-	-	-	302
	ENEL GLOBAL INFRASTRUCTURE AND NETWORK		-	915	-	-	129	-	(965)	(740)
Manutenção de licenças dos sistemas Nostrum, Oracle, SAP e também serviços associados ao projeto de telemando LATAM.	ENEL Ibéra SLR	Até o final da concessão	-	1.387	-	-	1.387	-	-	-
Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura entre as partes relacionadas, conforme DESPACHO Nº 338, de 06 de fevereiro de 2019. (*)	ENEL Distribuição Ceará - COELCE	Fevereiro de 2024	2.636	232	-	2.636	232	-	-	-
	ENEL Green Power Projetos I S.A.		781		-	781	-	-	-	-
	ENEL Geração Fortaleza - CGTF		-	377	-	28	377	-	-	-
	ENEL Distribuição Goiás - CELG D		5.188	251	-	5.304	251	-	-	-
	ENEL Brasil S.A.		1.067	1.265	-	540	1.158	-	-	-
	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.		13	183	-	13	183	-	-	-
	ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO		4.989	2.061	-	-	1.925	-	-	-
	ENEL CIEN S.A.		79	-	-	79	-	-	-	-
			42.437	**1.588.138**	**4.024.764**	**39.444**	**151.787**	**2.634.889**	**(277.480)**	**(115.187)**
		(-) Benefícios pós-emprego	-	-	332.187	-	-	568.521	(38.300)	(31.046)
TOTAL DE PARTES RELACIONADAS			**42.437**	**1.588.138**	**3.692.577**	**39.444**	**151.787**	**2.066.368**	**(239.180)**	**(84.141)**

Os saldos a receber de partes relacionadas, não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(*) A Companhia possui contratos de compartilhamento de recursos humanos das áreas de apoio, compartilhamento de custos de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicação.

Suprimento de energia – CCEAR e sistema de transmissão: Os contratos de suprimento de energia – CCEAR e encargos do uso do sistema de transmissão são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações. O contrato de encargo de uso do sistema de transmissão é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão. Portanto, não há quantidades contratadas bilateralmente entre a ENEL CIEN S.A e a Companhia, mas sim um rateio calculado mensalmente a partir do total contratado com o ONS. **Compartilhamento**: O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 06 de fevereiro de 2019. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem. Mútuos: As operações foram contratadas conforme as características aprovadas previamente pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A Companhia possui quatro operações de mútuos vigentes com a sua controladora Enel Brasil, sete operações com a Enel *Finance International* N.V (controle comum) e uma operação com a CDSA (subsidiária do mesmo grupo) conforme detalhados a seguir: **Enel Brasil**: Mútuo 52: Operação contratada em 29 de dezembro de 2015 no montante de R$ 191.540 de acordo com a anuência anterior (nº 2.559) a uma taxa de CDI + 1,65% a.a. Em 07 de agosto de 2019 a Companhia realizou a novação dessa operação com uma nova anuência da ANEEL nº 2.979, alterando a taxa do contrato para CDI + 0,57% a.a. e a data de vencimento para 31 de dezembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia renovou a operação até 31 de março de 2020, nessa data com necessidade de capital de giro, renovou a operação com uma nova data de vencimento para 11 de dezembro de 2022. Nessa renovação a Companhia realizou um custo de IOF no montante de R$ 1.054. O saldo desse mútuo em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 212.704 (R$ 202.598 em 31 de dezembro de 2020). Mútuo 54: Em 18 de junho de 2020 a Companhia com necessidade de capital de giro captou um novo mútuo com a Enel Brasil de acordo com anuência nº 2.979, no montante de R$ 100.000 com vencimento em 11 de dezembro de 2022 a uma taxa de CDI + 2,10 a.a. Este instrumento está isento de IOF, conforme Decreto nº 10.305 de 1º de abril de 2020. Em 29 de janeiro de 2021 a Companhia pagou parcialmente o montante de R$ 11.721. O saldo desse mútuo em 30 de dezembro de 2021 era de R$ 93.960 (R$ 102.303 em 31 de dezembro de 2020). Mútuo 55: Em 07 de julho de 2020 a Companhia com necessidade de capital de giro captou um novo mútuo com a Enel Brasil no montante de R$ 750.000 com vencimento em 11 de dezembro de 2022 a uma taxa de CDI + 2,27% a.a. Este instrumento está isento de IOF, conforme Decreto nº 10.414 de 2 de julho de 2020. O saldo desse mútuo em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 817.131. Mútuo 56: Em 30 de setembro de 2021, a Companhia contraiu novo mútuo junto a sua controladora Enel Brasil para cobertura de capital de giro no curto prazo, no montante de R$ 100.466. O saldo desse mútuo em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 100.934. Mútuo 57: Em 23 de dezembro de 2021, a Companhia contraiu novo mútuo junto a sua controladora Enel Brasil para cobertura de capital de giro no curto prazo, no montante de R$ 60.412. **Enel Finance International**: Enel Finance International N.V. (EFI – Credit Agreement): Em 21 de dezembro de 2020 a Companhia celebrou instrumento particular de mútuo financeiro, em reais, com a Enel Finance International N.V no valor de R$750.000 com vencimento em 22 de janeiro de 2024 a uma taxa de CDI + 1,41 a.a. A operação foi aprovada pelo Conselho de Administração, de acordo com as disposições estatutárias, e contratada conforme as características aprovadas previamente pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio dos despachos Nº 2.979 e Nº 1.923, de 11 de dezembro de 2018 e 01 de julho de 2020, respectivamente. O saldo desse mútuo em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 752.791 (R$ 750.754 em 31 de dezembro de 2020). Enel Finance International N.V. (EFI – Credit Agreement) II: Em 15 de abril de 2021, a Companhia celebrou instrumento particular de mútuo financeiro, em reais, com a Enel Finance International N.V no valor de R$230.000 com vencimento em 17 de abril de 2023 a uma taxa de CDI + 1,06 a.a. A operação foi aprovada pelo Conselho de Administração, de acordo com as disposições estatutárias, e contratada conforme as características aprovadas previamente pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio dos despachos Nº 2.979 e Nº 1.923, de 11 de dezembro de 2018 e 01 de julho de 2020, respectivamente. O saldo desse mútuo em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 242.046. Enel Finance International N.V. (EFI – Credit Agreement) III: Em 28 de junho de 2021 a Companhia celebrou instrumento particular de mútuo financeiro na modalidade de captação externa (Lei nº 4.131) no montante de EUR 50.000 cada, correspondente a R$ 294.500. O mútuo possui taxa fixa de 1,2941% a.a., com pagamento de juros anual e vencimento final em 03 julho de 2023. Para mitigar o risco dessas operações à variação cambial, foi contratado simultaneamente operação de SWAP para troca de indexação de "euro venda" para CDI + 1,53% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos das dívidas contratadas. Enel Finance International N.V. (EFI – Credit Agreement) IV: Em 05 de julho de 2021 a Companhia celebrou instrumento particular de mútuo financeiro na modalidade de captação externa (Lei nº 4.131) no montante de EUR 50.000 cada, correspondente a R$ 299.800. O mútuo possui taxa fixa de 1,2941% a.a., com pagamento de juros anual e vencimento final em 10 julho de 2023. Para mitigar o risco dessas operações à variação cambial, foi contratado simultaneamente operação de SWAP para troca de indexação de "euro venda" para CDI + 1,665% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos das dívidas contratadas. Enel Finance International N.V. (EFI – Credit Agreement) V: Em 26 de agosto de 2021 a Companhia celebrou instrumento particular de mútuo financeiro na modalidade de captação externa (Lei nº 4.131) no montante de EUR 50.000 cada, correspondente a R$ 306.765. O mútuo possui taxa fixa de 1,5294% a.a., com pagamento de juros anual e vencimento final em 03 setembro de 2024. Para mitigar o risco dessas operações à variação cambial, foi contratado simultaneamente operação de SWAP para troca de indexação de "euro venda" para CDI + 1,79% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos das dívidas contratadas. Enel Finance International N.V. (EFI – Credit Agreement) VI: Em 13 de outubro de 2021 a Companhia celebrou instrumento particular de mútuo financeiro na modalidade de captação externa (Lei nº 4.131) no montante de EUR 40.000 cada, correspondente a R$ 257.600. O mútuo possui taxa fixa de 1,5882% a.a., com pagamento de juros anual e vencimento final em 10 de outubro de 2024. Para mitigar o risco dessas operações à variação cambial, foi contratado simultaneamente operação de SWAP para troca de indexação de "euro venda" para CDI + 1,77% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos das dívidas contratadas. Enel Finance International N.V. (EFI – Credit Agreement) VII: Em 14 de dezembro de 2021 a Companhia celebrou instrumento particular de mútuo financeiro na modalidade de captação externa (Lei nº 4.131) no montante de EUR 55.000 cada, correspondente a R$ 347.881. O mútuo possui taxa fixa de 1,6471% a.a., com pagamento de juros anual e vencimento final em 16 de dezembro de 2024. Para mitigar o risco dessas operações à variação cambial, foi contratado simultaneamente operação de SWAP para troca de indexação de "euro venda" para CDI + 1,78% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos das dívidas contratadas. Enel Finance International N.V. (EFI – Credit Agreement) VIII: Em 28 de dezembro de 2021 a Companhia celebrou instrumento particular de mútuo financeiro na modalidade de captação externa (Lei nº 4.131) no montante de EUR 160.000 cada, correspondente a R$ 1.025.952. O mútuo possui taxa fixa de 1,0588% a.a., com pagamento de juros anual e vencimento final em 28 de dezembro de 2022. Para mitigar o risco dessas operações à variação cambial, foi contratado simultaneamente operação de SWAP para troca de indexação de "euro venda" para CDI + 1,23% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos das dívidas contratadas. **CDSA**: Mútuo CDSA: Em 12 de dezembro de 2021, a Companhia contraiu novo mútuo junto a companhia CDSA para cobertura de capital de giro no curto prazo, no montante de R$ 140.724 com vencimento em fevereiro de 2022. Com o pré-pagamento da 10ª emissão de debênture (vide nota 19), deixou de existir a relação de subordinação dos mútuos, atrelada à esta operação. Deste modo, em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não possui mútuos subordinados.

	31.12.2021 Circulante Encargo	31.12.2021 Circulante Principal	31.12.2021 Não circulante Encargo	31.12.2021 Não circulante Principal	31.12.2020 Circulante Encargo	31.12.2020 Não circulante Encargo	31.12.2020 Não circulante Principal
Empréstimos com partes relacionadas							
Enel Brasil Mútuo Subordinado	-	-	-	-	-	-	202.598
Enel Brasil Mútuo Não Subordinado	73.426	1.211.861	-	-	-	17.853	1.095.917
Enel Finance International N.V. I e II	14.837	-	-	980.000	754	-	750.000
Enel Finance International N.V. III, IV,V, VI, VII, VIII	6.958	1.011.809	-	1.560.045	-	-	-
CDSA	738	140.724	-	-	-	-	-
Total de Empréstimos com partes relacionadas	**95.959**	**2.364.394**	**-**	**2.540.045**	**754**	**17.853**	**2.048.515**

Segue movimentação dos mútuos com partes relacionadas:

	Enel Brasil	Enel Finance	CDSA	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**989.956**	**-**	**-**	**989.956**
Captação	1.600.000	-	-	1.600.000
Amortização	(545.776)	-	-	(545.776)
Encargos provisionados	52.304	-	-	52.304
Encargos pagos	(29.362)	-	-	(29.362)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**2.067.122**	**-**	**-**	**2.067.122**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**2.067.122**	**-**	**-**	**2.067.122**
Captação	160.878	2.762.499	140.724	3.064.101
Amortização	(257.638)	-	-	(257.638)
Encargos provisionados	70.245	68.653	738	139.636
Encargos pagos	(4.567)	(47.645)	-	(52.212)
Variação monetária e cambial	-	39.389	-	39.389
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.036.040**	**2.822.896**	**141.462**	**5.000.398**

Remuneração da administração: A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, encontra-se disposta no quadro abaixo. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	31.12.2021	31.12.2020
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios / bônus)	2.526	5.060
Benefícios pós-emprego (previdência - contribuição definida)	104	619
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)	722	-
Total	**3.352**	**5.679**

23. Obrigações com benefícios pós-emprego: Os planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados, corresponde à totalidade das obrigações da patrocinadora junto ao plano de benefícios. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (Funding) Mínimo e sua Interação, no montante total do passivo, estão inclusos os contratos de dívida atuariais que a Companhia assinou junto a Brasiletros, tendo em vista equacionar os déficits de ambos os planos PCA e PACV, já que a patrocinadora assume as responsabilidades desses planos de acordo com a legislação vigente. A Companhia é patrocinadora de dois planos de previdência privada (Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA e Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV) que são administrados pela Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros, entidade fechada de previdência complementar constituída na forma da legislação pertinente, de caráter não econômico e sem fins lucrativos. O PCA, estruturado na modalidade de benefício definido, consiste em complementar aos seus participantes o benefício pago pela previdência oficial. O PACV, estruturado na modalidade de contribuição variável, tem por objetivo conceder benefícios com base no saldo acumulado pelo participante e patrocinadora. As principais características dos planos administrados pela Companhia seguem relacionadas: **a) Plano de complementação de aposentadoria** - PCA (Benefício Definido): O custeio do plano é revisado anualmente em razão do resultado da avaliação atuarial preparada pela Brasiletros a fim de estabelecer o nível de contribuição necessário à constituição das reservas, fundos e provisões para garantia das obrigações do plano. • **Patrocinadora** - contribui com 5,43%% da folha de salários para cobertura dos benefícios acrescido de parcela mensal correspondente a R$ 211 para cobertura das despesas administrativas. • **Participantes ativos** - contribuição com base em percentuais cumulativos, que variam de 1,75% a 10%, em função da faixa salarial e teto da previdência social, acrescido de contribuição fixa de 1,10% sobre o salário; • **Participantes assistidos** - contribuição com base em percentuais cumulativos, variando de 1,75% a 10%, em função do valor complemento de aposentados da faixa salarial e teto da previdência social. Em 31 de dezembro de 2001, a Companhia reconheceu o déficit atuarial no montante de R$ 118.221 de acordo com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000. O déficit foi suportado por contrato celebrado em 01 de janeiro de 2002 junto à Brasiletros, onde ficou estabelecido o prazo de 20 anos para amortização, com carência de 2 anos e meio e reajuste do saldo devedor em função dos ganhos e perdas observados nas avaliações atuariais anuais. Para a posição de 31 de dezembro de 2021, o valor atualizado desse compromisso é de R$ 46.214 (R$ 101.825 em 31 de dezembro de 2020) de acordo avaliação atuarial preparada pela Brasiletros. **b) Plano de aposentadoria de contribuição variável - PACV (Contribuição Definida)**: • **Patrocinadora** - contribuição média de 6,50% da folha de salários dos participantes ativos não elegíveis ao recebimento do benefício pleno oferecido pelo plano, dos quais 4,88% são destinados à cobertura dos benefícios e 1,62% destinados à cobertura das despesas administrativas. • **Participantes ativos** - contribuição a partir de 2% do salário, conforme previsão regulamentar, sendo o percentual médio de contribuição observado a partir da população ativa equivalente a 5,10% da folha de salários dos participantes ativos. A Companhia firmou dois contratos de dívida junto à Brasiletros nos anos de 2012 e 2013, nos montantes de R$ 3.498 e R$ 9.861, respectivamente, para compensar o acréscimo das provisões matemáticas dos participantes que se encontravam na condição de ativo no plano em 31 de dezembro de 2006 em função da alteração da hipótese de crescimento real dos benefícios de -1,5% para 0%a.a. que refletiu na redução da expectativa de recebimento do benefício vitalício. Em função da situação deficitária registrada no plano em 2014 e a necessidade de restabelecer seu equilíbrio, a Companhia assumiu integralmente as obrigações decorrentes do resultado apurado no montante de R$ 47.684 que foi objeto de contrato de confissão de dívida assinado em 30 de janeiro de 2015, com prazo de amortização de 15 anos e cláusula de revisão atuarial, onde o saldo devedor será revisto ao final de cada ano, em função dos ganhos e perdas observados nas avaliações atuariais. Em 31 de dezembro de 2021, os saldos dos contratos de confissão de dívida assumidos pela a Companhia com o PACV totaliza a quantia de R$ 103.318 (R$ 78.298 em 31 de dezembro de 2020), de acordo com avaliação atuarial preparada pela Brasiletros. **c) Plano de Assistência Médica dos Aposentados (PAMA)**: A Companhia tem por obrigação conceder benefícios de assistência médica somente a ex-funcionários que foram desligados da Companhia até 31 de dezembro de 1997 e que comprovaram a condição de afastamento pelo sistema público de pensão. Esses benefícios são de caráter opcional e são custeados pela Companhia e pelo usuário. **d) Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria**: A Companhia mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria assegurando o pagamento de importância equivalente a, no mínimo, 40% do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, acrescida do valor equivalente ao Aviso Prévio do empregado, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria. Terão direito ao benefício apenas os empregados que tenham adquirido o mínimo de 70% do tempo de serviço na Companhia. **Informações relevantes dos benefícios pós-emprego**: **(a) Ativos e passivos atuariais, reconhecido no balanço patrimonial como passivo atuarial líquido (não circulante)**:

	31.12.2021	31.12.2020
Obrigações com benefícios pós-emprego		
Valor presente das obrigações atuariais	1.414.121	1.642.975
Valor justo dos ativos do plano	(1.090.644)	(1.052.729)
Efeito do limite para reconhecimento do ativo	25.105	-
Obrigação registrada com benefícios pós-emprego	**348.582**	**590.246**

(b) Movimentação do valor presente das obrigações atuariais:

	31.12.2021	31.12.2020
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	**1.642.975**	1.566.191
Custo dos serviços correntes	991	2.704
Custos dos juros	112.268	108.541
Contribuição de participantes do plano	145	154
Benefícios pagos pelo plano	(135.522)	(118.737)
Perdas atuariais sobre a obrigação atuarial	(206.736)	84.122
Valor presente da obrigação atuarial ao final do exercício	**1.414.121**	**1.642.975**

(c) Movimentação do valor justo dos ativos do plano:

	31.12.2021	31.12.2020
Valor justo dos ativos do plano no inicio do exercício	**1.052.729**	1.104.916
Retorno esperado dos ativos do plano	73.346	78.393
contribuições recebidas de participantes do plano	145	154
Contribuições recebidas do empregador	150.099	69.345
Benefícios pagos pelo plano	(135.522)	(118.737)
Ganhos (perdas) atuarias sobre os ativos do plano	(50.153)	(81.342)
Valor justo dos ativos do plano ao final do exercício	**1.090.644**	**1.052.729**

(d) Movimentação do efeito de teto do ativo:

	31.12.2021	31.12.2020
Efeito do teto de ativo não reconhecido no inicio do exercício	-	1.947
Variação no teto de ativo não reconhecido no exercício corrente	**25.105**	**(1.947)**
	25.105	-

(e) Movimentação contábil do passivo registrado aberto por plano é como segue:

	PCA	PACV	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**129.518**	**72.211**	**244.154**	**17.339**	**463.222**
Custo do serviço corrente	(7)	271	1.689	751	2.704
Custo dos juros líquidos	7.756	5.099	16.238	1.055	30.148
Contribuições reais do empregador	(43.305)	(8.937)	(16.782)	(321)	(69.345)
Ganho/Perda atuarial	90.310	32.951	37.355	2.901	163.517
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**184.272**	**101.595**	**282.654**	**21.725**	**590.246**
Custo do serviço corrente	(26)	108	-	908	990
Custo dos juros líquidos	11.517	7.014	19.148	1.243	38.922
Contribuições reais do empregador	(111.884)	(11.375)	(24.897)	(1.943)	(150.099)
Ganho/Perda atuarial	(37.665)	(4.246)	(84.028)	(5.539)	(131.478)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**46.214**	**93.096**	**192.877**	**16.394**	**348.581**

(f) Despesas reconhecidas nos exercícios:

	31.12.2021	31.12.2020
Custo do serviço corrente bruto	**991**	2.704
Custos do serviço passado	**-**	-
Custo do serviço líquido	**991**	2.704
Juros sobre a obrigação atuarial	**112.268**	108.541
Rendimento esperado dos ativos no ano	(73.346)	(78.393)
Juros líquidos sobre o passivo	**38.922**	30.148
Total reconhecido na DRE	**39.913**	32.852

O custo do serviço líquido é registro como custos e despesas com pessoal. Os juros líquidos são registrados no resultado financeiro. (**g) Movimentações das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes (ajuste de avaliação atuarial)**:

	31.12.2021	31.12.2020
Ganho atuarial gerada pela taxa de desconto	229.557	(16.080)
Perda atuarial gerada pela premissa demográfica	-	(3.144)
Perda atuarial gerada pela experência demográfica	(22.821)	(64.898)
Perda atuarial gerada pelo rendimento efetivo dos ativos	(50.153)	(81.342)
Variação na restrição de reconhecimento do ativo	(25.105)	1.947
Montante reconhecido no período em ORA	**131.478**	(163.517)

(h) Composição dos investimentos do plano por segmento:

	31.12.2021	%	31.12.2020	%
Renda fixa	730.409	66,97%	720.104	68,40%
Renda variável	158.721	14,55%	223.057	21,19%
Investimentos imobiliários	106.180	9,74%	100.158	9,51%
Outros	95.334	8,74%	9.410	0,89%
Total do valor justo dos ativos do plano	**1.090.644**	**100,00%**	**1.052.729**	**100,00%**

(i) Premissas atuariais utilizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

Especificação	Planos BD	Plano CD	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	9,41%	9,46%	9,46%	9,41%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	9,41%	9,46%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	5,04%	5,04%	N/A	5,04%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana	Grupo Americana	Grupo Americana
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49	AT-49	AT-49	AT-49

(j) Premissas atuariais utilizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

Especificação	Planos BD	Plano CD	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	7,12%	7,28%	7,07%	6,81%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	7,12%	7,28%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	5,04%	5,04%	N/A	5,04%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana	Grupo Americana	Grupo Americana
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49	AT-49	AT-49	AT-49

continua...

DocuSign Envelope ID: 70B3E1EA-2EFD-4AAF-9D13-04A8FDB6F142

...continuação

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S/A

(k) Estimativa da despesa para o exercício de 2022:

	2022
Custo do serviços correntes	2.432
Custos dos juros líquidos	25.046
Total da despesa projetada para o exercício 2022	**27.478**

(l) Análise de sensibilidade das premissas atuariais: Com a finalidade de verificar o impacto nas obrigações atuariais, a Companhia realizou análise de sensibilidade das premissas atuariais considerando uma variação de 0,50%. O resultado da análise quantitativa em 31 de dezembro de 2021 está demonstrado a seguir:

	PCA		PACV		Plano Médico		Plano FGTS	
Obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2021	**903.732**		**301.116**		**192.880**		**16.393**	
Taxa de Desconto	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)
Impacto na obrigação do benefício definido	(33.046)	35.449	(12.447)	13.463	(1.040)	(47)	-519.212	555.763
Total da obrigação do benefício definido	**870.686**	**939.181**	**288.669**	**314.579**	**191.840**	**192.833**	**(502.819)**	**572.156**

24. Provisão para processos judiciais e outros riscos: 24.1. Processos com probabilidade de perda classificada como provável:

	31.12.2020	Adições	Reversões	Reclassificação	Atualização monetária	Pagamentos	31.12.2021
Trabalhistas (a)	294.155	30.619	(28.744)	-	47.096	(11.936)	**331.190**
Cíveis (b)	285.913	162.544	(74.291)	-	39.618	(115.939)	**297.845**
Fiscais (c)	203.779	197	(76)	(172.127)	(5.493)	(1.803)	**24.477**
Regulatório (d)	1.444	**-**	**-**	**-**	**249**	**-**	**1.693**
Subtotal - Processos judiciais e administrativos	**785.291**	**193.360**	**(103.111)**	**(172.127)**	**81.470**	**(129.678)**	**655.205**
Outras provisões (e)	-	13.614	-	-	-	(6.435)	**7.179**
Total - Provisões para processos judiciais e outros riscos	**785.291**	**206.974**	**(103.111)**	**(172.127)**	**81.470**	**(136.113)**	**662.384**
Total do passivo circulante	**179.662**				Total do passivo circulante		**486**
Total do passivo não circulante	**605.629**				Total do passivo não circulante		**661.898**

	31.12.2019	Adições	Reversões	Atualização monetária	Pagamentos	31.12.2020
Trabalhistas (a)	285.477	31.013	(36.467)	27.834	(13.702)	**294.155**
Cíveis (b)	315.607	156.804	(129.250)	64.762	(122.010)	**285.913**
Fiscais (c)	23.864	27.160	-	152.773	(18)	**203.779**
Regulatório (d)	1.444	17.011	(17.011)	-	-	**1.444**
Total	**626.392**	**231.988**	**(182.728)**	**245.369**	**(135.730)**	**785.291**
Total do passivo circulante	-			Total do passivo circulante		**179.662**
Total do passivo não circulante	**626.392**			Total do passivo não circulante		**605.629**

a) Riscos trabalhistas: Englobam reclamações de empregados e ex-empregados próprios e de empregados de empresas terceirizadas que pleiteiam vínculo empregatício com a Companhia e consequentemente equiparação em direitos aos empregados desta ou eventuais verbas inadimplidas por suas empresas. **b) Riscos cíveis**: Grande parte da provisão está vinculada a processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores. **c) Riscos fiscais**: Os principais riscos fiscais os quais a Companhia está exposta são: **c.1)** O Estado de Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal para cobrar débito tributário decorrente de suposto pagamento a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2021 de R$ 14.492 (R$14.301 em 31 de dezembro de 2020). **c.2)** Auto de Infração e Execução Fiscal apresentados pelo Estado do Rio de Janeiro para cobrança de ICMS, relativos ao período de dezembro de 1996 a março de 1999, sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da Companhia. A Companhia provisionou equivalente a 40% e 20% das autuações fiscais, isto é, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2021 de R$ 6.388, valor total do auto de R$ 15.970, (R$ 6.313 e R$ 15.783 em 31 de dezembro de 2020) e de R$ 561, valor total do auto R$ 2.806 (R$554 e R$2.768 em 31 de dezembro de 2020, respectivamente). **c.3)** Execução fiscal originada de auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em 2003 para cobrar débitos de COFINS decorrentes de supostos pagamentos a menor no período de dezembro de 2001 a março de 2002. O STF inadmitiu o recurso da Companhia, a qual apresentou embargos de declaração e posteriormente agravo interno. Em setembro de 2020 o Tribunal negou provimento ao agravo da Companhia e entendeu que o recurso apresentado teria sido protelatório, aplicando multa de 5% sobre o valor atualizado da execução fiscal. A Companhia apresentou embargos de declaração em face da aplicação da multa e obteve decisão reduzindo a multa para 1%, gerando uma reversão de R$ 6.862 no resultado financeiro. O processo transitou em julgado em junho de 2021 e a Companhia irá efetuar o pagamento do débito. Dessa forma, a Companhia efetuou a reclassificação de provisão para contas a pagar, na rubrica "Outras obrigações fiscais – COFINS" e este processo deixará de ser informado nas contingências possíveis a partir de março/2022. A COFINS total a pagar atualizada deste caso, incluindo a multa aplicada, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, é de R$ 174.971. **d) Riscos regulatórios**: O processo punitivo regulatório é disciplinado pela Resolução Normativa 063/2004 da ANEEL. As penalidades previstas pelo regulamento vão desde advertência até a caducidade da concessão ou da permissão. Estas penalidades são aplicáveis a todos os agentes do setor elétrico e calculadas com base no valor de faturamento. **e) Outras provisões**: No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou o reconhecimento da provisão para o fundo de transição, um plano que visa a aceleração da transformação energética através da digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio. Criando assim, valores sustentáveis e compartilhados. Este processo de digitalização conduzirá a Companhia e seus colaboradores a novos modelos de trabalho e operação, bem como o desenvolvimento de novas competências, conhecimentos e maiores oportunidades de tornar seus processos ainda mais eficientes e eficazes. A partir do exercício corrente a Companhia inicia o processo de transição digital, de acordo com o plano de reestruturação aprovado e amplamente divulgado, este processo deve perdurar até o exercício a findar em 31 de dezembro de 2024, período pelo qual a provisão constituída será integralmente realizada. **24.2. Processos com probabilidade de perda classificada como possível (contingentes)**: A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	31.12.2021	31.12.2020
Trabalhistas	269.139	276.500
Cíveis (a)	1.478.886	1.275.523
Fiscais (b)	1.778.241	1.738.469
Juizados especiais	191.914	122.284
Regulatório	17.887	17.011
Total	**3.736.067**	**3.429.787**

A seguir são apresentados os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão: **a) Cíveis**: A Companhia está envolvida em processos cíveis diversos, sendo que as naturezas desses processos já foram descritas na nota explicativa 24.1.b. **b) Fiscais: b.1) Temas federais**: *Imposto de renda retido na fonte - Emissão de Fixed Rate Notes (FRN)*: Auto de infração de 2005 lavrado pela Receita Federal do Brasil em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte - IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de Fixed Rate Notes (FRN) emitidos pela Companhia em 1998. Na presente data a Companhia segue discutindo o tema através de ação judicial. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 1.332.501 (R$ 1.314.371 em 31 de dezembro 2020). **b.2) Temas estaduais**: No âmbito estadual, a Companhia discute, ainda, diversos temas referentes ao ICMS que totalizam o montante de R$ 337.860 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 329.502 em 31 de dezembro de 2020), que tratam de: (i) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; (ii) compensação de créditos; (iii) saída de bens para reparação; saídas de bens sem a tributação; (iv) comparação entre informes gerenciais, livros fiscais e cancelamentos de meses anteriores; (v) quebra de diferimento de isentos e (vi) cobranças de ICMS originadas da discussão dos consumidores com o Estado sobre a alíquota aplicável e sobre a incidência do ICMS na demanda contratada de energia e (vii) multa formal por erro no preenchimento da Declaração Anual para o Índice de Participação dos Municípios ("DECLAN"). **b.3) Temas municipais**: No âmbito municipal, a Companhia discute com os Municípios de Niterói e Rio das Ostras temas referentes à Taxa de Uso de Solo e Empachamento que juntos somam o valor de R$ 23.918 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 23.213 em 31 de dezembro de 2020). Quanto ao ISS há auto de infração lavrado pelo Município de Cabo Frio e execução fiscal apresentada pelo Município de Niterói, nos montantes de R$ 12.494 e R$ 2.394 respectivamente, em 31 de dezembro de 2021 (R$ 12.494 e R$ 2.349 em 31 de dezembro de 2020, respectivamente). A Companhia discute com o Município de Rio Bonito em execução fiscal cobrança de Contribuição de Iluminação Pública no valor atualizado em 31 de dezembro de 2021 de R$ 43.010 (R$ 41.936 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia, além dos processos antes mencionados, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de IR, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total atualizado até 31 de dezembro de 2021 de R$ 36.303 (R$ 22.460 em 31 de dezembro de 2020). **24.3. Depósitos vinculados a litígios**: A Companhia possui alguns depósitos vinculados a ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
Trabalhistas	183.339	178.766
Cíveis	77.459	78.008
Fiscais	1.025	699
Total	**261.823**	**257.473**

25. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social é de R$ 2.498.230 em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	31.12.2021		31.12.2020	
	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital
Enel Brasil S.A.	166.191.392	99,73%	166.191.392	99,73%
Outros	442.934	0,27%	442.934	0,27%
Total de ações em circulação	**166.634.326**	**100,00%**	**166.634.362**	**100,00%**

b) Capital Social Autorizado: Na forma do disposto no artigo 168 da Lei 6.404/76, o Estatuto Social, em seu artigo 5º, parágrafo 1º, prevê que a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social em até R$ 1.000.000 até o limite de R$ 2.498.230, mediante a emissão de ações ordinárias correspondentes. O aumento dar-se-á sem direito de preferência aos acionistas, nas hipóteses dos incisos I e II do artigo 172 da Lei nº 6.404/76. **c) Reserva legal**: O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. **d) Reforço de capital de giro**: É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder 100% do montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 27, § 1º, IV do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações. **e) Destinação dos resultados**: De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. A base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios está assim composta:

	31.12.2021	31.12.2020
Lucro do exercício	83.402	48.924
(-) Reserva legal	(4.170)	(2.446)
(+(Reversão de dividendos prescritos	-	216
Lucro ajustado	**79.232**	**46.694**
Dividendo mínimo obrigatório	(19.808)	(11.674)
	59.424	**35.020**
Outros resultados abrangentes (benefícios pós-emprego)	**86.775**	**(107.921)**
Valor transferidos ou (absorvidos) para a reserva de reforço de capital de giro	**146.199**	**(72.091)**
Saldo de lucros / prejuízos acumulados	**-**	**-**
Precentual de constituição	**25%**	**25%**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020: Em Assembleia Geral Ordinária - AGO realizada em 20 de abril de 2021, foi aprovada a destinação do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a qual segue: (i) reversão de dividendos prescritos no valor de R$ 216; (ii) recomposição da Reserva Legal da Companhia no montante de R$ 2.446; (iii) dividendos mínimos obrigatórios no valor de R$11.674; (iv) Do saldo de R$35.020, remanescente após o pagamento de dividendos, será deduzido o valor de R$107.921, correspondente ao resultado de benefício pós-emprego (perda atuarial), cuja diferença negativa, no valor de R$72.901, será absorvida pelo saldo da reserva de reforço de capital de giro, que passará do valor atual de R$1.002.891. para o valor de R$929.990 após a absorção. **Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**: A proposta de reserva de reforço de capital de giro de R$ 146.199 será submetida a deliberação em AGO. **f) Outros resultados abrangentes**: A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido. Vale ressaltar que anualmente como parte do processo de destinação do resultado do exercício, a Companhia absorve em prejuízos acumulados todo o impacto das avaliações atuariais registradas em outros resultados abrangentes.

	31.12.2021	31.12.2020
Ganho de instrumentos financeiros derivativos	43.396	2.138
Tributos diferidos sobre ganho instrumentos financeiros derivativos	(14.755)	(727)
	28.641	**1.411**

26. Resultado por ação

	31.12.2021	31.12.2020
Lucro líquido do período	83.402	48.924
Número de ações	166.634.326	166.634.326
Resultado por ação do período - básico e diluído (reais por ação)	0,500509	0,293601

Não há diferença entre o lucro por ação básico e o cálculo de lucro por ação diluído, uma vez que a Companhia não possui instrumentos patrimoniais emitidos com em 31 de dezembro de 2021. Para cálculo do denominador comum, foi considerado o número médio ponderado de ações ordinária sem poder dos acionistas.

27. Receita operacional líquida:

	2021			Reapresentado 2020		
	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R$	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	2.527.346	3.882.306	4.915.205	2.527.633	4.929.191	4.306.515
Industrial	3.403	112.321	291.767	3.284	179.005	199.429
Comercial	123.756	1.117.020	1.707.516	132.492	1.565.233	1.596.844
Rural	62.587	126.853	182.631	63.642	173.372	141.615
Poder público	13.004	265.635	404.610	12.999	382.919	383.349
Iluminação pública	1.878	422.085	421.415	1.810	562.415	344.638
Serviço público	2.925	224.276	284.626	2.823	302.425	237.577
Suprimento - Agente de Distribuição	24	343.318	114.409	24	493.584	102.541
Fornecimento faturado	**2.734.923**	**6.493.814**	**8.322.179**	**2.744.707**	**8.588.144**	**7.312.508**
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Fornecimento não faturado	-	-	**465.962**	-	-	**304.475**
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	**(30.602)**	-	-	**(29.454)**
Total receitas - originadas de contratos com clientes	**2.734.923**	**6.493.814**	**8.757.539**	**2.744.707**	**8.588.144**	**7.587.529**
Outras receitas						
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	**1.413.225**	-	-	**333.575**
Subvenção baixa renda	-	-	**48.902**	-	-	**58.356**
Subvenção de recursos da CDE	-	-	**234.905**	-	-	**221.896**
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	739	1.882.973	**861.196**	674	2.643.188	**803.436**
Receita de construção			**1.104.418**	-	-	**831.999**
Venda de Energia Excedente - MVE	-	-	**406.460**	-	-	**-**
Atualização do ativo financeiro da concessão (a)			**459.053**	-	-	**167.423**
Outras receitas	-	-	**128.817**	-	-	**100.405**
Total outras receitas	**739**	**1.882.973**	**4.656.976**	**674**	**2.643.188**	**2.517.090**
Receita operacional bruta	**2.735.662**	**8.376.787**	**13.414.515**	**2.745.381**	**11.231.332**	**10.104.619**
Deduções da receita operacional bruta						
ICMS	-	-	**(2.538.728)**	-	-	**(2.136.922)**
COFINS - corrente	-	-	**(763.850)**	-	-	**(720.108)**
PIS - corrente	-	-	**(165.836)**	-	-	**(150.447)**
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	**(68.461)**	-	-	**(53.277)**
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	**(804.888)**	-	-	**(581.219)**
Encargos do consumidor - CCRBT (b)			**(585.649)**	-	-	**(58.240)**
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	**(8.855)**	-	-	**(8.473)**
ISS	-	-	**(4.879)**	-	-	**(4.194)**
Total das deduções da receita operacional bruta	**-**	**-**	**(4.941.146)**	**-**	**-**	**(3.712.880)**
Receita operacional líquida	**2.735.662**	**8.376.787**	**8.473.369**	**2.745.381**	**11.231.332**	**6.391.739**

(a) Conforme detalhado na nota explicativa nº 2.1.5, a Companhia revisou suas práticas contábeis e concluiu que a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão, poderia ser melhor apresentada no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas a sua atividade fim. Dessa forma, para fins de comparabilidade, o impacto no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é uma reclassificação de R$ 167.423 da receita financeira para o resultado operacional. **(b)** Conforme detalhado na nota explicativa nº 2.1.5, foi realizada a reclassificação dos Encargos do consumidor (CCRBT), para "Deduções da receita", anteriormente apresentados como "Fornecimento de energia elétrica", no montante de R$ 58.240.

28. Receitas (Custos/Despesas) operacionais:

	2021						2020					
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Outras	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Outras	Total
Pessoal	(111.790)	-	(44.093)	-	-	**(155.883)**	(81.787)	-	(54.190)	-	-	**(135.977)**
Material	(15.051)	-	(4.541)	-	-	**(19.592)**	(15.772)	-	(2.966)	-	-	**(18.738)**
Serviços de terceiros	(506.772)	(17.807)	(39.325)	-	-	**(563.904)**	(408.757)	(15.941)	(68.859)	-	-	**(493.557)**
Energia elétrica comprada para revenda	(3.664.274)	-	-	-	-	**(3.664.274)**	(2.884.139)	-	-	-	-	**(2.884.139)**
Encargos do uso do sistema de transmissão	(685.126)	-	-	-	-	**(685.126)**	(674.203)	-	-	-	-	**(674.203)**
Encargos de serviços do sistema	(604.221)	-	-	-	-	**(604.221)**	(88.175)	-	-	-	-	**(88.175)**
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo (a)	6.241	-	-	-	-	**6.241**	55.703	-	-	-	-	**55.703**
Depreciação e amortização	(449.157)	-	(16.558)	-	-	**(465.715)**	(409.525)	-	(25.957)	-	-	**(435.482)**
Custo na desativação de bens	-	-	-	-	-	**-**	(68.745)	-	-	-	-	**(68.745)**
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(369.666)	-	**(369.666)**	-	-	-	(182.277)	-	**(182.277)**
Perda de recebíveis de clientes	-	-	-	(148.385)	-	**(148.385)**	-	-	-	(112.988)	-	**(112.988)**
Recuperação de perdas	-	-	-	-	-	**-**	-	-	-	13.882	-	**13.882**
Custo de construção	(1.104.417)	-	-	-	-	**(1.104.417)**	(831.999)	-	-	-	-	**(831.999)**
Provisão para processos judiciais e outros	-	-	(90.249)	-	-	**(90.249)**	-	-	(23.262)	-	-	**(23.262)**
Outras despesas operacionais	(61.331)	-	(79.815)	-	-	**(141.146)**	(20.540)	-	(62.206)	-	-	**(82.746)**
Receita de multas por impontualidade de clientes	-	-	-	-	56.261	**56.261**	-	-	-	-	48.852	**48.852**
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	447	**447**	-	-	-	-	3.276	**3.276**
Subtotal	**(7.195.898)**	**(17.807)**	**(274.581)**	**(518.051)**	**56.708**	**(7.949.629)**	**(5.427.939)**	**(15.941)**	**(237.440)**	**(281.383)**	**52.128**	**(5.910.575)**

(a) O alívio financeiro retroativo ocorre quando há sobras de recursos do tratamento de exposições em função da diferença de preços entre os submercados para alívio de despesas com ESS. Os valores são calculados e repassados nas liquidações financeiras pela CCEE.

29. Resultado financeiro:

	2021	Reapresentado 2020
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	12.730	8.390
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	45.082	37.732
Variação cambial	1.218	19.096
Variação cambial de dívida	375.245	183
Dívida - Marcação a mercado	-	2.213
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial	464.208	300.058
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	4.212	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	4.987	8.959
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	31.883	7.416
Outras receitas financeiras	17.689	21.241
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(5.053)	(4.316)
Subtotal	**952.201**	**400.972**
Despesas financeiras		
Variação cambial	(6.366)	-
Variação cambial de dívidas	(490.705)	(300.121)
Dívida - Marcação a mercado	(2.158)	-
Encargos de dívidas	(54.665)	(65.526)
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	(46.201)	-
Juros debêntures	(46.174)	(48.073)
Atualização de provisão para processos judiciais e outros	(81.470)	(245.369)
Encargos fundo de pensão	(38.922)	(30.148)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial	(352.279)	(4.606)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	-	(41)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	(66.505)	(3.330)
Encargos de mútuos	(139.636)	(52.304)
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual	496	1.426
IOF/IOC	(2.455)	(307)
Encargos com venda de recebíveis	-	(167)
Apropriação custo de transação	(1.057)	(1.362)
Juros em arrendamento	(2.671)	(3.228)
Outras despesas financeiras	(47.365)	(53.160)
Subtotal	**(1.378.133)**	**(806.316)**
Total do resultado financeiro	**(425.932)**	**(405.344)**

30. Imposto de renda e contribuição social: A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	2021		2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	358	129	-	-
Diferidos	(10.944)	(3.949)	(19.744)	(7.152)
Total	**(10.586)**	**(3.820)**	**(19.744)**	**(7.152)**
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	**97.808**	**97.808**	**75.820**	**75.820**
Adições:				
Gratificação a administradores	25.703	25.703	2.249	2.249
Perdão de dívida	3.064	3.064	684	594
Outras despesas indedutíveis	16.237	16.237	320	806
Total das adições	**45.004**	**45.004**	**3.253**	**3.649**
Base de cálculo	142.812	142.812	79.073	79.469
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R$ 20/mês	10%	-	10%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais	**(35.679)**	**(12.853)**	**(19.744)**	**(7.152)**
Complemento de variação cambial não realizada	25.093	9.033	-	-
Total da despesa com tributos	**(10.586)**	**(3.820)**	**(19.744)**	**(7.152)**
Alíquota efetiva	**10,82%**	**3,91%**	**26,04%**	**9,43%**

Conforme o artigo 228 do Regulamento do Imposto de Renda, a alíquota do IRPJ é de 15% (quinze por cento) sobre o lucro apurado, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder R$20 / mês. A seguir a composição dos tributos diferidos:

	Balanços patrimoniais		Resultado		Outros resultados abrangentes	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Tributos diferidos ativos:						
Provisão para processos judiciais e outros	222.768	266.999	(44.231)	54.026	-	-
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	92.358	61.632	30.726	(15.644)	-	-
Benefício pós-emprego	220.989	257.820	-	-	(44.703)	55.596
Instrumentos financeiros derivativos	14.028	-	14.028	(1.639)	-	(478)
Arrendamento - CPC 06 (R2)	1.790	2.944	(1.154)	1.994	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	208.078	144.841	63.237	45.208	-	-
Outras provisões	38.069	23.745	14.324	12.682	-	-
Total dos diferidos ativos	**798.080**	**757.981**	**76.930**	**96.627**	**(44.703)**	**55.118**
Tributos diferidos passivos:						
Ativo indenizável (concessão)	(521.007)	(361.367)	(159.640)	(56.923)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	(8.904)	(91.188)	67.529	(66.316)	14.755	110
Outros	-	(288)	288	(284)	-	-
Total dos diferidos passivos	**(529.911)**	**(452.843)**	**(91.823)**	**(123.523)**	**14.755**	**110**
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos	**268.169**	**305.138**	**(14.893)**	**(26.896)**	**(29.948)**	**55.228**

(a) Conforme orientação publicada pelo IBRACON em circular 09/21 e decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento do Tema nº 962, a Companhia constituiu o montante de R$ 57.426 de ativo a recuperar de IRPJ e CSLL sobre os efeitos da atualização pela selic dos indébitos tributários. A Companhia possui ação judicial própria em andamento. O referido montante compõe parte do saldo de prejuízo fiscal e base negativa em 31 de dezembro de 2021. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou o estudo de recuperabilidade e estima que os saldos ativos serão recuperados em 10 anos, conforme apresentado a seguir:

Ano de realização	Valor
2022	164.827
2023	27.863
2024	56.834
2025	58.021
2026 a 2028	184.127
2029 a 2031	306.408
Total	**798.080**

Os valores reconhecidos correspondem às melhores estimativas da Administração, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos, e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação aos exercícios anteriores. **31. Objetivos e políticas para a gestão de riscos financeiros**: Considerações gerais: A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em toda a área de concessão do Rio de Janeiro. Sua estratégia está sintonizada com a gestão financeira que aplica melhores práticas para minimização de riscos financeiros, observando também os aspectos regulatórios. A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado. **31.1. Instrumentos financeiros**: **31.1.1. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros**: Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

			2021		2020	
	Categoria	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	2	240.971	240.971	566.686	566.686
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	116.718	116.718	129.555	129.555
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	Custo amortizado	2	2.096.634	2.096.634	1.888.396	1.888.396
Ativos financeiros setoriais	Custo amortizado	2	406.861	406.861	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	58.250	58.250	154.328	154.328
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de resultado	2	-	-	179.191	179.191
Ativo indenizável (concessão)	Valor justo por meio de resultado	3	5.287.315	5.287.315	4.321.429	4.321.429
Total do ativo			**8.206.749**	**8.206.749**	**7.239.585**	**7.239.585**
Passivo						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Custo amortizado	2	**2.847.018**	2.879.278	2.500.822	2.438.667
Debêntures em moeda nacional	Custo amortizado	2	**-**	-	1.004.930	1.003.873
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Custo amortizado	2	**3.129.013**	2.658.421	605.021	599.351
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Valor justo por meio de resultado	2	-	-	501.282	501.282
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	**73.316**	73.316	32	32
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de resultado	2	-	-	71	71
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	41.519	41.519	41.739	41.739
Passivos financeiros setoriais	Custo amortizado	2	-	-	389.484	389.484
Fornecedores	Custo amortizado	2	1.358.499	1.358.499	1.085.352	1.085.352
Total do passivo			**7.449.365**	**7.011.033**	**6.128.733**	**6.059.851**

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço. As aplicações financeiras (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados. As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com "expertise" necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos. A operação com instrumento derivativo é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto. Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço. A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado. **Operações com instrumentos financeiros derivativos**: A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira, conforme demonstrados abaixo:

Contraparte				BRL	
Contrato de *swap*	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	2021	2020
ITAÚ S.A.	05/07/2017	05/07/2021	USD + 4,210%aa 115,65% CDI	**-**	**151.097**
CITIBANK S.A	28/03/2018	29/03/2021	Libor + 0,55%aa CDI + 0,93%aa	**-**	**179.120**
BNP PARIBAS S.A II	23/12/2020	23/12/2022	USD + 1,63%aa CDI + 0,79% aa	**17.764**	**3.199**
SCOTIABANK S.A III	01/02/2021	03/02/2025	USD + 1,3930%aa CDI + 1,48% aa	**(8.711)**	**-**
SCOTIABANK S.A IV	26/02/2021	26/02/2025	USD + 1,3930%aa CDI + 1,48% aa	**(5.049)**	**-**
SCOTIABANK S.A V	25/03/2021	15/12/2021	USD + 1,0350%aa CDI + 0,85% aa	**-**	**-**
CREDIT AGRICOLE	28/06/2021	03/07/2023	EUR + 1,29%aa CDI + 1,53% aa	**10.926**	**-**
HSBC BANK	08/07/2021	10/07/2023	EUR + 1,29%aa CDI + 1,66% aa	**3.854**	**-**
ITAÚ S.A.	03/09/2021	03/09/2024	EUR + 1,53%aa CDI + 1,79% aa	**(394)**	**-**
HSBC BANK II	13/10/2021	14/10/2024	EUR + 1,59%aa CDI + 1,77% aa	**(9.432)**	**-**
Bradesco	14/12/2021	16/12/2024	EUR + 1,65%aa CDI + 1,78% aa	**(5.038)**	**-**
BNP PARIBAS S.A III	28/12/2021	31/12/2021	EUR + 1,06%aa CDI + 1,23% aa	**(18.986)**	**-**

A movimentação é como segue:

	Derivativos
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**132.540**
Juros SWAP	5.629
Variação cambial SWAP	295.452
Marcação a mercado no resultado	(41)
Marcação a mercado no patrimônio líquido	1.082
Pagamentos de juros	7.991
Recebimentos Principal	(109.237)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**333.416**
Juros SWAP	(61.519)
Variação cambial SWAP	111.929
Marcação a mercado no resultado	4.212
Marcação a mercado no patrimônio líquido	(43.396)
Recebimentos de juros	15.103
Recebimentos principal	(374.811)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**(15.066)**
Total Ativo	**58.250**
Total Passivo	**73.316**
Saldo Líquido	**(15.066)**

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (swap) de 31 de dezembro de 2021 estão dispostos a seguir:

Derivativo	Valor justo (contábil)	Valor da curva	Outros resultados abrangentes	Resultado	Valor de referência (Notional) BRL	Categoria
Fixo (USD) x DI 05.07.16 Itaú BBA International PLC	-	-	-	-	199.999	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 23.12.20 BNP PARIBAS 4131 II	17.764	18.468	(704)	-	200.000	Valor justo por meio do Resultado
Fixo (USD) x DI 01.02.21 Scotiabank 4131 III	(8.711)	491	(9.202)	-	120.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 26.02.21 Scotiabank 4131 IV	(5.049)	717	(5.766)	-	360.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 25.03.21 Scotiabank 4131 V	-	-	-	-	294.500	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (EUR) x DI 28.06.21 EFI - Credit Agreement III 50MEUR	10.926	17.554	(6.628)	-	299.800	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (EUR) x DI 08.07.21 EFI - Credit Agreement IV 50MEUR	3.854	6.929	(3.075)	-	306.765	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (EUR) x DI 03.09.21 EFI - Credit Agreement V 50MEUR	(394)	2.399	(2.793)	-	257.600	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (EUR) x DI 12.10.21 EFI - Credit Agreement VI 40MEUR	(9.432)	(9.040)	(392)	-	347.881	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (EUR) x DI 14.12.21 EFI - Credit Agreement VII 55MEUR	(5.038)	3.948	(8.986)	-	1.025.952	Valor justo por meio do Resultado
Fixo (EUR) x DI 28.12.21 EFI - Credit Agreement VIII 160MEUR	(18.986)	(15.274)	(3.712)	-	-	Valor justo por meio do Resultado
Total	**(15.066)**	**26.192**	**(41.258)**	**-**	**3.412.497**	

A estimativa de valor de mercado das operações de swap foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 31 de dezembro de 2021. **31.1.2. Hierarquia do valor justo**: Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: • **Nível 1**: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo; • **Nível 2**: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado; • **Nível 3**: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado. **31.2. Gerenciamento de riscos**: A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controle de Gestão de Risco (SCGR) definido no nível da Holding (Enel Spa), que estabelece as diretrizes para a gestão de risco por meio das respectivas normas, procedimentos, sistemas etc., que serão aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente. Estes são aprovados pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos afirmações. Para isso, existe uma política específica de controle e gestão de riscos dentro da Empresa, que é revisada e aprovada no início de cada ano pelo Conselho de Administração da Ampla Energia e Serviços, observando e aplicando os requisitos locais em termos de cultura de risco. Cabe destacar que, a política de controle e gestão de riscos complementa outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos, funções corporativas ou negócios da Companhia, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, são elas: política de gestão de garantias, política controle de risco de commodities, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro e política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros) e política de mudanças climáticas. A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros; estratégicos; governança e cultura; tecnologia digital, *compliance*, operacional, e 37 subcategorias de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar seus riscos: O sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas. **(a) Estrutura de gerenciamento de riscos**: O grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela área de *Holding*; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisão geral sobre a gestão e controle de riscos. O sistema de gestão de risco do Grupo Enel considera três linhas de defesa para obter uma gestão eficaz e eficiente de gestão e controle de riscos, onde as unidades de negócios e controles internos são a primeira linha de defesa, a área de gestão de riscos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a auditoria Interna atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas três "linhas" desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança mais ampla da organização e tem a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo que a alta administração é informada pela primeira e segunda linhas de defesa e o Conselho de Administração (Diretores) por sua vez pela segunda e terceiras linhas de defesa. A área

continua...

DocuSign Envelope ID: 70B3E1EA-2EFD-4AAF-9D13-04A8FDB6F142

...continuação

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S/A

de gestão de riscos possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos das empresas, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar, avaliar de forma a quantificar a probabilidade e o impacto, dentro da fase de avaliação de riscos , bem como o tratamento deles, através da definição de ações de mitigação com seus respectivos planos de ação em conjunto com as áreas e Risk Owners como responsáveis pelos diferentes riscos, atuando em conjunto com a área de gestão de riscos com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio. Dentro de cada empresa do grupo, o processo de gestão de riscos é descentralizado. Cada gestor responsável pela identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação. **(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros**: **(b.1) Risco de crédito**: Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía exposição ao risco de crédito relacionado aos seguintes ativos financeiros:

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	240.971	566.686
Títulos e valores mobiliários	116.718	129.555
Instrumentos financeiros derivativos	(15.066)	333.416
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	2.096.634	1.888.396
Ativos financeiros setoriais	406.861	-
Ativo indenizável (concessão)	5.287.315	4.321.429
	8.133.433	**7.239.482**

Em 31 de dezembro de 2021, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliárias e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Agência Standard & Poor's (escala nacional):

Equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	**2021**	**2020**
AAA	346.311	601.441
AA+	4.855	4.704
AA	812	31.105
Total geral	**351.978**	**637.250**
Instrumentos Financeiros Derivativos	**2021**	**2020**
AA-	(15.066)	333.416
Total geral	**(15.066)**	**333.416**

No caso dos créditos com consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber. Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa. **(b.2) Gerenciamento de Capital**: A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro abaixo:

	2021	2020
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	5.976.031	3.607.125
Debêntures (Nota 18)	-	1.004.930
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 31)	15.066	(333.416)
Dívida	**5.991.097**	**4.278.639**
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(240.971)	(566.686)
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	(116.718)	(129.555)
Dívida líquida (a)	**5.633.408**	**3.582.398**
Patrimônio líquido (b)	3.712.964	3.591.235
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	**60%**	**50%**

O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2021 é de 60% (50% em 31 de dezembro de 2020), calculado pela razão entre a dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida. **(b.3) Risco de liquidez**: Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez. A liquidez da Companhia é gerida por meio do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez. Para manutenção da liquidez e atendimento das necessidades de caixa, a Companhia utiliza-se de linha de crédito para capital de giro, imediatamente disponível por meio de contrato firmado com banco de primeira linha no valor de R$ 80.000. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com seus controladores aprovado pela ANEEL, por meio do Despacho Nº 2.979/2018, até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R$ 1.700.000. Devido às incertezas causadas pela pandemia de COVID19, que provocou alterações no planejamento financeiro para o ano de 2020, com uma maior necessidade de financiamento para realização de investimentos e cobertura de capital de giro da Companhia, a Aneel aprovou a ampliação do limite de mútuo em R$ 1.000.000 e R$ 600.000, através do despacho Nº 1.923 de 01 de julho de 2020, o qual passou a R$ 3.300.000, Recentemente, esse limite foi ampliado em mais R$ 2.500.000, por meio do despacho de 26 de novembro de 2021, totalizando R$ 5.800.000. dos quais em 31 de dezembro de 2021, estavam disponíveis R$ 1.096.806. A Companhia também possui limite de mútuo com as mutuantes CDSA, Enel CIEN e CGTF. aprovado pela ANEEL, por meio do despacho Nº 647/2021, no valor de até R$ 500.000. Os créditos com a controladora Enel Brasil no montante de R$ 1.285.287, possuem exigibilidade flexível, podendo ser renegociado por prazo suficiente até que a Companhia demonstre capacidade financeira para liquidar essas dívidas sem comprometer seus índices de endividamento e capacidade de pagamento. A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
31 de dezembro de 2021					
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	720	421.063	231.525	347.036	**1.000.344**
Empréstimos e Financiamentos Partes Relacionadas	141.747	163.534	2.413.221	2.741.621	**5.460.123**
Total	**142.467**	**584.597**	**2.644.746**	**3.088.657**	**6.460.467**

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos que estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos no quadro abaixo:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
31 de dezembro de 2021					
Instrumentos financeiros derivativos - recebimentos	-	11.643	287.293	294.793	593.729
Total	**-**	**11.643**	**287.293**	**294.793**	**593.729**

(b.4) Riscos de mercado: (b.4.1) Riscos de taxas de juros: Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía 90% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI e Libor).

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	**2021**	**%**	**2020**	**%**
Selic	20.167	5,73%	36.909	5,79%
CDI	331.811	94,27%	600.337	94,21%
Pré-Fixado	-	0,00%	4	0,00%
Total	**331.978**	**100,00%**	**637.250**	**100,00%**

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía a seguinte exposição:

Ativo Financeiro Indenizável	**2021**	**%**	**2020**	**%**
IPCA	5.287.315	100%	4.321.429	100%
Total	**5.287.315**	**100%**	**4.321.429**	**100%**

Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Derivativos	**2021**	**%**	**2020**	**%**
Taxa fixa	**619.722**	10,60%	430.510	10,06%
CDI	**5.371.375**	89,40%	3.844.355	89,85%
Libor	-	0,00%	3.774	0,09%
Total	**5.991.097**	**100,00%**	**4.278.639**	**100%**

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (cambio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permita. **a) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros**: Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises. A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos das dívidas da Companhia em 31 de dezembro de 2021 estabelecida por meio das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração/aumento de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

		Base	Cenários projetados - Dez.2022		
Ativos	**Risco**	**2021**	**Provável**	**Adverso**	**Remoto**
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução da SELIC	**20.167**	**2.378**	**1.784**	**1.189**
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução do CDI	**331.811**	**39.125**	**29.344**	**19.563**
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Pré-fixado	**-**	**-**	**-**	**-**
Ativo indenizável	Redução do IPCA	**3.969.850**	**165.816**	**124.362**	**82.908**
Instrumentos financeiros derivativos	Alta do CDI	**(2.949.790)**	**(351.775)**	**(194.691)**	**(227.301)**
Instrumentos financeiros derivativos	Alta da Libor	**-**	**-**	**-**	**-**
Instrumentos financeiros derivativos	Alta do Dólar	**533.301**	**53.684**	**174.808**	**275.458**
Instrumentos financeiros derivativos	Alta do Euro	**2.401.422**	**148.309**	**691.968**	**1.143.736**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Pré-fixado	**(425.433)**	**345.848**	**188.764**	**221.374**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do Dólar	**(550.201)**	**(55.380)**	**(180.342)**	**(284.181)**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do Euro	**(2.578.811)**	**(159.458)**	**(743.280)**	**(1.228.423)**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do CDI	**(2.421.585)**	**(778.428)**	**(863.017)**	**(944.837)**
		(1.669.269)	**(589.881)**	**(770.300)**	**(940.514)**

Taxas utilizadas	**Provável**	**Adverso +25%**	**Remoto +50%**
CDI	11,79%	14,74%	17,69%
IPCA	4,18%	5,22%	6,27%
Libor	1,00%	1,25%	1,50%

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do spread contratual, conforme definido na nota 17. Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do *swap* da Companhia:

		Cenário + 25%		Cenário + 50%	
Indexador do contrato (empréstimos e financiamentos, Debêntures e derivativos)	**Provável**	**Cenário**	**Efeito líquido no resultado**	**Cenário**	**Efeito líquido no resultado**
CDI	(1.130.203)	(1.057.708)	72.495	(1.172.138)	(41.935)
FIXO	333.003	131.918	(201.085)	127.964	(205.039)
Total	(797.200)	(925.790)	(128.590)	(1.044.174)	(246.974)

		Cenário + 25%		Cenário + 50%	
Contrato	**Provável**	**Cenário**	**Efeito líquido no resultado**	**Cenário**	**Efeito líquido no resultado**
BNP PARIBAS 4131 II	22.348	72.076	49.728	113.398	91.050
BNP PARIBAS 4131 II - *SWAP* PA	(21.896)	(70.618)	(48.722)	(111.105)	(89.209)
BNP PARIBAS 4131 II - *SWAP* PP	22.155	27.012	4.857	31.763	9.608
SCOTIABANK 4131 III	20.652	67.689	47.037	106.775	86.123
SCOTIABANK 4131 III - *SWAP*	(19.883)	(65.169)	(45.286)	(102.801)	(82.918)
SCOTIABANK 4131 III - *SWAP* PP	24.872	30.013	5.141	35.041	10.169
SCOTIABANK 4131 IV	12.380	40.577	28.197	64.008	51.628
SCOTIABANK 4131 IV - *SWAP*	(11.905)	(39.020)	(27.115)	(61.552)	(49.647)
SCOTIABANK 4131 IV - SWAP PP	14.872	17.946	3.074	20.953	6.081
EFI - *Credit Agreement* III 50 MEUR	19.955	93.175	73.220	154.020	134.065
PA	(19.810)	(92.502)	(72.692)	(152.907)	(133.097)
PP	37.220	44.883	7.663	52.377	15.157
EFI - Credit Agreement IV 50 MEUR	19.630	91.659	72.029	151.513	131.883
PA	(16.069)	(75.033)	(58.964)	(124.031)	(107.962)
EFI - Credit Agreement IV 50MEUR - SWAP PP	31.137	37.477	6.340	43.678	12.541
EFI - Credit Agreement V 50 MEUR	20.348	92.306	71.958	152.101	131.753
EFI - Credit Agreement V 50MEUR - SWAP PA	(16.215)	(73.558)	(57.343)	(121.208)	(104.993)
EFI - Credit Agreement V 50MEUR - SWAP PP	31.092	37.360	6.268	43.490	12.398
EFI - Credit Agreement VI 40 MEUR	16.399	73.873	57.474	121.633	105.234
EFI - Credit Agreement VI 40MEUR - SWAP	(13.671)	(61.584)	(47.913)	(101.398)	(87.727)
EFI - Credit Agreement VI 40MEUR - SWAP	27.050	32.511	5.461	37.853	10.803
EFI - Credit Agreement VII 55 MEUR	23.061	103.163	80.102	169.725	146.664
EFI - Credit Agreement VII 55MEUR - SWAP	(23.554)	(105.367)	(81.813)	(173.353)	(149.799)
EFI - Credit Agreement VII 55MEUR - SWAP	44.869	53.920	9.051	62.774	17.905
EFI - Credit Agreement VIII 160 MEUR	60.066	289.104	229.038	479.430	419.364
EFI - Credit Agreement VIII 160MEUR - SWAP	(58.990)	(283.924)	(224.934)	(470.839)	(411.849)
EFI - Credit Agreement VIII 160MEUR - SWAP	118.506	143.520	25.014	167.984	49.478
Total Despesa	**364.619**	**481.489**	**116.870**	**589.322**	**224.703**

Conforme demonstrado acima, as variações do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo *swap* são compensadas quase que inteiramente pelo resultado de sua ponta ativa. **(b.4.2) Risco de câmbio:** Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados ao dólar. De forma a evitar este risco, todas as dívidas indexadas ao dólar da Companhia possuem contratos de *swap* (Dólar para Real e Libor para CDI). A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 31 de dezembro de 2021 (em reais).

Passivos em Moeda Estrangeira	**2021**
Empréstimos e Financiamento	3.129.013
Exposição Patrimonial	3.129.013
Ponta Ativa - Instrumentos Financeiros	(2.934.723)
Exposição Cambial Total	**194.290**

A Companhia eventualmente se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros e inflação, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são *swaps* de moeda (câmbio) ou taxas de juros e inflação sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos): • Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante; • Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas); • Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas. **(b.4.3) Risco de preço Regulação: Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento:** Os processos de Revisão e Reajuste tarifários ordinários são garantidos por contrato de concessão e empregam metodologias previamente definidas nos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret). Contudo, podem ocorrer fatos que alterem o equilíbrio econômico-financeiro definido nos processos ordinários, que se atenderam aos critérios de admissibilidade e às evidências de desequilíbrio econômico-financeiro normatizados no Submódulo 2.9 do Proret (Resolução normativa nº 791, de 14 de novembro de 2017), poderão ensejar revisão tarifária extraordinária a pedido da distribuidora. No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas. Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostas pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia. **(c) Outros riscos: (c.1) Risco de regulação:** As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia. **32. Compromissos:** Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R$ 2.975.835 em 2022, R$ 2.985.402 em 2023, R$ 3.029.039 em 2024, R$ 3.146.275 em 2025 e R$ 54.575.362 após 2025. Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 que foram homologados pela ANEEL. **33. Participação nos resultados:** Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a provisão de participação nos resultados é de R$ 24.387 e R$ 18.597, respectivamente. **34. Cobertura de seguros:** Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Enel. A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel. As especificações por modalidade de risco, estão demonstradas a seguir:

		Data de vigência			
Bens segurados	**Riscos cobertos**	**De**	**Até**	**Importância segurada**	**Limite máximo de garantia sinistro**
Patrimonial (i)	Riscos operacionais	31/10/2021	31/10/2022	R$ 1.700.580	R$ 6.569.700
-	Responsabilidade civil geral	31/10/2021	31/10/2022	-	R$ 112.814
-	Responsabilidade civil de administradores	10/11/2021	10/11/2022	-	R$ 82.725
-	Riscos ambientais	31/10/2021	31/10/2022	-	R$ 131.934
-	Frota	30/07/2021	30/07/2022	-	R$ 1.000

(i) Estão cobertos as subestações, escritórios administrativos, lojas, almoxarifados, parques, subparques, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios.

35. Informações complementares às demonstrações dos fluxos de caixa: As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa:

	2021	2020
Compensação CDE (notas 8 e 21)	25.969	(295.284)
Remensuração de ativos (CPC 06 R2) (nota 20)	-	461

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições do ativo de contrato). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	2021	2020
Pagamentos de juros apresentados nas atividades operacionais	(164.623)	(153.947)
Pagamentos de juros apresentados nas atividades de investimentos (juros capitalizados)	(496)	(1.426)
	(165.119)	**(155.373)**

Conciliação das atividades de financiamento: Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa. O quadro a seguir, apresenta a conciliação das atividades de financiamento com as respectivas notas explicativas:

Efeito caixa			Nota explicativa	
Demonstrações do fluxo de caixa	**2021**	**2020**	**Nº**	**Descrição**
Atividades de financiamentos:				
Captação de empréstimos e financiamentos	3.744.100	2.000.951	**18**	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de debêntures (principal)	(1.000.000)	(600.000)	**18**	Debêntures
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(1.574.154)	(1.089.113)	**18**	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de arrendamento (principal)	(14.513)	(5.142)	**20**	Obrigações por arrendamentos
Recebimento de instrumento financeiro derivativo (principal)	374.811	109.237	**31**	Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro
Pagamento de dividendos	(24)	(66.295)	**31**	Conforme demonstrado a seguir.
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	**1.530.220**	**349.638**		

Quanto aos dividendos, a conciliação é conforme segue:

	Efeito não caixa		Efeito caixa	
31.12.2020	**Dividendos prescritos**	**Dividendos mínimos**	**Dividendos pagos**	**31.12.2021**
57.987	-	19.808	(24)	**77.771**

De forma a preservar a liquidez de caixa da Companhia em virtude da conjuntura econômica atual, a controladora Enel Brasil concordou em postergar para até 31 de dezembro de 2021, o recebimento de parte dos dividendos deliberados na AGO realizada em 27 de abril de 2020 no montante de R$ 46.237. Esses dividendos já se encontravam no passivo da Companhia em 31 de dezembro de 2019 visto que representavam uma obrigação legal (parte dos dividendos mínimos do referido exercício).

	Efeito não caixa		Efeito caixa	
31.12.2019	**Dividendos prescritos**	**Dividendos mínimos**	**Dividendos pagos**	**31.12.2020**
112.824	(216)	11.674	(66.295)	**57.987**

36 Eventos subsequentes: 36.1 Mútuo: (a) A Companhia contratou em 05 de janeiro de 2022 mútuo junto à sua controladora Enel Brasil de R$ 180.000, conforme detalhes a seguir:

Descrição	**Valor do ingresso**	**Data da emissão**	**Data do vencimento**	**Taxa efetiva a.a. (%)**	**Tipo de Amortização**	**Pagamento de Juros**	**Finalidade**	**Garantias**
Enel Brasil Mútuo 58	180.880	05/01/2022	31/01/2022	CDI + 1,40% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A

(b) Em 07 de janeiro de 2022 a Companhia efetuou a liquidação de mútuo junto à ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A. - CDSA, no valor de R$ 141.517, sendo R$ 140.724 referente amortização de principal e, R$ 1.024 referente a juros e correção (sendo R$ 230 recolhidos como IRRF). **36.2 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC:** Em 31 de janeiro de 2022, o Conselho de Administração, aprovou em caráter irrevogável e irretratável, termos para adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC) no valor de R$ 1.640.000; dos quais R$ 1.010.000 foram creditados à Companhia nas datas abaixo:

Data do ingresso	**Valor**
19 de janeiro de 2022	R$ 50.000
25 de janeiro de 2022	R$ 50.000
31 de janeiro de 2022	R$ 360.000
3 de fevereiro de 2022	R$ 550.000
	R$ 1.010.000

O valor remanescente de R$ 630.000 será transferido nos meses subsequentes, via integralização de capital. O montante adiantado à título de AFAC à Companhia não está sujeito a juros remuneratórios, correção monetária ou qualquer outro tipo de ajuste e correspondem a emissão de um total de 47.311.802 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 22,29 cada uma.

DIRETORIA EXECUTIVA: Anna Paula Hiotte Pacheco - Diretora Presidente; Julia Freitas de Alcântara Nunes - Diretora Financeira e de Relações com Investidores; Alain Rosolino - Diretor de Pessoas e Organização; José Nunes de Almeida Neto - Diretor de Relações Institucionais; Janaina Savino Vilella Carro - Diretora de Comunicação; Anna Paula Hiotte Pacheco - Diretora de Regulação; Ana Claudia Gonçalves Rebello - Diretora Jurídica; Vago - Diretora de Compras; Julia Freitas de Alcântara Nunes - Diretora Administrativa e de Planejamento e Controle; Vago - Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes; Luiz Flavio de Sá - Diretor de Mercado.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Presidente - Guilherme Gomes Lencastre; Vice-Presidente - Mario Fernando de Melo Santos; Membro Efetivo - Nicola Cotugno; Membro Efetivo - Márcia Sandra Roque Vieira Silva; Membro Efetivo - Anna Paula Hiotte Pacheco; Membro Efetivo - Gino Celentano; Membro Efetivo - Otacilio de Souza Junior; Membro Suplente - Alain Rosolino; Membro Suplente - José Nunes de Almeida Neto; Membro Suplente - Michelle Rodrigues Nogueira; Membro Suplente - Márcia Massotti de Carvalho; Membro Suplente - Janaina Savino Vilella Carro; Membro Suplente - Vago; Membro Suplente - Ana Claudia Gonçalves Rebello.

Relações com Investidores
Fabio Romanin

Contador Responsável
Alan dos Reis Santos – CRC SP244288 /O-2

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA DA COMPANHIA

Os diretores da Ampla Energia e Serviços S.A. ("Enel Distribuição Rio" ou "Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 33.050.071/0001-58, com sede na Avenida Oscar Niemeyer nº 2000, Bloco 01, Sala 601, Santo Cristo, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2022.

Anna Paula Hiotte Pacheco - Diretora Presidente
Julia Freitas de Alcântara Nunes - Diretora Financeira e de Relações com Investidores
Alain Rosolino - Diretor de Pessoas e Organização
José Nunes de Almeida Neto - Diretor de Relações Institucionais
Janaina Savino Vilella Carro - Diretora de Comunicação
Anna Paula Hiotte Pacheco - Diretora de Regulação
Ana Claudia Gonçalves Rebello - Diretora Jurídica
Vago - Diretora de Compras
Julia Freitas de Alcântara Nunes - Diretora Administrativo e de Planejamento e Controle
Vago - Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes
Luiz Flavio Xavier de Sá - Diretor de Mercado

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Os diretores da Ampla Energia e Serviços S.A. ("Enel Distribuição Rio" ou "Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 33.050.071/0001-58, com Avenida Oscar Niemeyer nº 2000, Bloco 01, Sala 601, Santo Cristo, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2022.

Anna Paula Hiotte Pacheco - Diretora Presidente
Julia Freitas de Alcântara Nunes - Diretora Financeira e de Relações com Investidores
Alain Rosolino - Diretor de Pessoas e Organização
José Nunes de Almeida Neto - Diretor de Relações Institucionais
Janaina Savino Vilella Carro - Diretora de Comunicação
Anna Paula Hiotte Pacheco - Diretora de Regulação
Ana Claudia Gonçalves Rebello - Diretora Jurídica
Vago - Diretora de Compras
Julia Freitas de Alcântara Nunes - Diretora Administrativo e de Planejamento e Controle
Vago - Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes
Luiz Flavio Xavier de Sá - Diretor de Mercado

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da Ampla Energia e Serviços S.A., aqui representados pelo Presidente do Conselho de Administração abaixo-assinado, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021, compreendendo o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado, de Outros Resultados Abrangentes, complementadas pelas Notas Explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro do exercício, e acompanhadas do relatório da auditoria externa, sem ressalvas, emitido pela KPMG Auditores Independentes, e respectivos esclarecimentos prestados por seu representante, à este Conselho de Administração, que tendo aprovado os referidos documentos, propõe sua submissão à Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2022.

Guilherme Gomes Lencastre - Presidente da Mesa e do Conselho de Administração

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da **Ampla Energia e Serviços S.A. -** *Niterói – RJ*

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Ampla Energia e Serviços S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Ampla Energia e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita para fornecimento de energia elétrica distribuída e não faturada	
Veja as Notas 2.2.1 e 27 das demonstrações financeiras	
Principais assuntos de auditoria	**Como auditoria endereçou esse assunto**
A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle dos bens ou serviços ao cliente de acordo com o CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com cliente. A receita de fornecimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base na (i) energia medida e efetivamente faturada e na (ii) energia distribuída e não faturada. A receita para energia distribuída e não faturada é estimada com base na média do montante diário faturado, considerando o comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia no período não faturado em relação ao período faturado. Devido à relevância dos valores envolvidos, natureza e extensão do esforço de auditoria necessário para tratar o tema, consideramos a receita para energia distribuída e não faturada como assunto significativo em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (1) Avaliamos o ambiente e desenho dos controles internos relacionados ao processo de reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica não faturada; (2) Testamos, em base amostral, as informações utilizadas no processo de reconhecimento de receita não faturada e recalculamos, também em base amostral, as estimativas de receita para energia distribuída e não faturada com base no (i) consumo de energia (megawatt/hora) e (ii) correspondentes tarifas por classe aprovadas pelo órgão regulador; (3) Testamos os lançamentos contábeis manuais executados para registrar a receita para energia distribuída e não faturada; e (4) Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras da Companhia consideram as informações relevantes relacionadas ao reconhecimento da receita não faturada. Com base nos procedimentos executados e nos resultados obtidos, consideramos que são aceitáveis os montantes reconhecidos como receitas não faturadas e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2022.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ
Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ-092563/O-1

PUBLICIDADE LEGAL É AQUI
www.ofluminense.com.br